Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura **Número: 98**

III Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 14 de abril de 2015**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião com o **Debate de Urgência sobre "A agricultura nos Açores: da falta de estratégia ao fim das quotas leiteiras",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Iniciado o debate pela Sra. Deputada Graça Silveira, pediram a palavra para participar no mesmo as/os Sras./Srs. Deputados/as Aníbal Pires *(PCP)*, Renato Cordeiro *(PSD)*, Duarte Moreira *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, António Parreira *(PS)*, Lúcia Arruda *(BE)*, António Ventura *(PSD)*, Artur Lima *(CDS-PP)* e José San-Bento

(PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros)* e Sr. Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro).*

De seguida passou-se para a Apresentação do Projeto de Resolução n.º 118/X – "Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos", apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM).*

Apresentado o diploma, passou-se de imediato para o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – "Rede Social na Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após o Sr. Deputado João Bruto da Costa ter apresentado o diploma, participaram no debate as/os Sras. e Srs. Deputadas/os Lúcia Arruda *(BE)*, Ana Espínola *(CDS-PP)*, Renata Correia Botelho *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Joaquim Machado *(PSD)* e Lúcio Rodrigues *(PS)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa).*

O diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

Logo de seguida foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Parece *(PSD)* o Projeto de Resolução n.º 89/X – "Recomenda ao Governo Regional que altere a fórmula de cálculo do valor cliente".

Usaram da palavra para participar no debate as/as Sras./Srs. Deputadas/os Cecília Pavão *(PS)*, Lúcia Arruda *(BE)*, Graça Silveira *(CDS-PP)*, Renata Correia Botelho *(PS)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e João Bruto da Costa *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa).*

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Iniciou-se ainda o debate do Projeto de Resolução n.º 90/X – "Recomenda ao Governo Regional que disponibilize o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Parece tendo participado no debate a Sra. Deputada Cecília Pavão *(PS).*

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos iniciar o período legislativo do mês de abril.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira **Arruda**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar na nossa Agenda.

O 1.º ponto é o **Debate de Urgência sobre "A agricultura nos Açores: da falta de estratégia ao fim das quotas leiteiras",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos foram fixados pela Conferência de Líderes, sendo os seguintes:

O CDS, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

As Representações Parlamentares, 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O fim do regime das quotas leiteiras é a crónica duma morte anunciada, que agora infelizmente chega ao fim.

Desde 2008 que está, oficial e formalmente, decidido por Bruxelas o fim deste sistema de regulação dos mercados. Mas, como já é hábito, o Governo Regional entrou em processo de negação: ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Então, Sra. Deputada?

A Oradora: ... negou que as quotas chegariam ao fim, que tudo fariam para que as quotas nunca chegassem ao fim.

Deputado Berto Messias *(PS):* Logo no início?!

A Oradora: A verdade é que não havia nada que o Governo Regional pudesse fazer para evitar a decisão comunitária. E aquilo que poderia ter feito, que era preparar o setor para se tornar mais competitivo quando finalmente as quotas chegassem ao fim, não o fez.

Como diz o povo, agora não vale a pena chorar sobre o leite derramado!

E não foi por falta de aviso, nem de oportunidades:

Faço lembrar, que a 19 de Junho de 2008, aqui neste Parlamento, o Deputado Artur Lima defendeu: "*a realização de um debate alargado sobre o futuro da agricultura açoriana que envolva todos os partidos políticos, o Governo, ...*

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ouça! A ignorância!

A Oradora: ... *os representantes dos agricultores e os parceiros sociais, como a Universidade dos Açores, para que se perspective o caminho a seguir (...) a definição de que futuro se pretende para a agricultura açoriana numa altura em que se estão a preparar profundas alterações na Política Agrícola Comum e com o fim das quotas leiteiras*"… Ninguém se manifestou disponível!

Eu própria, desde Setembro de 2009, venho a alertar em quase todas as intervenções que faço, e em todas sobre a agricultura, que:

Temos que baixar custos de produção;

Deputado José San-Bento *(PS):* A senhora ou o CDS? Pensei que era o CDS!

A Oradora: Agregar valor pela via da transformação dos produtos lácteos de qualidade;

Valorizar as propriedades excecionais do nosso leite.

Entretanto, e ao contrário de outros, os eurodeputados do CDS-PP assumiram, coerentemente, posições firmes nas instâncias europeias. Em Abril de 2010, de visita aos Açores, o Deputado Europeu Diogo Feio assumiu o compromisso: "*O CDS-PP vai continuar a defender a existência de um regime de quotas leiteiras, no seio da União Europeia, para proteger regiões como os Açores. O CDS-PP tem marcado uma posição muito clara ...*

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não me parece! Não me parece!

A Oradora: ... *e vai continuar a defender, no Parlamento Europeu, a necessidade da manutenção do regime de quotas*".

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não me parece! Não me parece!

A Oradora: Pouco tempo depois, em Agosto de 2010, a Comissão Europeia confirmou, preto no branco, o fim do regime de quotas, "*a 30 de Março de 2015*", ao responder a um requerimento do Deputado Europeu do CDS-PP, Nuno Melo.

Na oposição fizemos o que nos competia e o que podíamos: alertámos para a inércia; desafiamos o conformismo dos socialistas; propusemos medidas que poderiam ter contribuído para que, agora, com o fim das quotas, a produção açoriana estivesse melhor preparada para um cenário de liberalização.

Deputado Berto Messias *(PS):* Descobriram a pólvora!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Durante anos, a Região adotou um modelo de desenvolvimento em que as explorações leiteiras para se tornarem economicamente rentáveis faziam-no à custa dum aumento do volume da produção.

Com o fim das quotas leiteiras este modelo tornou-se claramente obsoleto e, portanto, continuar a insistir nesta estratégia é, no mínimo, irresponsável.

Deputado Berto Messias *(PS):* Qual será a família a que o CDS pertence!?

A Oradora: O Sr. Secretário da Agricultura diz que "... *a estratégia da Região (...) terá de passar pela valorização e diferenciação dos produtos açorianos*".

Pois é, quanto a isso parece que afinal já estamos todos de acordo, na teoria... porque, na prática, falta a estratégia política para estruturar a produção, incentivar a transformação e promover a comercialização!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Há muito tempo!

A Oradora: Lança-se então a chamada "Marca Açores"...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A anedota da marca Açores!

A Oradora: ... onde se lê que "*a Natureza certifica*".

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Sr. Secretário, a Natureza até pode certificar muita coisa, mas, seguramente, não certifica má qualidade higieno-sanitária: Como é que se justifica que mais de 20% das explorações na Região não cumpram, sequer, com os critérios mínimos de higiene e segurança?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Se o Governo quer, de facto, promover a qualidade do nosso leite pela via da valorização dos seus atributos nutricionais (que, como sabemos, é resultante da alimentação em pastagem) onde é que estão as medidas, no novo quadro comunitário de apoio, que fomentem, por exemplo, que apoiem o melhoramento da pastagem?

Aquilo que se vê, Sr. Secretário, são uma série de medidas que apoiam a intensificação, o que é verdadeiramente contraditório com o discurso da valorização do produto com qualidade!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* A senhora anda distraída!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A lavoura açoriana tem sobrevivido à custa dos subsídios que deviam (em rigor) ...

Deputado Francisco César *(PS):* A espanhola, a italiana, a irlandesa …

A Oradora: ter de facto sido usados para incentivar os nossos agricultores a cumprir determinados objetivos, assentes numa estratégia de desenvolvimento clara para o setor agropecuário …

Mas a verdade é que os sucessivos Governos socialistas não têm objetivos, nem estratégia para a economia dos Açores…

A única coisa que este Governo tem dito, desde o fim das quotas leiteiras, há 15 dias, é que afinal o POSEI em vigor não é suficiente para mitigar os impactos…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: O Sr. Secretário justifica-se com o facto do novo POSEI ter sido construído para fazer face a uma situação de normalidade no setor… Mas o Governo Regional não sabia que as quotas iam acabar a 30 de Março de 2015? Ou distraiu-se?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: O absurdo da questão é que o Governo faz um POSEI para 2015, assumindo uma normalidade que ignorou o fim das quotas leiteiras.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Desculpem-me, Senhoras e Senhores Deputados, mas isto é que é uma anormalidade… Porque a normalidade é o fim das quotas anunciado desde 2008!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Apoiado!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sempre que o Governo Regional fala de agricultura só fala nos investimentos que tem feito, ao longo dos anos, na eletrificação das explorações e no fornecimento de água à lavoura.

Se ordenhar vacas sem ser às escuras e ter água para lavar uma bilhinha de leite é aquilo que este Governo socialista considera ser uma agricultura moderna e competitiva, preparada para enfrentar um mercado de leite liberalizado… Infelizmente estamos então, de facto, conversados!

Deputado Duarte Moreira *(PS):* Não entre por aí!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Entra, entra!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna no âmbito de um debate de urgência suscitado após o fim do regime de quotas para reafirmar toda a convicção ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Convicção não é suficiente!

O Orador: ... na estratégia que foi determinada e apresentada há mais de uma década, pelo Governo dos Açores, para a fileira do leite.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Uma estratégia que tem sido implementada, analisada e sufragada desde então por todos os agentes do setor, que nela depositaram confiança quando responderam aos desafios propostos e quando aderiram aos mecanismos e medidas disponibilizadas como prioritárias por parte do Governo dos Açores, com recurso, é certo, a fundos regionais e comunitários.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso não é verdade!

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Uma estratégia devidamente publicitada e expressa em cada um dos programas de Governo que foram sujeitos a sufrágio eleitoral mas, também, a esta Assembleia, sob a forma de Plano a Médio Prazo, em cada legislatura, e através do Plano e Orçamento, em cada ano.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está a dar um resultadão!

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Uma estratégia que, apesar dessa legitimidade democrática, foi, e é, prosseguida numa permanente atitude analítica, sujeita à auscultação regular dos parceiros mas sempre executada de forma consistente com um objetivo muito definido e imutável:

- o de capacitar a nossa produção e a nossa agroindústria a enfrentarem, com sucesso, um cenário anunciado de concorrência liberalizada.

Como? Contribuindo para minimizar as suas desvantagens concorrenciais, concorrendo para, em parceria, valorizar as suas aptidões e mais-valias.

Por isso, o Governo dos Açores vem reiterar a convicção na prossecução da estratégia que tem vindo a promover, defender os princípios que a nortearam e, naturalmente, como é seu apanágio, além de ser também seu dever, prestar contas do trabalho feito e dos resultados conseguidos.

Desses resultados, destaco:

O ajustamento do número de produtores que, em 20 anos, baixou de 6.294 para 2.708. Tratou-se de uma revolução pacífica e silenciosa, que possibilitou uma saída digna e por opção de centenas de agricultores através de processos de reforma antecipada e de resgates leiteiros.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Onde é que eles estão? No desemprego!

O Orador: O aumento da produção média por exploração, que no mesmo período de tempo passou de 60 mil litros para cerca de 200 mil, por via dos incentivos ao melhoramento genético e do fomento do melhor maneio nas explorações, ao contrário do que acabou de dizer a Sra. Deputada Graça Silveira, redimensionadas com o apoio de medidas como o Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas.

Aliás, o SICATE/RICTA, renovado em 2014 pelo Governo dos Açores, é uma medida inédita a nível nacional, exclusivamente suportada por fundos regionais e que já permitiu aos agricultores adquirirem cerca de 1.400 hectares de terra, num investimento global de cerca de 19 milhões de euros.

De acordo com os dados do INE, as explorações agrícolas, em virtude da sua viabilidade económica, foram, aliás, aquelas que nos últimos 10 anos registaram os maiores ajustamentos da sua Superfície Agrícola Útil, 41% contra 31% no continente e apenas 3% na Madeira.

Portanto, hoje, com menos de 3% do território do País, os Açores são, como sabem, responsáveis por mais de 30% do total da produção de leite em Portugal.

O que significa que produzimos cerca de 5,5 vezes mais leite do que aquele que consumimos, conferindo capacidade exportadora ao setor e potencial de crescimento à indústria.

Leite que é comprovada e reconhecidamente de valor acrescido e de cada vez maior qualidade, ...

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Por que é que se pedem mais apoios se está tudo bem?

O Orador: ... conforme o atesta a evolução de todos os indicadores ao longo dos últimos anos.

Em consequência do persistente trabalho desenvolvido pela Autoridade Veterinária Regional no planeamento e execução dos programas implementados pelo Governo dos Açores conducentes à erradicação das doenças dos animais, garantimos hoje absoluta tranquilidade, tanto do ponto de vista da sua sanidade, como da segurança alimentar e da salvaguarda da saúde pública dos consumidores.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Acorde para a realidade!

O Orador: O que é, de resto, condição essencial ao livre-trânsito dos animais e dos produtos de origem animal e constitui uma mais-valia de extrema relevância para a valorização dos produtos dos Açores nos mercados externos.

No desenho das medidas do Programa de Desenvolvimento Rural e correspondente afetação de verbas privilegiamos o apoio aos investimentos na modernização das explorações agrícolas, tendo em vista melhorar a sua competitividade.

Entre 2007 e 2013, na vigência portanto do anterior período de programação, esse investimento atingiu cerca de 80 milhões de euros,

o que dá bem nota de como essa decisão foi ao encontro da vontade e da determinação dos produtores dos Açores.

Apoiamos o rejuvenescimento do setor, que ultrapassou mesmo as expetativas mais otimistas.

Foram aprovados e estão concluídos, ou ainda em execução, cerca de 200 projetos de instalação de jovens agricultores.

Os ativos que se dedicam à agricultura nos Açores têm uma média etária de 42 anos, ou seja, menos 10 anos do que a média de Portugal Continental.

Apostamos na formação dos nossos agricultores. Entre 2007 e 2014, a formação agrícola abrangeu 4.760 formandos.

Disponibilizamos às explorações agrícolas dos Açores energia elétrica, água e uma rede viária num investimento global de mais de 28 milhões de euros, o que permitiu reduzir custos de produção e incrementar a qualidade.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso falhou!

O Orador: Temos, por isso, hoje, uma estrutura produtiva modernizada, mais competitiva, mais rejuvenescida, mais profissionalizada e, consequentemente, mais apta a ultrapassar com sucesso os desafios e as dificuldades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não há motivo para preocupações. Está tudo bem!

O Orador: Por outro lado, a Região tem vindo, também, a apoiar investimentos de modernização na agroindústria transformadora.

Esta aposta levou a que, só no período de programação 2007-2013, se direcionassem para as agroindústrias regionais cerca de 50 milhões de euros de fundos comunitários, gerando um investimento global superior a 90 milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores, discordando desde a primeira hora do desmantelamento do regime de quotas, desenvolveu em paralelo, por um lado, uma ação política reivindicativa persistente junto do Estado Membro e das instâncias comunitárias e, por outro, todo um trabalho de preparação do setor para esse cenário.

Assim, conforme os exemplos que elenquei, foram implementadas medidas para tornar o setor da produção de leite nos Açores mais forte e mais competitivo.

Além de diversos trabalhos de análise que são efetuados regular e internamente pelos serviços técnicos da Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente, o Governo dos Açores lançou em 2013 uma consulta para a realização de um estudo que foi executado por uma empresa regional.

Esse estudo independente abrangeu a consulta de mais de 30 entidades e, como sabem, prevê vários cenários mas apresenta também um conjunto de propostas visando reforçar a competitividade das explorações leiteiras regionais.

Nomeadamente, através da redução dos custos de produção e uma maior diferenciação dos produtos finais. Soluções coincidentes, portanto, com as tomadas e com o caminho que está a ser percorrido na Região.

Por isso, reafirmo: estou convicto na capacidade de inovação e resiliência do setor para, numa conjugação de esforços de que o Governo não se exclui, vencer os novos desafios.

Temos bases e temos, não duvido, vontade e ambição.

Mas tal não significa que ignoramos as dificuldades existentes e que são reais.

Desde logo porque o desmantelamento do regime de quotas leiteiras não ocorre numa conjuntura de normalidade do funcionamento dos mercados.

O embargo da Federação Russa aos produtos láteos europeus, a descida do preço do petróleo que afetou todas as transações com Angola e um consumo dos países emergentes inferior ao estimado provocaram um excesso de oferta no espaço comunitário.

São esses os efeitos que estamos a sentir.

E consideramos que as medidas de emergência inicialmente determinadas pela Comissão Europeia, como o prolongamento no

tempo dos apoios ao armazenamento privado de leite em pó e para alguns queijos, já não se afiguram suficientes.

Quanto ao apoio à promoção de produtos em mercados alternativos, não têm consequências imediatas.

Por outro lado, o sistema de intervenção já existente e que fixa em 21,7 cêntimos o limiar do preço do leite, é manifestamente baixo.

Por isso, reivindicar medidas adicionais de transição para uma Região Ultraperiférica como a nossa, onde o setor tem um peso preponderante, assim como exigir mecanismos cautelares e de monitorização mais eficazes por parte de Bruxelas, não é um contrassenso.

É defender os Açores e a sua economia, assente na atividade agrícola e agroindustrial.

Porque a atual conjuntura antecipa bem o que podem ser as consequências de deixar o destino deste setor à total mercê dos mercados, sem regulação.

Num quadro de crise financeira e económica instalada e, mais recentemente, também perante a conjugação de ocorrências inesperadas que referi, o Governo dos Açores decidiu já nesta legislatura intensificar a sua estratégia e criar novas medidas de ação.

Assim, em 2014, reforçamos, através do POSEI, a dotação do prémio aos produtores de leite em cerca de 2 milhões de euros/ano, com efeitos já em 2015.

No âmbito do PRORURAL+, conseguimos a aprovação de medidas com grande impacto no setor agrícola e agroalimentar, usufruindo os empresários de taxas de apoio superiores às do programa nacional para investimento nas suas explorações agrícolas, que rondam entre os 50 e os 75%.

Também já este ano e para ajudar os nossos empresários agrícolas - igualmente confrontados com as consequências do agravamento da carga fiscal e dos descontos para a Segurança Social, o Governo dos Açores decidiu criar, com recurso a fundos regionais, uma linha de crédito destinada a reforçar a capacidade financeira das explorações, para fazer face aos investimentos programados e fortalecer o seu fundo de maneio.

E, no final da semana passada, depois de ter tido oportunidade de pessoalmente questionar o Sr. Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural sobre o fundo de garantia do Banco Europeu de Investimentos, avançamos com uma alteração ao PRORURAL+ para que os agricultores açorianos também tenham acesso a financiamentos com baixas taxas de juro.

Reforçamos também, nesta legislatura, os investimentos em infraestruturas de apoio à atividade agrícola, com a inscrição na Carta Regional das Obras pública de empreitadas no valor de mais de 30 milhões de euros, em todas as ilhas da nossa Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A Carta Regional das Obras Públicas? A primeira ou a segunda?

O Orador: E um reforço ao nível da eletrificação vai permitir fornecer energia elétrica a 71 explorações agrícolas, num investimento público global de 1,8 milhões de euros, dando assim satisfação a todos os pedidos de eletrificação que neste momento se encontram no IROA.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Se isso é a ambição do Governo…

O Orador: Contribuindo para o aumento do rendimento destes produtores que, através da instalação de sistemas de frio, podem receber mais por cada litro de leite entregue refrigerado à fábrica.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Que falta de ambição!

O Orador: Estamos, também, a trabalhar na revisão do RICTA para adequar este regime à nova realidade resultante do fim dos apoios à reforma antecipada, determinado pela Comissão Europeia.

Vamos ainda manter a realização regular do Fórum do Leite para análise do desempenho do setor e enquanto espaço privilegiado de aproximação de todos os intervenientes da fileira: produção, transformação e comercialização.

Mas, apesar de toda esta estratégia que temos vindo a implementar e do conjunto de medidas tomadas mais recentemente ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Estratégia?!

O Orador: ... ou de outras que venham a ser determinadas, a Região vai, repito, manter junto das instâncias nacionais e comunitárias uma

forte pressão, no sentido de serem encontrados mecanismos tendentes a minimizar os previsíveis impactos do desmantelamento das quotas.

Mantidos os envelopes financeiros afetos ao Programa de Desenvolvimento Rural e POSEI, conseguida a aprovação das medidas propostas pela Região no âmbito destes programas, preparamo-nos agora para o processo de revisão do programa de ajudas diretas que vai ocorrer a nível europeu.

Uma revisão, não se duvide, da maior importância para os Açores, discutida que é num quadro em que impera uma forte corrente liberal na Europa.

Conseguimos já, da parte do Comissário Phil Hogan, e na sequência do encontro que o Governo dos Açores solicitou na sua visita a Portugal, o compromisso público de que a Região Autónoma dos Açores vai ser diretamente envolvida no processo de revisão do POSEI.

Com a garantia de que não desistimos, não vamos desistir, nem desanimamos com as dificuldades ou obstáculos que possam surgir.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não há dúvida disso!

O Orador: Assim como sabemos que os agricultores dos Açores não desistem.

Saberão, com certeza, que estamos com eles todos os dias e que desta forma, em conjunto, vamos conseguir vencer mais este desafio.

Obrigado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Que convicção!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem uma inscrição, no entanto agradeço que continuem a inscrever-se.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos e vamos hoje assistir neste Parlamento e em torno do debate sobre a agricultura e particularmente sobre o fim das quotas leiteiras, a uma grande mistificação e a um exercício de hipocrisia e demagogia que o PS, o PSD, mas também CDS, nos estão a fazer.

Unidos como sempre estiveram relativamente à questão da agricultura e particularmente em relação à questão das quotas.

Tentam hoje lançar sobre os açorianos em geral e sobre os agricultores em particular, procurando iludir as enormes responsabilidades que estes três partidos têm com o fim do regime de quotas.

Todos se dizem muito preocupados com o fim das quotas leiteiras, é ver as declarações feitas na últimas semanas por diferentes líderes

partidários, designadamente o PSD (o Deputado Duarte Freitas não está hoje, é uma pena porque gostaríamos de discutir com ele esta questão e as afirmações que recentemente fez) mas a verdade é que todos se dizem preocupados com o fim das quotas leiteiras e até dizem que nos devemos unir em defesa da lavoura da açoriana.

Estou de acordo. **Mas acho que já devíamos ter estado unidos em defesa da produção açoriana muito antes, há muito tempo atrás, no tempo certo, e não só agora, tarde demais,** para nos pormos de mãos dadas a derramar lágrimas de crocodilo sobre o leite derramado pela política do PS, do PSD e do CDS-PP!

Mas vamos a factos:

Quando a chamada "Agenda 2000", que reformou a Política Agrícola Comum, em 1999, decidiu acabar com o sistema de quotas, quem é que estava no Governo da República? Lembram-se certamente. Era o PS, com António Guterres como Primeiro-Ministro e Capoulas Santos como Ministro da Agricultura! Foram estes senhores, foi este partido, o PS, que aprovou a desgraça que agora atinge os agricultores açorianos!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Deixe lá o homem!

O Orador: Mas não estiveram sozinhos. Porque **mais, tarde, em 2003, PSD e veja-se, o CDS, com o Primeiro-Ministro Durão Barroso e com Sevinate Pinto como Ministro da Agricultura, que confirmaram a decisão de liberalizar o mercado do leite**, apenas

adiando o fim das quotas para 2015, como efetivamente veio a suceder.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Falso!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Como votou esse governo nas instituições europeias? Diga lá!

O Orador: Mas, mais recentemente, em 2008, **outro Governo do PS, ...**

Oh Sr. Deputado Luís Rendeiro, o Sr. Deputado Luís Rendeiro vai ter toda a oportunidade do mundo para poder vir a debate e para contrariar as afirmações que eu aqui estou a fazer.

Há uma coisa que tem de ficar clara: o PS, O PSD e o CDS-PP são os responsáveis pela situação que atualmente estamos a viver. Ponto.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é verdade!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O Sr. Deputado Aníbal Pires decretou responsabilidades!

O Orador: Mais recentemente, em 2008, **outro Governo do PS, sendo Primeiro-Ministro, José Sócrates e Ministro da Agricultura Jaime Silva, voltou a confirmar o fim das quotas leiteiras para 2015.** No entanto, prevendo já os seus efeitos destrutivos, acordaram no seio da União Europeia numa eliminação gradual das quotas, para que os agricultores se fossem progressivamente habituando aos preços de miséria. Foi a chamada "aterragem suave". "Aterragem pouco suave no fundo do poço" era o que lhe deviam ter chamado,

pois a quebra dos preços pagos aos produtores de leite acentua-se seriamente a partir daí.

Mas, se querem ainda um exemplo mais recente, **em Dezembro de 2013, aquando da discussão de um relatório sobre a produção leiteira em zonas desfavorecidas e ultraperiféricas no Parlamento Europeu, eurodeputados do PS, do PSD e do CDS-PP votaram contra a proposta de Resolução alternativa proposta pelo PCP, que defendia a necessidade da manutenção do regime de quotas leiteiras para lá de 2015,** ajustando-as às necessidades de cada Estado-Membro e ao seu nível relativo de capacidade instalada.

Depois há de responder-me a isto, Deputado Luís Rendeiro

Então passam anos a defender o fim das quotas leiteiras, a aprová-lo, a votá-lo, a recusar as propostas de quem o pretendia evitar e agora, e agora num exercício de manifesta hipocrisia...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é mentira! Isso é politiquice da mais barata!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não é verdadeiro. Seja honesto politicamente!

O Orador: ... e demagogia política vêm dizer que estão preocupados?

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Orador: Agora temem as consequências da política que andaram tantos anos a defender e a promover?

O mestre tem de ser mesmo o senhor. Honesto, tem de ser mesmo o senhor e vai ter todas as oportunidades para refutar as afirmações que eu aqui estou aqui estou a fazer.

Que é uma vergonha aquilo que Vs. Exas. têm vindo a fazer relativamente à defesa da agricultura nacional e em particular em defesa da agricultura regional, isso é uma verdade irrefutável.

PS, PSD e CDS estão preocupados, sim, mas é que os açorianos percebam o caráter de bipolaridade política (uma coisa aqui e outra lá fora) a sua falsidade e as suas responsabilidades neste processo, temem, sim, mas é a reação do Povo Açoriano a quem os traiu miseravelmente, na República e na União Europeia!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas a traição consumada aos interesses nacionais e dos Açores vai muito mais longe. **Os Tratados Europeus que o PS, o PSD e o CDS aprovaram e sempre recusaram referendar impedem que Portugal possa criar mecanismos para regular o mercado e proteger a nossa agricultura.**

Esse mercado que Vs. Exas. endeusam, sobre o qual repetem que livre é que era bom, não pode agora ser regulado por regras nacionais, pois entregaram essa parte, afinal tão importante, da nossa Soberania Nacional aos agentes dos interesses dos grandes países produtores de leite!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Na Rússia é assim!

O Orador: Podemos agora discutir medidas de apoio social aos agricultores, apoios e ajudas que possam minorar este desastre, mas não vale a pena pensar que vamos ter um sector leiteiro sustentável e próspero sem essa regulação dos preços.

É absurdo pensarem que podemos competir com grandes países produtores, que fazem chegar leite às prateleiras dos supermercados a 30 cêntimos o litro.

Podemos e devemos falar de diversificação agrícola e discutir alternativas, mas lá fora, por essas ilhas, o Povo Açoriano paga o elevadíssimo custo social da destruição nosso sector económico mais importante, da nossa base económica.

Essa destruição, esse desastre é uma consequência direta da política do PS, do PSD e do CDS.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quando diz CDS cresce!

O Orador: São estes os responsáveis pela situação que vivemos. E não há demagogia, nem hipocrisia que possa ocultar esta verdade!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP, recordando a sua posição de sempre de defesa das quotas leiteiras, não desiste da luta pela regulação dos mercados agrícolas, e designadamente o mercado do leite, tendo entregue na Assembleia da República um projeto de Resolução que recomenda ao Governo a promoção de medidas de defesa da produção leiteira nacional.

Aí se defende que o Governo desenvolva esforços junto das instituições europeias para a manutenção de um quadro de regulação do mercado no plano europeu, que dê resposta aos problemas do sector leiteiro, propondo medidas de defesa dos produtores nacionais, designadamente a garantia de preço justo à produção, a garantia de proteção do mercado nacional face à entrada de leite estrangeiro, a regulamentação efetiva e a fiscalização da atividade especulativa das cadeias de distribuição alimentar, impondo limites ao uso das marcas brancas, bem como estabelecendo "quotas" de vendas da produção nacional.

Estão arrependidos da vossa política? Mudaram de ideias em relação ao que sempre defenderam e praticaram para o sector do leite? Pois terão, com a proposta do PCP na Assembleia da República, uma ocasião clara e inequívoca para o demonstrar.

Disse!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso já existe!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo também que esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:

Eis que chegamos ao regime do mercado livre da fileira do leite, onde sobre o futuro da nossa região, reina a incerteza desta fileira tão importante para a sustentação socioeconómica dos Açores.

Perguntar ao nosso Governo qual a estratégia com o fim deste regime de controlo, é algo que antes de Abril de 2015 foi questionado, e que agora, sem mais demoras, todos nesta câmara gostariam de saber.

Deputado Francisco César *(PS):* Então escusa de fazer essa intervenção!

O Orador: Pelo que tem sido a prática e que nós assistimos pela intervenção do nosso Secretário e que tenho a certeza por aquilo que vamos ouvir a seguir pelo PS, a prática de reposta vai ser novamente uma descrição de caminhos agrícolas, de água e eletricidade, assim como todo o apoio concedido às indústrias locais, mesmo que para isso se tenha construído muito além do que seria necessário, mas ao menos faz a vista de quem quer mostrar que se fez alguma coisa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É verdade que a massa cinzenta do betão é uma ajuda para quem quer produzir e laborar nestas ilhas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Pensei que fosse a massa cinzenta do Governo!

O Orador: Não negamos o trabalho que foi feito, até lembramos o que falta fazer, mas no cenário que enfrentamos, a massa cinzenta que deve ser mais utilizada, é aquela que deveria iluminar as mentes de

quem nos governa e desta forma apresentando o que está planeado para os desafios que temos agora pela frente.

De há muito que foi proposto saber quanto custa produzir e transformar nos Açores, para que assim se pudesse também conhecer qual a nossa posição nos mercados nacionais e internacionais, e onde poderemos chegar. Fosse qual fosse o nome empregue, a necessidade de um mecanismo que esclarecesse a formação dos preços do leite, agora permitia que houvesse uma maior transparência nos vários patamares deste setor, onde já se pode verificar na União Europeia o resultado de mecanismos com o mesmo objetivo. Agora, esperamos que não seja tarde a aplicação de algo semelhante.

Os países emergentes como a França, Holanda, Irlanda e Alemanha ainda na campanha 2014/2015, ou seja dentro do regime de quotas leiteiras, ultrapassaram as suas quotas, onde vão ter que pagar multas avultadas às prestações, agora têm a possibilidade de num mercado aberto, condicionar os preços à produção. Esta mesma reação já se pode verificar na indústria regional, que tem reduzido preços de forma galopante. Há que procurar países aliados e criar pressão na União Europeia para que haja um sistema de compensação na descida de preços, atuando quando se atinja um valor considerado mínimo ao preço do leite, mas para isso voltamos ao mesmo, a necessidade da existência de um mecanismo de transparência de valores, para se conhecer qual esse valor que poderá ser o mínimo aplicável ou não.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Uma Marca Açores assente na produção pela natureza, de facto traz uma imagem de qualidade e segurança aos consumidores, sendo este o caminho apontado para a diferenciação e qualidade dos lacticínios da Região. Um modelo que por bem as indústrias regionais têm seguido, reforçando a nossa presença nos mercados atuais, mas há que lembrar um ditado popular, pelo qual peço desculpa pelos termos," de que quem come a carne, tem que roer o osso". Uma indústria que quer uma produção sustentada na natureza, ou seja na pastagem, tem também que assumir que o volume de leite produzido é equivalente ao da produção de pastagem, e não prejudicando os produtores que desta forma natural quando estes excedem a sua produção. De forma inversa, quando as condições climáticas reduzirem a produção de erva, não deverão ser os produtores os únicos responsáveis pela indústria trabalhar com menor volume de leite com os mesmos gastos energéticos, sendo esta também uma justificação para a redução do preço. Mais uma vez repetimos, falta conhecer a formação de preços em cada um dos patamares desta fileira, assim como ter um real conhecimento do setor.

O Comité Social e Económico Europeu defende que após o fim do regime de quotas, a política leiteira não se deve a limitar o crescimento e a expansão, mas igualmente impedir o abandono da produção leiteira e apoiar os pequenos produtores, em particular nas regiões desfavorecidas. Cada vez mais se observa uma europa concentrada nas grandes economias e nos países de maior influência,

esquecendo as periferias. Mais do que nunca deve estar bem patente a luta pela criação de um sistema na Comunidade Europeia de regulação do mercado, evitando a falência dos produtores nos países mais desfavorecidos com o fim deste regime.

Com o Acordo do Comércio Livre EU-EUA, adiciona-se mais uma incerteza no setor leiteiro, onde mais do que um aliado, possa ser mais um concorrente nos mesmos mercados onde a Região tenta vingar. Mas agora perguntava ao Governo esperando também a sua resposta: qual a estratégia tem perante este acordo?

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Isso é que é!

O Orador: A diáspora Açoriana, principalmente na costa nordeste dos Estados Unidos e Canadá, são desde há muito um importante mercado dos produtos da Região, mas o que está feito perante estes acordos?

É conhecida a cultura comensal de produtos láteos pelo povo americano, onde há procura e curiosidade por produtos de origem étnica, embora as fortes barreiras alfandegárias que são exigidas aos nossos produtos não os deixem chegar lá. Mas o que foi feito nestes últimos anos perante estas barreiras, mas também perante estas oportunidades?

Qualquer estratégia defendida por este executivo, nunca pode esquecer toda a fileira já construída com o seu aval nestes últimos anos. Qualquer mudança brusca, mesmo que parecendo uma solução, tem que ter a reflexão do património já existente, tanto a nível físico,

como de orientação de produção e laboração. Neste momento são levantadas grandes dúvidas quando consultamos a comunicação social ou como ainda há puco ouvimos aqui o nosso Secretário em que a gente se depara com afirmações deste governo num mesmo parágrafo de que a "Região está preparada para o fim do regime de quotas leiteiras, mas que necessita de ajudas adicionais para lidar com este problema".

É a grande dúvida que paira aqui.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na audiência do Parlamento Europeu realizada a 27 de janeiro de 2015, em que esteve presente por iniciativa do Eurodeputado, Ricardo Serrão Santos, uma Delegação Nacional representativa do setor do leite e da qual fizeram parte diversas pessoas e entidades ligadas à produção e transformação nos Açores, e em que o Grupo Parlamentar do PS teve oportunidade de participar, todos os especialistas,

incluindo o Conselho Europeu do Leite, foram da opinião que o chamado Pacote do Leite, havia falhado ficando claro que o problema dos excedentes do leite, motivado pelo embargo Russo e pela diminuição das importações da China, são um problema à escala europeia onde os preços têm vindo a diminuir significativamente em todos os Países.

Em 2014, para termos uma ideia, o preço do leite baixou, em média 11% havendo países em que essa quebra foi de 20%, como na Bélgica, ou mesmo 40% na Estónia.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O mercado do leite não subiu os preços?

O Orador: Outros problemas identificados por diversos setores da União Europeia referem a venda de leite pela distribuição abaixo do preço de sustentabilidade, havendo superfícies a vender leite de marca, abaixo dos 41 cêntimos por litro.

Ao nível internacional e de acordo também com um relatório do Rabobank os preços de laticínios estão abaixo dos níveis sustentáveis a médio prazo, em que a procura mundial está a ser influenciada por uma série de fatores negativos que incluem o lento crescimento económico, o embargo da Rússia, o fraco interesse de compra pela China, moedas menos valorizadas nos mercados emergentes.

O banco aponta ainda que a China terá grande influência no balanço do mercado global durante o presente ano de 2015.

O índice de preços dos produtos lácteos da Organização das Nações Unidos, era em outubro de 2014, 26,6% abaixo dos números do ano anterior.

O conhecimento e as referências à situação mundial e da União Europeia, em particular, levam-nos a perceber e a enquadrar a situação do setor nos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foram apanhados de surpresa!

O Orador: ... sendo apenas por demagogia, má fé ou estratégia eleitoralista não reconhecer esta situação, atribuindo à política regional as dificuldades a que a fileira está confrontada.

Com o cenário internacional dos produtos lácteos e com a situação criada na Europa pela liberalização total da produção, facilmente se compreende que uma Região, qualquer Região, que produza mais de 30% da produção de um País e em que 80% da sua produção seja vendida fora do seu território, como acontece nos Açores, que haja impactos negativos num cenário de crise europeia, como considera a European Milk Board, pese embora a Comissão Europeia não reconheça esse cenário de crise.

A Região tem vindo a investir de forma assertiva e a fazer tudo o que está ao seu alcance para a sustentabilidade do setor agropecuário dos Açores...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nota-se!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Fazem é pouco!

O Orador: ... como demonstra a notável reestruturação ocorrida ao longo dos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Afinal aí já há governo!

O Orador: As explorações dos Açores em virtude da sua viabilidade económica foram aquelas que entre 99 e 2009 registaram maiores ajustamentos como a superfície agrícola útil média por exploração, a aumentar 41%.

Na Região a população agrícola é consideravelmente mais jovem que a nacional.

Os Açores destacam-se ainda pela produtividade alcançada de 30,4 mil euros por unidade de trabalho/ano, quase duas vezes e meia à média nacional.

Deputado Rogério Veiros *(PS):* Muito bem!

O Orador: A produção de leite aumentou, nos últimos 10 anos, 9,2% tendo o número de produtores diminuído nesse período, em 39%.

A produção de leite UHT triplicou.

A diversificação da produção de lácteos não sendo ainda a ideal tem vindo a crescer, graças também ao investimento na modernização das indústrias.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Que indústria, Sr. Deputado?

O Orador: O preço pago ao produtor, até ao início de 2014 cotava-se a níveis do continente português, o que acontece pela primeira vez em mais de 10 anos.

O fim do regime de quotas é uma realidade, sendo o cenário de aumento da produção, por parte de vários países o mais provável.

O momento é pois de natural preocupação e incerteza, mas também é o momento para cerrar fileiras e acreditar que temos capacidade e sabedoria de ultrapassar mais este difícil desafio para o qual todas as forças políticas devem estar unidas por um objetivo superior.

Não havendo varinhas mágicas a solução passa por continuar a trabalhar a vários níveis, desde logo ao nível da União Europeia, na implementação de medidas de monitorização do setor que permita uma gestão do abastecimento que crie e implemente um sistema de segurança para os momentos de crise que garanta um seguro (entre aspas) para o rendimento dos produtores.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Já agora segurança alimentar!

O Orador: Há que continuar a trabalhar aos vários níveis desde o Parlamento, o Conselho Europeu, a REPER, passando pela Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, no sentido de ter uma atenção particular para as Regiões como os Açores, cuja importância do setor é transversal a toda a sua economia e a toda a sociedade.

Refira-se a propósito que a Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia alertou recentemente, por iniciativa e inclusão na agenda por parte da Região Autónoma dos Açores, para os graves impactos relacionados com o fim do regime de quotas leiteiras que já se fazem sentir nos Açores, nomeadamente a

descida do preço pago à produção, manifestando por isso forte preocupação quanto ao futuro.

Neste sentido solicitam urgentemente à Comissão Europeia, ao Conselho e ao Parlamento Europeu a definição de mecanismos reguladores e um apoio financeiro excecional ao conjunto das fileiras agrícolas das RUP, confrontadas com a liberalização dos mercados.

Mais recentemente, no passado mês de março, o Governo dos Açores viu aprovado pela Comissão de Recursos Naturais, no Comité das Regiões, um conjunto de propostas que fez ao parecer sobre o futuro do setor do leite, salvaguardando a especificidade dos Açores, face ao regime das quotas leiteiras.

Sendo o POSEI um programa fundamental para a produção dos Açores, é necessário demonstrar a importância de um reforço do envelope financeiro do mesmo para diminuir os impactos do fim das quotas de leite na Região, bem como a criação de um sistema que seja automaticamente acionado quando forem atingidos determinados limites mínimos de preço de leite, que coloque em causa sustentabilidade do setor tendo em conta os custos de produção.

Mas também a nível nacional há que criar um verdadeiro código de boas práticas de distribuição que regule a relação entre os fornecedores e a distribuição: os prazos de pagamentos, os custos de comercialização, evite preços abaixo de custo, a obrigatoriedade de uma clara identificação de origem dos produtos lácteos e simultaneamente estabelecer medidas que concedam à defesa da

cadeia alimentar a capacidade de multar a grande distribuição que viole esse código de conduta, à semelhança, aliás, do que já acontece em outros países da União Europeia, posição coincidente com a recente manifestação de intenção do Comissário Phil Hogan que disse recentemente pretender introduzir legislação que garanta o justo preço pago aos produtores e evite práticas comerciais desleais praticadas pela distribuição.

Ao nível regional há que continuar a investir, e bem, como até aqui de forma a reforçar a competitividade do setor, nomeadamente nas acessibilidades, fornecimento de água e energia, na diminuição dos custos de produção, na modernização das explorações, na valorização dos produtos, na sua diferenciação e qualidade, trabalhando os mercados que mais valorizem os nossos produtos.

Permitam-me fazer aqui um parêntesis para referir uma afirmação feita pela Sra. Deputada Graça Silveira ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Estava a ver!

O Orador: ... daquela bancada que considero de grave.

Falar de forma jocosa ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Jocosa!

O Orador: ... dos investimentos que se têm feito nos caminhos agrícolas, na eletrificação, no abastecimento de água, como a senhora o fez, é um desrespeito perante os agricultores ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Os milhões que esta Região já recebeu para modernizar a agricultura e apenas se vê uma aguazinha …

Deputado Rogério Veiros *(PS):* Muito bem!

O Orador: ... desta Região, que durante anos e anos tinham que deslocar-se a pé para exportar leite, às costas, não tinham água para a higiene das suas explorações nem eletricidade.

Isso não se faz, é uma afronta ao trabalho diário que os agricultores desta Região fazem.

De realçar o enorme investimento público levado a efeito pelos Governos do PS no setor.

Foram, no último Quadro Comunitário de Apoio, bastante significativos os investimentos efetuados nas explorações leiteiras açorianas e que beneficiaram cerca de mil produtores.

Por outro lado, a Região tem vindo também a apoiar investimentos na indústria de transformação.

Esta aposta levou a que, por exemplo, no período de programação 2007/2013, se direcionassem para as agroindústrias regionais cerca de 50 milhões de euros de fundos comunitários, gerando um investimento global superior a 90 milhões de euros.

O Governo dos Açores decidiu também reforçar no âmbito do POSEI a dotação dos prémios aos produtores de leite em mais cerca de dois milhões de euros por ano e reforçar o preço do prémio à vaca leiteira.

No âmbito do PRORURAL+, recentemente aprovado foram propostas pela Região e aceites pela Comissão Europeia algumas medidas com grande impacto no setor agrícola e agroalimentar, como por exemplo, o apoio ao investimento das explorações agrícolas que vai ter taxas de apoio superiores às do programa que apoiará os agricultores em Portugal Continental.

O Governo Regional dos Açores reforçou já no Plano para o corrente ano, em cerca de 64%, as verbas destinadas às infraestruturas de apoio e à agricultura: caminhos de abastecimento de água ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Aí está! Até já está junto: caminhos de abastecimento de água!

O Orador: ... caminhos, abastecimento de água e eletrificação (perdão), tendo em vista a redução de custos de exploração e o aumento dos rendimentos.

Procedeu ainda ao reforço de 45% das verbas previstas noutras ações do Plano destinadas à abertura e essencialmente à manutenção da rede de caminhos rurais, que é atualmente cerca de 1 500 km, em toda Região.

Entretanto, a marca Açores, que alguns tentam descredibilizar desde já, vai contribuir para a afirmação e valorização dos produtos agroindustriais açorianos nos mercados, associada que está a uma imagem e qualidade e produção.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Agora é que vai ser!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Perante os desafios do setor torna-se necessário, diria também, fundamental, reforçar as relações entre a produção, transformação, distribuição, não podendo uns viver sem os outros, pelo que o Grupo Parlamentar do PS considera estratégico um entendimento alargado a toda a fileira que trate um conjunto de matérias comuns transversais, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Fizeram muito por isso, nomeadamente a formação!

O Orador: ... e estratégias na defesa da promoção do setor lácteo e de que o recente fórum do leite, organizado e promovido pelo Governo dos Açores, é um exemplo.

O caminho trilhado até aqui pela Região, pelos seus agricultores e industriais levam-nos a ter a confiança que saberemos ultrapassar os desafios do presente e do futuro.

Quem cria alarmismos...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Alarmismos! É o mesmo alarmismo quando diziam que as quotas iam acabar.

O Orador: ... quem está sempre a dizer que o setor está condenado, quem não acredita nas nossas potencialidades, e muito em especial, quem não acredita na capacidade dos produtores e industriais, para ultrapassar estes difíceis desafios, está a prestar um péssimo serviço aos Açores e aos açorianos.

Está a apostar para trás, como é o caso de alguns partidos da oposição.

Da parte do PS, e certamente do Governo dos Açores, conscientes das dificuldades, mas conscientes das nossas potencialidades do trabalho desenvolvido, os produtores podem esperar sempre a procura de soluções que, em diálogo permanente com toda a fileira, nos levarão a ultrapassar mais este desafio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que este debate provocado pelo Grupo Parlamentar do CDS, é um debate que se está a realizar no atual contexto em bom tempo, sem alarmismos, porque este é um debate absolutamente necessário. Este debate é absolutamente necessário, como foram todos os outros debates que foram sendo realizados aqui nesta Casa ao longo de todos estes anos.

A verdade é que há um denominador comum ao longo deste período, que é um período de 12 anos...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* 12? 20!

O Orador: ... em que é anunciado pela primeira vez o fim das quotas em 2003, é reconfirmado em 2008 e finalmente eles acabam agora em abril de 2015.

Ao longo destes 12 anos quem governa nos Açores é sempre o mesmo partido, é o Partido Socialista.

É o Partido Socialista que ao longo destes doze anos teve esta responsabilidade.

Eu devo dizer o seguinte: nós estamos naquela situação, para dar uma imagem sugestiva, em que há um ladrão que anuncia com 12 anos de antecedência que naquela hora e naquele local vai praticar um assalto.

Ao longo de 12 anos o que seria expectável é que o representante do condomínio tivesse preparado a logística necessária para responder àquele anúncio de assalto.

O que aconteceu foi que ao longo de todos estes anos o Partido Socialista não cumpriu a sua função, pelo contrário, quando aquele anúncio é concretizado, o que é que nós encontramos? Encontramos lá, no apartamento, o ladrão que é confrontado com um Governo velhinho e cheio de joias.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Portanto, é neste contexto em que nos encontramos.

O que é que o Governo fez? Não fez absolutamente nada!

O que é que poderia ter feito ao longo destes 12 anos? Fez, o que ao longo de muito tempo os Açores fizeram. Foi ter a capacidade de saltar para novas estruturas produtivas...

Deputado António Parreira *(PS):* É preciso ter lata!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os senhores politizaram a agricultura!

Deputado António Parreira *(PS):* Já vou responder!

O Orador: ... e nós ao longo de muitos anos tivemos muitos ciclos produtivos que se esgotaram e os Açores sempre tiveram, a sociedade açoriana sempre teve, a capacidade de saltar para novos ciclos produtivos e de criar novas condições de riqueza, de criar novas produções e de ter uma aposta sempre correta e de preservar aquela que é a nossa grande riqueza que é o setor agrícola.

O que acontece é que no atual contexto, o Governo Regional esteve muito longe de ter um papel positivo, muito pelo contrário. Ao longo das políticas orçamentais que desenvolveu ao longo destes 12 anos, impediu de facto a alteração do sistema produtivo, impediu de facto a alteração do sistema produtivo ao longo de todos estes anos e das opções orçamentais que teve.

A verdade é esta: temos um setor agrícola diversificado como era exigível com o pré anúncio de 12 anos? Não. Não temos.

Diz o Governo: “Bom, mas fizemos alguma coisa!”. Claro. Fizeram alguma coisa, mas não fizeram, estão muito longe de ter feito o suficiente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito longe!

O Orador: Temos hoje um setor grande, completamente indefeso perante estas circunstâncias e não me venham com as questões da flutuação da China e da Rússia, porque estas circunstâncias seriam sempre péssimas, podem ser um pouco piores, um pouco melhores, agora as circunstâncias com que estávamos confrontados e com que deveríamos ter analisado outra coisa que o Governo Regional não fez, ao longo deste tempo, foi analisar o impacto real que teria esta situação, a verdade é que nós tínhamos essa consciência e não o fizemos. Não existiu uma resposta efetiva.

Perante este cenário, cuja responsabilidade é toda do Governo Regional, é de quem tinha a responsabilidade do condomínio porque também não me venham com a história que os Governos da República e o Governo Regional dos Açores teriam capacidade negocial para alterar uma política global da União Europeia em relação a este setor.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas deviam ter a capacidade de criar uma alternativa!

O Orador: O que se verificou foi que os diferentes Governos da República não têm esta capacidade na área da agricultura, como não tiveram em todos os outros setores.

O que aconteceu ao longo de todos estes anos, no âmbito das políticas que têm sido implementadas pela União Europeia foi, de facto, a

destruturação, a destruição da nossa capacidade agrícola e da nossa capacidade industrial.

Foi isso que aconteceu, do ponto de vista da capacidade de resistência de Portugal, em relação às pretensões da União Europeia.

Era previsível que Portugal não tivesse, e muito menos o Governo Regional dos Açores, que não tem competências específicas nessa área (é uma área de soberania) a capacidade para conseguir alterar as políticas que estavam projetadas por parte da União Europeia nesta matéria.

Portanto, o que se trata aqui é de um trabalho mal feito que vai ter consequências devastadoras para o conjunto dos Açores, em especial também para a Ilha de S. Miguel que concentra 75% da produção.

Há outras que estão menos dependentes, como por exemplo a Ilha do Corvo, em que a dependência é muito inferior, porque já tem outro tipo de produções, fundamentalmente na fileira da carne.

Mas se há uma ilha que terá um impacto tremendo e devastador é a Ilha de S. Miguel que concentra 75% da produção.

O que é que foi feito em relação a esta matéria? O que eu acho é que o Governo Regional, tratando isto quase como um exame oral, o que foi feito em relação a esta situação foi muito pouco e o Governo do PS chumbou claramente nesta matéria, porque ao longo de 12 anos não estudou e quando chegou ao exame temos uma situação de chumbo evidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, com toda a estima e consideração que sabe que eu tenho por si, lamento dizer-lhe que a sua intervenção é desadequada, não reflete a verdade e vem completamente fora de tempo.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Eu que sou a única que falo de agricultura há anos!

O Orador: Mas pelos vistos ultimamente falou pouco.

A Sra. Deputada faz parte ...

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Não seja tão modesta!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O Sr. Presidente já devia saber como sou!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado continue a sua intervenção.

Sr. Deputado tem a palavra.

O Orador: A Sra. Deputada faz parte do grupo de trabalho da Comissão de Economia para acompanhar o fim das quotas leiteiras. É aí que nós temos que nos focar agora.

O fim das quotas leiteiras acabou, infelizmente, para nós Região, por maioria do que foi feito na União Europeia e quanto a isso não podemos fazer mais. Estamos já noutro caminho, já estamos noutro patamar e pelos vistos o CDS-PP, como é normal, vem a reboque daquilo que faz o Governo.

A senhora na sua intervenção falou aqui entre várias coisas que o Governo negou que chegaria o fim das quotas leiteiras, isso não é verdade. O Governo nunca negou que chegaria o fim das quotas leiteiras.

O Governo e este partido sempre se debateram contra o fim das quotas leiteiras.

Quando a senhora diz que o POSEI não é suficiente, o Governo o que quer, para além do POSEI, é um regime específico para salvaguardar a quota leiteira e para comprovar isso disse o Eurodeputado do PS, Luís Paulo: "Os Açores vão precisar de ajuda depois das quotas leiteiras! Não tenhamos dúvidas!".

Isso não foi dito nem ontem, nem hoje, isso é dito desde o princípio.

A senhora parece também que é contra os caminhos, contra a eletrificação e contra a água nas explorações. A senhora deve estar completamente errada. Isso é um caminho que vem sido percorrido há muito tempo e sem isso feito, e entre tudo o mais que eu vou dizer-lhe daqui a bocadinho, o que seria da agricultura se não fosse feito o que se tem feito.

Mas antes de entrar por este caminho e explicar-lhe minimamente o que o Governo tem feito para prever o fim das quotas leiteiras, queria tirar aqui umas dúvidas, numa nota da comunicação social, que tem a ver com o Sr. Deputado Artur Lima que certamente vai poder esclarecer-me, que eu ainda não percebi muito bem se esse debate de urgência tem a ver com as Jornadas do vosso partido ou se é Jornadas que têm a ver com a questão que estamos agora aqui a discutir.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O que é que isso acresce?

O Orador: Numa nota para a comunicação social no dia 12 de abril, o senhor diz: "Notamos também, que há aqui uma grande negligência do Governo Regional, que não se preparou devidamente para o impacto do fim da quota leiteira, inclusive no Quadro Comunitário de Apoio para 2014/2020, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Exatamente!

O Orador: ... em que não prevê nenhuma medida específica adicional que trouxesse alguma mais-valia a estes produtores e para a sua produção.

Portanto, acho, (eu repito) portanto acho que é necessário haver umas ajudas adicionais", defendia o senhor.

O senhor acha ou é mesmo preciso?

É que parecer é uma coisa e ser é outra.

Deputado José Ávila *(PS):* Exatamente!

O Orador: O senhor acha! Nós não achamos, é preciso. Isso é o que o Governo tem defendido.

O que eu lhe digo Sr. Deputado Artur Lima, o senhor por acaso conhece o Programa PRORURAL e o POSEI? Já o estudou, já o percebeu?

Se não percebeu, certamente perceberá no decorrer da minha intervenção que está a faltar à verdade ou desconhece completamente a realidade.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O reino dos céus vai ser seu!

O Orador: O senhor ainda diz mais: que em breve, irá a Lisboa para ter um encontro com a Sra. Ministra da Agricultura, Assunção Cristas, de modo a negociar algumas ajudas adicionais para os Açores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Estou a ver que o senhor leu com atenção a nossa nota de imprensa!

O Orador: O Sr. Deputado diz que desde 2006 que é praticamente certo, também numa outra nota, que a quota leiteira acabava e que o Governo sempre empurrou com a barriga para a frente...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É verdade!

O Orador: ... e vem o Sr. Deputado agora, nove anos depois dizer que vai falar com a Sra. Ministra. Onde é que andou o Sr. Deputado este tempo todo? Será que o senhor andou perdido em combate? Nove anos depois é que o senhor vem dizer que vai falar com a Sra. Ministra?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O que é que o senhor fez até agora? Zero! Até agora: zero!

Agora é que o senhor vai falar?

É preciso que os lavradores percebam que o CDS-PP durante estes nove anos fez zero por esta causa e agora depois do fim das quotas leiteiras é que o senhor vai falar com a Sra. Ministra. Está certo! É a sua opinião!

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Vem uma vez mais a reboque do PS e do Governo.

Sr. Deputado, já agora, diga-me lá o que fez a Sra. Ministra, do seu partido, em relação ao fim das quotas leiteiras, quer no continente, quer aqui na Região. O senhor sabe o que é que ela disse na nota que tem aqui na comunicação social?

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ó António, essa agora!

O Orador: Vou dizer-lhe o que é que ela disse, Sr. Deputado.

"A posição da Comissão Europeia é de podermos estar tranquilos e otimistas porque a procura mundial de leite tem aumentado mais e a oferta Europa tem aqui uma oportunidade para exportar", afirmou a Sra. Ministra.

Isso é que é a resposta àquilo que nós precisamos, Sr. Deputado? Oh, Sr. Deputado, sinceramente!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor pergunte ali ao Sr. Presidente e ao Sr. Secretário o que é que eles fizeram. Essa é que devia ser a sua pergunta!

O Orador: O Sr. Deputado diz que o Governo é negligente, que não se preparou mas que os produtores deram um passo gigante na melhoria dos produtos lácteos e do leite dos Açores. É verdade e é certo.

Os nossos agricultores têm colaborado com todo este processo de transformação, bem como as associações de produtores que conjuntamente com o Governo tem desenvolvido uma estratégia de desenvolvimento e crescimento, de modo a tornar as explorações agrícolas o mais competitivas e menos dependentes.

O Sr. Deputado reconhece o trabalho dos produtores e bem, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Se não fossem eles!

O Orador: ... mas por uma questão política, ou por desconhecimento, o que não acredito, não é capaz de reconhecer o trabalho do Governo, o que lhe fica mal, enquanto melhor partido da oposição segundo a sua opinião.

Empurrar com a barriga para a frente Sr. Deputado? Este Governo tem feito tudo, com a barriga, com os pés, com a cabeça, com tudo o que é possível, para puxar os Açores para cima, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor no fim resumiu a política do PS: com os pés!

O Orador: Ao contrário, é com todo o corpo, para puxar os Açores para cima, enquanto o Sr. Deputado e o seu Governo da República puxam os Açores para baixo e não ajudam o Governo sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isso é que foi uma intervenção sem "pés nem cabeça"!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Lúcia Arruda está no uso da palavra.

Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: O fim das quotas leiteiras pode-se transformar num desastre económico-social, na Região Autónoma dos Açores. A experiência do embargo russo e as suas repercussões na nossa região, são bem o sinal daquilo que a não ser evitado pode significar em muito maior grau o fim das quotas leiteiras. É preciso não ter dúvidas, esta decisão da Comissão Europeia é a tradução política dos grandes interesses do setor, que ao pretenderem acabar com a regulação, mais não visam do que acabar com as pequenas produções para depois ditarem as suas leis.

É o pensamento neoliberal em toda a sua pujança, que é bem patente nas declarações do Comissário Europeu, Phil Hogan, no passado dia 26 de março "Pela primeira vez, em mais de 30 anos, serão as forças de mercado a determinar a quantidade de leite produzida na Europa"!

É bom que nos lembremos, neste momento, que foi o mercado livre na área económica/financeira que deu origem à crise de 2008, da qual ainda não saímos e que tanto sofrimento, continua a provocar às pessoas. Mas hoje, quando assistimos a tanta falta de memória de responsáveis em Portugal, por aumentar crise à crise, como no caso do BES ou da PT é bom que tenhamos memória sobre o processo das quotas leiteiras.

Tem razão a Ministra Cristas em culpar o PS por ter aceite o fim das quotas (e toda a gente se lembra ministro Capoula dos Santos, ministro Jaime Silva), mas falhou, no mínimo, a senhora Ministra no alargamento do prazo de transição para os Açores. Falta de

mecanismos na EU? Não, Sras. e Srs. Deputados! Porque quando foi do dossiê da energia e alterações climáticas o Governo português, e bem, não deixou fechar este dossiê sem que a França e Espanha entrassem em acordo com Portugal para aumentar as interligações energéticas nos Pirenéus, para Portugal poder exportar energia.

Afinal, o Governo da República sabe as ferramentas que pode utilizar, o problema são as prioridades políticas e pelos vistos as quotas leiteiras não eram uma prioridade política. Mas também, não deixa de ser significativo que em dezembro de 2013 no Parlamento Europeu PS/PSD e CDS votassem contra uma proposta de Resolução do Grupo Unitário da Esquerda- GUE, (onde está o BE e o PCP, já agora a proposta foi originalmente do PCP), que defendia a necessidade de manutenção das quotas leiteiras para além de 2015. Portanto, se hoje, o que importa, Sras. e Srs. Deputados, é sermos unidos e fortes contra este ataque ao nosso maior setor produtivo é também importante não esquecermos como chegamos até aqui. E este combate vai ser duro. Na passada quinta feira, quando o deputado do BE, Luiz Fazenda, confrontou o Comissário Phil Hogan com a situação dos Açores, este foi perentório e disse " O POSEI e os mecanismos da PAC, nomeadamente, os pagamentos diretos, tem tudo para acomodar a situação", por outro lado, ainda disse o Comissário: "vão vender mais leite para a China", recomendou mais transformação industrial e rematou dizendo que os Açores tiveram vários anos para se adaptarem e que daqui a um ano far-se-á a avaliação. Ora, Phil Hogan

é fiel às declarações de 26 de março, os mercados é que vão mandar, que é como quem diz, deixem os mercados funcionar e depois do desastre logo se vê!

Todos nós sabemos, que a China está comprar menos e que com esta liberalização, para além dos grandes produtores da europa, que pretendem aumentar largamente a sua produção de leite, também todos nós sabemos que os Estados Unidos da América, a Nova Zelândia e a Austrália, para além de competir no mercado chinês querem invadir o mercado Europeu. Portanto, estas são respostas para "português ver".

Vemos esta situação com muita preocupação e por isso esperamos que do agendamento, feito pelo PCP, sobre as quotas leiteiras, para o qual vários partidos apresentaram também Projetos de Resolução na Assembleia da República, resulte numa posição forte e unânime de toda a câmara, em defesa deste setor económico no país e nos Açores.

O BE/Açores, vai entregar na Mesa desta Assembleia um Projeto de Resolução para conhecimento de todas as bancadas, da autoria do BE na Assembleia da República com medidas extraordinárias para a R.A.A., passo a citar:

Recomenda, o BE ao Governo da República que junto das instituições europeias, garanta uma linha excecional de apoio aos produtores de leite das zonas ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, que em particular e em colaboração com o Governo Regional no respeito da autonomia, intervenha ativamente junto dos produtores de leite nos

Açores, garantindo a vigilância dos preços pagos ao produtor e que crie apoios no sentido da manutenção das explorações leiteiras.

É este esforço que o BE acha que deve ser comum, aqui, como na República, estamos a falar do, atualmente, principal setor económico da nossa Região. Estamos a falar de milhares e milhares de pessoas que dependem deste setor.

Estamos a falar de lutar contra a eventualidade de um verdadeiro desastre económico e social na nossa Região, por isso toda a força conjunta é necessária na defesa dos Açores.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** *(Vasco Cordeiro):* Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para participar no debate.

Tenho acompanhado com muita atenção aquilo que tem sido dito pelas diversas bancadas.

Em primeiro lugar acho que é sintomático que este pedido de urgência surja exatamente depois de terem acabado as quotas leiteiras.

Se isso diz muito relativamente à situação que temos, diz muito também relativamente a quem o propôs.

Em segundo lugar eu gostava de dizer que a forma aparentemente ligeira como tem decorrido este debate, não nos deve fazer esquecer a

seriedade que o assunto tem e não nos deve fazer esquecer a importância que o assunto tem para a nossa economia.

Aquilo que eu gostaria de trazer a este debate também, era no fundo, a atenção e a forma como me parece importante nós dissecarmos a situação que temos. Dissecarmos a situação que temos porque aquilo que aconteceu a 1 de abril foi a parte das quotas leiteiras, das quotas da produção, não foi aquilo que em relação a um conjunto de outras regras, que devem nortear a relação entre nomeadamente indústria e produção, que devem continuar a existir.

Nós precisamos de ter cuidado quando analisamos a situação, nomeadamente a do preço do leite à produção, porque não se pode tomar "a nuvem por Juno" e não se pode considerar que algumas das situações que nomeadamente no nosso arquipélago se verificam em relação ao comportamento do preço do leite pago à produção, tem a ver com o regime de quotas leiteiras, quando não tem nada a ver com o regime de quotas leiteiras.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O Sr. Presidente devia ter ficado em silêncio!

O Orador: Se a minha intervenção está a perturbar os seus apartes, Sra. Deputada, eu calo-me.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os apartes são regimentais!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista aquilo que eu gostaria de trazer à câmara era, no fundo este alerta, ou seja a necessidade de considerarmos que na diversidade de situações que nós temos na

nossa Região, há casos em que efetivamente o comportamento do preço do leite à produção, pode não estar a ter o comportamento que tem por um fator determinante derivado da abolição do regime de quotas leiteiras.

Em segundo lugar, uma ideia que também me parece importante é que o principal efeito que a abolição do regime de quotas leiteiras traz para o setor leiteiro dos Açores, é a necessidade de estarmos, ao contrário do que acontecia até aqui, atentos àquelas que são dinâmicas mundiais nesse domínio.

Eu não concordo com a afirmação que foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando diz que anteriormente também o comportamento da China e da Rússia, não teriam (pelo menos naquilo que eu percebi, óbvio) tanto impacto como têm agora.

Agora têm mais impacto do que tinham antes. Agora têm mais impacto do que tinham numa situação em que havia quotas leiteiras, pelo simples motivo que elas deixaram de existir.

Portanto, estamos a competir num conjunto variadíssimo de fatores com aquilo que se passa a nível mundial, com aquela que é a produção de leite nos Estados Unidos, com aquela que é a produção de leite na Rússia, com aquela que é a produção de leite na China, com aquela que é a produção de leite na Nova Zelândia.

A atenção às circunstâncias que levam a esses comportamentos, a mim parece-me absolutamente determinante.

A Comissão Europeia publicou uma previsão no inverno de 2015, uma previsão em relação àquele que é o comportamento de preços e de produção para o futuro próximo.

Aquilo que a Comissão Europeia considera é que no momento presente não é previsível que haja um aumento substantivo, um aumento particularmente significativo em termos de produção de leite.

Isso acontece por um conjunto variadíssimo de fatores, mas tem a ver fundamentalmente com aquilo que é a análise feita pelos serviços da Comissão em relação ao número de vacas leiteiras presentes num conjunto de países em que se previa o aumento de produção, mas não só o de vacas leiteiras, mas também de novilhas que dentro de aproximadamente um ano poderão entrar em produção.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E o preço do leite? O que nós podemos fazer é produzir melhor leite. O que é que os senhores fizeram em relação a isso?

O Orador: A situação entre estados membros é muito variável e é muito diversa.

Se é certo que em alguns casos há uma diminuição do efetivo leiteiro em alguns países, noutros casos há um aumento considerável.

Mas serve isso para dizer o quê? Serve isso para dizer que o impacto das quotas leiteiras não se esgota agora no mês de abril, isso exige uma monotorização a longo prazo.

No próximo ano esse impacto ainda se vai verificar.

No próximo ano ainda teremos que estar atentos em relação a esta matéria e agir em conformidade com ela.

Esta componente das razões pelas quais o preço do leite pago à produção se comporta na nossa Região, julgo que é uma questão decisiva.

Se é certo que há casos em que o aumento da produção pode ter essa influência (nós estamos neste momento em janeiro com um aumento de produção na ordem dos 14%; em fevereiro num aumento da ordem de produção dos 10%) também há circunstâncias em que é difícil ligar o comportamento do preço à produção, àquilo que é a abolição do regime de quotas leiteiras. Tem a ver com outras razões. Tem a ver com razões mais antigas.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É verdade! Bem mais antigas! Não podia estar mais de acordo!

O Orador: Tem a ver com razões que derivam desde logo com opões comerciais de cada uma das indústrias em termos de desenvolvimento de produtos.

Significa isso que nós devemos, pura e simplesmente, ignorar essa situação e dizer: "Bom, isso não tem a ver com as quotas leiteiras e portanto não temos que nos preocupar com isso?". Não, não quero dizer isso mas perceber exatamente a situação que temos parece-me que é fundamental para podermos definir a forma como atuamos em relação a ela.

Há um dado, porém, objetivo na situação do setor leiteiro da nossa Região e aproveitaria mais esta oportunidade para dar o público reconhecimento, para expressar em nome do Governo, o público reconhecimento ao extraordinário trabalho que foi feito pela produção, e também pela transformação, nas ilhas dos Açores, no passado recente.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Foi o que nos valeu!

O Orador: A forma como o setor leiteiro se transformou, a forma como o setor leiteiro se modernizou, a forma como a produção respondeu aos desafios da quantidade e da qualidade, é algo merecedor de elogio público aqui e em qualquer parte do mundo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os governos regionais não são os donos desse sucesso, mas os governos regionais são, com muita honra e com muito orgulho, parte dessa história de sucesso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação àquela que é a estratégia, a famosa estratégia que de vez em quando vem à baila, bom, essa estratégia tem linhas muito claras e não é de agora. Essa estratégia já vai sendo prosseguida há muito tempo.

A diminuição dos custos de produção, a valorização ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Onde?

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso é um discurso velho!

O Orador: Já agora eu gostava de dizer que ouvi termos que considero insultuosos. Referir-se que ordenhar as vacas às claras dá jeito e que pôr água corrente nas explorações é para lavar uma bilha, bom, isso é um insulto a quem ordenha vacas e é um insulto a quem vive do produto da exploração leiteira na nossa Região.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E é!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Porquê? Porque um agricultor que pede luz elétrica para a sua exploração, não pede para ordenhar as vacas às claras. Pede para poder ter refrigeração e poder vender o seu leite mais caro.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ainda pedem! Ó Sr. Presidente!

O Orador: Um lavrador que pede água para a sua exploração não pede para lavar uma bilha, pede para não gastar dinheiro em gasóleo e em tratores a ir buscar água distante.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor não podia dizer melhor!

O Orador: Dizer que pôr luz nas explorações e água nas explorações é para os lavradores ordenharem as vacas às claras e poderem lavar uma bilha, é um insulto ao trabalho que o setor agrícola tem feito na nossa Região.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Era para dar festas, não!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas podíamos citar muito mais.

A modernização de infraestruturas e do parque industrial leiteiro; a diferenciação de produtos; a profissionalização dos nossos agricultores. Eu sinto orgulho e não é por vir desse setor. Eu sinto orgulho quando vejo agricultores na casa dos 20, dos 30 anos discutirem com técnicos o emparelhamento genético de animais; discutirem com técnicos qual é o touro que através de inseminação artificial vai dar melhor garantia; como é que hão de gerir a parte da alimentação do gado; como é que hão de gerir a parte da sanidade animal.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é um "fait diverzinho" para esconder a incompetência do seu Governo!

O Orador: Eu sinto orgulho num setor agrícola que foi capaz de fazer esse percurso e sinto orgulho nos agricultores da minha Região porque estão cada vez melhor preparados para ultrapassar os desafios do futuro.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Afinal a universidade tem feito um bom trabalho!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados:

Significa isto que tudo está resolvido? Não.

Significa isto que não há desafios no horizonte? Não, não significa.

Significa isto que nós não devemos estar alerta? Não, não significa.

Que há perigos que espreitam? Há certamente perigos que espreitam.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Pois há!

O Orador: Há perigos que espreitam em preços do leite. Há ilhas que vivem, que dependem de uma só indústria e que têm uma situação aflitiva em relação ao preço do leite e obviamente que isso merece também preocupação da nossa parte e há duas formas como nós podemos encarar essa situação: podemos dizer: "está tudo mal.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Estar do lado da solução!

O Orador: Isto vai ser uma desgraça, isto vai ser uma catástrofe. Vamos morrer todos!". Ou podemos dizer: "da mesma forma que chegámos até aqui, vencendo os desafios que vencemos, também vamos vencer estes desafios".

Eu conto com os lavradores dos Açores e eles sabem que podem contar com este Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de irmos para intervalo o Sr. Secretário vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 4 minutos e 45 segundos;

PS – 13 minutos e 15 segundos;

CDS-PP – 24 minutos e 30 segundos;

PSD – 17 minutos e 15 segundos;

BE – 3 minutos e 40 segundos;

PCP – já não tem tempo;

PPM – 3 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 45 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 16 minutos

Vamos então continuar o nosso debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Agricultura inicia a sua intervenção a dizer que os agricultores confiaram neste Governo. De facto é verdade. O problema é que os senhores traíram a confiança dos agricultores com a vossa incompetência.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Olhe que não!

A Oradora: Aliás os únicos que cumpriram o seu papel, até agora, foram exatamente os agricultores. Se a agricultura açoriana sobreviveu a anos e anos de políticas de agricultura completamente desastrosas pelos sucessivos governos socialistas, isso deve-se exatamente a eles, aos agricultores.

Deputado José San-Bento *(PS):* Como pode dizer isso!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Não tem comentários!

A Oradora: Quem não cumpriu com o seu papel foram os senhores.

O Sr. Presidente do Governo acha que os agricultores não merecem a forma jocosa como eu me referi aos investimentos feitos pelo Governo à agricultura. Pois, eu digo-lhe Sr. Presidente do Governo, aquilo que os agricultores não merecem é que os senhores tenham esturrado milhões para que ao fim destes anos todos a única coisa que a gente consiga garantir aos agricultores são as condições mínimas de dignidade para quem trabalha todos os dias na agricultura, que é terem eletrificação e água para conseguirem garantir a sanidade.

Em relação a isso ainda muita coisa há por dizer, porque o Sr. Secretário continua a não responder, como é que se justifica que ao fim de todos estes anos ainda tenhamos mais de 20% das explorações que não cumprem com os critérios mínimos de condições de higiene e segurança e especifique em relação ao número máximo de células somáticas e de microrganismos totais.

Quanto ao Sr. Deputado António Toste, a quem eu devolvo a estima e consideração, devo dizer que não poderia estar mais de acordo consigo, efetivamente o Governo tem feito tudo com os pés.

Deputado António Parreira *(PS):* Dos pés à cabeça!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Perdeste o sorriso, António!?

A Oradora: O problema é exatamente esse, é a falta de cabeça nas tomadas de decisão e nos investimentos que têm sido feitos para o setor.

Este Governo continua a afirmar que vamos ser capazes de ultrapassar os desafios, modernizando o setor, investindo na formação dos jovens agricultores.

Portanto, eu pergunto Sr. Secretário, como é que se justifica que no PRORURAL, que acaba de ser aprovado, a primeira medida, leia-se "transferência de conhecimentos e inovação nos setores agrícola, florestal e nas zonas rurais, não tem qualquer dotação orçamental"?

Ou seja, os senhores consideram que afinal a formação, a transferência de conhecimento não é necessária para o setor na Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Quanto à qualidade, por exemplo, nos apoios que se dá à vaca leiteira, eu não percebo como é que nós podemos estar a fomentar o desempenho que prima pela qualidade, quando o apoio é exatamente o mesmo a quem entrega leite de excelente qualidade e a quem nem sequer consegue cumprir com os mínimos de qualidade, higiene-sanitária.

Não consigo compreender como é que com apoios e incentivos desta forma os senhores conseguem dar sinais que efetivamente este Governo está empenhado na melhoria da qualidade do leite açoriano.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Já agora também gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, sabendo que um dos mecanismos que nós temos para valorizar os nossos produtos de excelência da Região são as certificações a nível europeu, eu pergunto por que é que a gente ainda não começou a capitalizar a denominação DOP do queijo do Pico ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Vamos lá responder!

A Oradora: ... porque até hoje não se produziu um único quilo de queijo do Pico que possa usufruir da denominação.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura** *(PSD):* Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que existem políticas globais que afetam as políticas internas. Isto é uma evidência.

É uma evidência que criou unanimidade ao longo desses anos nesta Casa e com os partidos políticos na defesa do regime de quotas leiteiras na União Europeia. Todos éramos a favor, embora o PS por duas vezes chumbou nesta Casa iniciativas do PSD com vista à manutenção deste mesmo regime.

Mas, independentemente do chumbo, éramos todos unânimes (e somos, penso eu, todos unânimes) na defesa dessa limitação administrativa da produção de leite, porque protege as regiões

ultraperiféricas, porque protege as regiões mais pobres, porque protege as regiões ultra afastadas.

Bom, mas isso é a política global.

A política global não impede de avaliar a nossa política doméstica, a nossa política agrícola regional, se é que existe.

Hoje nós temos um Governo Regional que não tem uma política agrícola regional, é um mero transpositor dos apoios comunitários para os agricultores da Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Nós não temos iniciativa própria, nem temos ações próprias conducentes a valorizar e a criar sustentabilidade, segurança, planeamento e previsibilidade na nossa agricultura, por isso é que o fim das quotas leiteiras só é um grande problema porque nós não fizemos o trabalho de casa, ou seja, o Governo Regional não fez o seu trabalho de casa, por isso é que o fim das quotas leiteiras é um assunto alarmante.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ai que nervos!

O Orador: É um assunto alarmante para os agricultores, para todos os açorianos e para a economia dos Açores.

Efetivamente assim é, por isso os agricultores têm medo de exercer a sua profissão nesta Região e estão entregues a si próprios, senão vamos a factos.

Nós hoje em dia ainda não sabemos quanto é que custa produzir um litro de leite nas várias ilhas;

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ora!

O Orador: Nós não sabemos quanto é que custa produzir um quilo de carne nas várias ilhas;

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ora!

O Orador: Nós não sabemos as contas de cultura nas várias ilhas;

Nós não acompanhamos os mercados (não há previsibilidade, não há estudos perspetivos, nós não sabemos o nosso grau de autoaprovisionamento, nós não sabemos das nossas importações, nem muito menos das nossas exportações, nós não conhecemos a formação dos preços entre o produtor e o consumidor).

Portanto, há aqui um conjunto de lacunas que qualquer Governo responsável teria implementado e teria conhecido, ...

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... porque não se pode governar sem conhecer esses indicadores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Como é que se pode governar com responsabilidade numa Região, construir políticas regionais se não se tem esses indicadores de base?

Tudo morre pelo alicerce.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Aqui é pelos pés!

O Orador: Mas mais grave. Como é que se pode reivindicar políticas na União Europeia? Como é que se pode fazer a defesa intransigente das quotas leiteiras ou de outros mecanismos de protecionismo se não

se tem esses indicadores? Se não se tem o regular conhecimento desses mesmos indicadores na Região?

Portanto, falha aqui o trabalho de casa.

Mas, pior do que o Governo não ter feito por omissão é não ter cumprido aquilo que ele próprio prometeu. Isto é que é grave.

Recordo, por exemplo, o Centro de Leite e Laticínios.

Ora, o Centro de Leite e Laticínios foi prometido em 2004. O Centro de Leite e Laticínios estava no Programa do Governo e dizia assim: "Instalar e apoiar o funcionamento do Centro de Leite e Laticínios dos Açores e fomentar a criação do Laboratório Interprofissional do Leite". Isso foi em 2004. Onze anos depois ninguém conhece o Centro de Leite, ou seja estratégia. Estratégia não existe! Estratégia não existe!

Aliás, o Centro de Leite e Laticínios foi apresentado pelo atual Presidente do Governo Regional, era na altura Secretário Regional da Agricultura no Congresso dos Agricultores.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Já estão no Governo há 20 anos e não fizeram nada!

O Orador: Aliás, nós por três vezes já apresentámos nesta Casa algo mais consistente, algo mais complementar, algo que iria de facto conhecer a formação dos preços, que era o Observatório.

Recordo que a primeira vez que apresentámos em 2007, o Observatório, a resposta do PS era a seguinte, relativamente ao nosso Projeto de Resolução: "A necessidade de aprofundar conhecimentos e

delinear estratégias para o setor leiteiro açoriano, leva o Governo Regional a apoiar a instalação do Centro Açoriano do Leite e Laticínios, que irá sentar à mesma mesa, produção, transformação e comercialização.

A duplicação de serviços é prejudicial a qualquer setor económico.

A instalação do Observatório proposto, antes de serem conhecidos os resultados produzidos pelo Centro de Leite, sobre o principal produto agrícola, seria contribuir para esta duplicação.

Pelo que atrás ficou exposto, o Grupo Parlamentar do PS irá votar contra o Projeto de Resolução".

E há um Deputado do PS que diz: "Muito bem!".

Ora, muito bem e quinze anos depois ainda não temos nada nesse sentido.

(*Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Muito bem e ainda não temos nada nesse sentido. A verdade é esta.

É preciso ter descaramento: muito bem!

Mas recordo também que mais para a frente em 2009, depois de várias insistências, a segunda vez que o Observatório aqui veio, o Governo Regional respondia: "Não. O Centro de Leite e Laticínios continua a ser uma prioridade do Governo Regional e representará um

valioso instrumento para o aperfeiçoamento da organização da cadeia de valor do leite dos Açores e para a criação de reforço de parcerias em todos os agentes". 2008. Ora muito bem, uma prioridade, 2008.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Em 2008!

O Orador: Deixou de ser prioridade.

Isto para dizer que depois desses anos todos a verdade, e contrariamente àquilo que diz o Sr. Presidente do Governo, o Observatório é um elemento fundamental para a política regional e para o setor da bovinicultura de leite. Aliás quem o afirma é o Presidente da Federação Agrícola dos Açores. O Observatório do Leite tem de ser criado o mais rapidamente possível. Sim senhor, nós temos razão, quem não tem razão é quem não fez o seu trabalho de casa, foi o Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Aliás, contrariamente àquilo que diz o Sr. Presidente do Governo, diz o Presidente da Federação Agrícola: "Só assim é possível ver transparência em todo o setor e evitar que as indústrias baixem o preço do leite de forma abrupta".

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Eu disse o contrário?

O Orador: Portanto, contrariamente a outras circunstâncias, o Observatório é o valioso instrumento para impedir a descida do preço do leite.

Portanto, sobre isso estamos falados.

Mas há mais.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tal carrete!

O Orador: A questão do emparcelamento, toda a gente se lembra a grande aposta e a grande publicidade, publicidade enganosa do Governo Regional sobre o emparcelamento, inclusive criou um projeto piloto no Faial, que nunca passou de piloto, que nunca ninguém soube os resultados.

É tão simples quanto isto: quais os resultados deste projeto piloto?

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Ainda não estava certificado!

O Orador: Foram grandes anúncios, grande é o projeto, grande aposta no emparcelamento. Teve uma dotação financeira no Plano de 2006, como o Centro de Leite também esteve lá, com um milhão de euros em 2006 e não se gastou nada.

Portanto, quer o Centro de Leite, quer o emparcelamento não resulta da falta de dinheiro, mas da incompetência do Governo Regional para efetuar aquilo que prometeu.

Portanto, há responsabilidades na agricultura açoriana e na Política Agrícola Regional.

Mas temos mais: grupos de vulgarização.

Recordo, por exemplo, e quero ler o que estava no Programa de 2004.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Quando? 2004!

O Orador: Programa de 2004, vulgarização: "promoção da atividade e extensão rural, através da assessoria técnica às explorações e à contabilidade e gestão de empresa agrícola, desenvolvendo-se a formação de grupos de gestão por zonas e culturas locais". Alguém viu isto na dos Açores? Alguém viu isto nos Açores desde 2004?

Não passou de uma simples inscrição num simples papel.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas eu ainda podia recuar mais, a 96.

Em 96, o Programa do Governo dizia o seguinte: "Os Serviços de Desenvolvimento Agrário têm de ser responsabilizados pelo apoio a ações de vulgarização e às atividades de investigação". 96!

Também não se fez nada, 96 para 2004; 2004 para 2015. Nada disso existe, quando é, obviamente, algo unânime entre todos que a vulgarização, o apoio de campo da forma da gestão das explorações, da forma de transmissão dos conhecimentos, é fundamental para a evolução da agricultura porque nos Açores não há agriculturas iguais e cada ilha é uma realidade, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: ... do mesmo modo que nos Açores é errado dizer que todas têm água, caminhos, eletrificação. É mentira! Há ilhas cada vez mais desiguais nestas matérias!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Mas também o Governo Regional, e continuamos no campo dos anúncios, porque o da prática não existe, anunciou uma fórmula para indexar o preço do leite ao continente e perceber o preço de leite nos Açores. Criou um grupo de trabalho. Quantas vezes reuniu esse grupo de trabalho? Quais são as conclusões desse grupo de trabalho?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tal carrete!

O Orador: Ninguém sabe. Ninguém conhece. Mais um anúncio.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Uma visão!

O Orador: Depois criou também um grupo de trabalho técnico sobre o leite, ou seja, sempre que havia uma dificuldade o Governo Regional criava ou um grupo de trabalho ou criava uma nova fotografia. Tão simples quanto isso! Ou um grupo de trabalho ou uma nova fotografia e tanto uma como a outra não tinha reflexos práticos nenhuns.

Esta é que é a verdade!

Portanto, mais um grupo de trabalho, mais uma fórmula e depois a marca Açores. Ah, esta sim, a marca Açores!

Em 2004: "promover campanhas promocionais da marca Açores para os produtos lácteos".

Onde é que está a marca Açores? Onde é que está? 2015, 2004, onze anos depois. Será que vai ser agora? Será que o Governo Regional leva onze anos a implementar aquilo que promete? São onze anos de atraso. Marca Açores! Vai ser agora! Não existe.

Dizia em 2004 o Presidente do Governo, na altura Carlos César, que "aumentar as exportações de lácteos, de produtos lácteos com a Madeira e as Canárias".

Ora, de facto foi mais um anúncio, uma visão, porque quando nós questionámos em 2008, quais eram esses países e quais eram essas exportações e para quantificar e qualificar, o Governo Regional, respondeu: "Não se encontra publicada informação estatística que permita apurar qual a evolução da quantidade de produtos lácteos".

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Não sabemos. Nos anúncios prometem e depois não sabem quantificar.

Portanto, nós temos razão, não sabemos das importações, nem sabemos das exportações.

Mas mais grave.

Ainda recentemente há seis meses atrás entregámos um requerimento nesta Casa para saber dos acordos estratégicos do Governo Regional com outras regiões porque assim foi anunciado várias vezes.

A verdade é que seis meses depois ainda não temos resposta.

Ao primeiro responderam que não tinham dados e a este não querem responder para não dizer outra vez que não tem dados, lamentavelmente!

Portanto, meus amigos, se nós quisermos avaliar efetivamente, também, em termos de política agrícola basta comparar os resultados do PS, com resultados do PS, quando o próprio Governo Regional diz que falhou na sua estratégia.

Por exemplo, eu vou dar-vos um dado muito importante.

O PRORURAL de 2007 dizia que o grau de marginalização da agricultura é elevado; o PRORURAL+, o de 2014/2020 diz que o grau de marginalização da agricultura é mais elevado.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Então ficámos pior! Não evoluímos!

Vários milhões depois, com 18 anos de governação ficámos pior!

Mas mais, o PRORURAL+ diz o seguinte: "O PRORURAL+ assinala que temos uma incapacidade de diversificação do tecido empresarial e uma desertificação e envelhecimento das populações".

Bom, mas isto eram os objetivos do PRORURAL de 2007. Então não foram atingidos!

Diz mais: "Há uma disparidade inter-regional na distribuição da população".

Mas um dos objetivos do PRORURAL era fixar população. Então não foi atingido!

Mas diz mais: "a excessiva dependência do mercado externo, quer no abastecimento, quer no escoamento".

Mas isso era o objetivo do PRORURAL 2007, de 2013.

Então isso não foi atingido!

Então ficámos piores, com vários milhões. Os milhões foram utilizados em quê? Atirar dinheiro aos problemas? Claramente que há vários erros do Governo Regional nesta matéria.

Primeiro: quando o Governo Regional diz que vai dar mais um apoio, o que está a fazer é criar, porque não criou independência, está a criar mais dependência dos apoios públicos.

Este é um grande problema da agricultura dos Açores, é que os agricultores estão cada vez mais dependentes dos apoios públicos e menos dependentes daquilo que produzem e nenhum agricultor quer isto na sua Região. Nenhum agricultor quer isto na sua Região!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O PS dos Açores não tem influência no PS nacional!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Outro que existe nos Açores é, efetivamente, quando se diz que se aumentou a quantidade e o aumento da quantidade é sinal de sucesso. Não! Mais leite não é sinónimo de mais rendimento. Nunca foi! É um engano.

E o segundo, o terceiro momento é quando se diz: Nós diminuímos o número de agricultores na Região!

Oh meus amigos, mas o esforço do Governo Regional não diminuiu o número de postos de trabalho nos Açores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: O esforço do Governo Regional é manter as pequenas e médias explorações porque não há alternativas credíveis nos Açores. Isso verificou-se agora por esta crise.

Portanto, a política em termos estratégicos, em termos objetivos está completamente errada.

Queria finalizar com uma Resolução da Assembleia da República, em relação ao sistema de quotas leiteiras que foi apresentada pelo CDS-PP e que dizia assim: "Recomenda o Governo que promova o estabelecimento de uma concorrência saudável no setor do leite e dos produtos lácteos, reabra a discussão do regime de quotas leiteiras nos fóruns próprios da União Europeia e defenda intransigentemente a sua manutenção ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ouve, Aníbal!

O Orador: ... na regulamentação comum do leite e dos produtos lácteos". Defende intransigentemente.

O CDS votou a favor, o PSD votou a favor, o BE votou a favor, o PCP votou a favor, o PS absteve-se.

O PS absteve-se!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Que vergonha!

O Orador: O PS absteve-se na República. É indiferente defender as quotas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito mais haveria a dizer, terei outra oportunidade, mas a verdade é que o PSD também irá apresentar amanhã um Projeto de Resolução que irá permitir que a União Europeia não esteja alheia efetivamente ao que se passa, quer na própria União Europeia, quer na própria Região com o desaparecimento do sistema de quotas leiteiras.

O desaparecimento do sistema de quotas leiteiras é naturalmente uma resolução de política global e como a política global afeta os mais pequenos, os mais afastados, os que têm muita dependência económica desse setor.

Portanto, instrumentos de compensação aos agricultores e por outro lado a existência de mecanismos de regulação de oferta e da procura porque a PAC sempre foi um conjunto de intervenções públicas e é nesse sentido que está a coesão europeia e é nesse sentido que

também devem ouvir a responsabilidade dos vários países que constituem a União Europeia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A bancada do PSD esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Afirmou V. Exa. que era sintomático o CDS trazer este debate após o fim da quota leiteira e diz muito de quem o propôs.

Pois, Sr. Presidente, diz muito porque o que esperávamos com este debate era que o senhor e o seu Governo tivessem aqui apresentado e dito qual era a estratégia que tinham para o futuro da agricultura nos Açores.

Mas o que assistimos da sua resposta foi a ligeireza com que o senhor respondeu tentando fazer brincadeira com uma, naturalmente, graça que a Deputada Graça fez, sobre essa matéria.

Como o senhor não tinha outra desculpa para justificar a ligeireza do Governo, nós com urgência, é o único instrumento que temos para

questionar o Governo sobre qual a estratégia do seu Governo para o futuro da agricultura dos Açores.

A essa parte o senhor não respondeu, preferiu brincar. Brincar com a graça (mas essa graça, Deputada Graça) mas essa graça com a graça da Graça, serve para ridicularizar, Sr. Presidente, exatamente a vossa política, porque ainda hoje em pleno séc. XXI, uma das vossas principais propostas é levar água e eletricidade às explorações, Sr. Presidente. Isso é que é degradável e deplorável. Isso é que é degradante quando no PREIT os senhores anunciam que vão levar água e eletricidade às explorações.

Aí, se não fossem os produtores, se estivessem à espera do Governo a nossa agricultura estava no séc. XV, Sr. Presidente, com a política do seu Governo.

Deputado Francisco César *(PS):* No séc. XV?!

O Orador: Já agora, Sr. Presidente, em 2006 trouxemos aqui este assunto; em 2008 insistimos com este assunto; em 2010 insistimos com este assunto e em 2013, já era V. Exa. Presidente do Governo, apresentámos aqui uma Resolução que o PS chumbou, em que propúnhamos o seguinte, vou recordar-lhe, Sr. Presidente, não foi hoje, a nossa urgência não é de hoje, a vossa negligência é que é de há muito tempo. A nossa urgência já é de pelo menos desde 2006, Sr. Presidente do Governo e a vossa negligência vem até um bocadinho antes.

Dizia o nosso Projeto de Resolução: "Considerando que importa (o senhor a falar há dois anos atrás, era V. Exa. Presidente do Governo e também respondo ao Srs. Deputados do PS com a devida consideração) perceber quais os reais impactos da aplicação da decisão comunitária, da abolição do regime de quotas leiteiras, até para se poder ainda influenciar o envelope financeiro e os tipos de apoios a atribuir à Região no âmbito do POSEI Açores", Sr. Presidente, há dois anos atrás. Dois anos atrás!

Recomendávamos ainda, Sr. Presidente, que esta Assembleia fizesse um estudo, encomendasse à Universidade dos Açores, essa Universidade que o senhor deve ter técnicos que discutem com os seus serviços qual a melhor raça genética, qual o melhor touro, qual o melhor leite, deve-se à Universidade dos Açores, não se deve ao Governo, nem às políticas de formação do Governo, porque não faz essa política de formação aos agricultores. Deve-se à Universidade dos Açores, na sua quase globalidade.

Mas já agora a nossa Resolução recomendava, Sr. Presidente, "um estudo técnico-científico aprofundado sobre os reais impactos que o fim do regime das quotas leiteiras pode ter na agricultura e na economia dos Açores, agregando resultados por (dois pontos Sr. Presidente) por ilha, por atividade agrícola, os impactos nos bens e serviços conexos com a atividade agropecuária, a dimensão económica das explorações verificando-se especificamente no caso

dos bovinos de produção de leite qual o efeito da eliminação do respetivo subsídio à quota".

Recomendava ainda: "a identificação das explorações viáveis economicamente, das explorações viáveis a médio prazo, das explorações viáveis financeiramente e das explorações não viáveis", Sr. Presidente.

E ainda recomendava: "a identificação de fatores que contribuem para a viabilização das explorações e diminuição dos custos de produção", Sr. Presidente.

Recomendava ainda: "a referida viabilidade da produção e comercialização do leite dos Açores num contexto pós quotas leiteiras".

Qual foi a resposta do Governo, Sr. Presidente? Nenhuma. Ignorou, negligenciou e o estado a que estamos e o que se vai passar nos Açores é da inteira responsabilidade do Governo Regional dos Açores, o impacto.

E depois, claro, os senhores vão arranjar um PREIT para a quota leiteira, como arranjaram um para a Ilha Terceira que não serve rigorosamente para nada e a prova são as duas medidas que os senhores já aprovaram e não tiveram nenhum efeito.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Prescindo Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, sendo assim tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar fazer aqui um registo para a diferença de posturas entre os Srs. Deputados do PSD que intervieram neste debate, do Deputado Renato Cordeiro, ponderado, criticando o Governo, fazendo propostas, mas reconhecendo também o trabalho que foi feito. Já tínhamos saudades de ouvir a sua voz aqui no debate da agricultura do Sr. Deputado António Ventura que não quer ver realmente a realidade dos factos ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Os senhores é que não querem ver a realidade!

O Orador: ... e aquilo que os números traduzem efetivamente.

Uma coisa são estados de espírito daquilo que o senhor pensa que é, outra questão é aquilo que aconteceu nos Açores ao longo da governação do PS no setor agrícola.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Pôr em causa toda a reestruturação do setor, inclusivamente com a baixa do número de produtores existente na Região, com o aumento médio das explorações, com o aumento médio da produção nas explorações, ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Quantos empregos se perderam na agricultura?

O Orador: ... isso não lançou pessoas no desemprego.

Os agricultores que saíram das explorações saíram de uma forma digna ao abrigo da reforma antecipada, levada a efeito e posta a funcionar pelos Governos da Região, com os projetos de investimento da primeira instalação.

Deputado António Ventura *(PSD):* À medida que decresce a agricultura, cresce o desemprego! É pena não ter mais tempo!

O Orador: Portanto, nós conseguimos reestruturar o setor de uma forma silenciosa e de uma forma eficaz.

Depois, gostava de dizer o seguinte: falou-se aqui muito na questão da qualidade, nas questões higiénicas, nas questões sanitárias e em que se diz que ainda temos 20% de explorações com condições inferiores àquilo que é a média da qualidade da Região.

É verdade. Ainda nem todas as explorações atingem os padrões de qualidade exigíveis, mas o aumento da qualidade verificado em todos os itens, quer em termos sanitários dos nossos efetivos, quer em termos de qualidade dos nossos produtores, foi notória face àquilo que acontecia na Região noutros tempos de governação.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A vacina da brucelose mata as crias que os senhores queriam erradicar!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Duarte Moreira está no uso da palavra.

O Orador: Depois queria dizer que o Governo Regional ou os sucessivos governos regionais do PS não fizeram o seu trabalho de casa.

Então, não fez o Governo Regional, não fizeram os Governos da República, não fizeram os Governos da Europa, Espanha e outros países?

Vou referir-lhe aqui algumas questões.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Não, é só para percebermos que o problema do fim das quotas leiteiras é um problema global e que todos os países estão neste momento a sofrer com o fim do regime das quotas leiteiras.

O preço do leite, só para termos este indicador, entre outubro de 2014, para novembro de 2014, baixou em toda a União Europeia em 2,6%. Mas se recuarmos um ano, de novembro de 2014, para novembro de 2013, o preço médio do leite em toda a União Europeia baixou cerca de 15%.

Mas não foi só na União Europeia que o preço do leite baixou. Em Portugal teve uma baixa de cerca de 0,3%; no Brasil, menos 7,8%; ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Portugal continental!

O Orador: ... Estados Unidos, menos 3,6%; na Europa num determinado período, 6,2%; na Nova Zelândia, menos 3,2%; Uruguai, baixou 4,4%; China, menos 4,8%.

Portanto, a questão da baixa do preço do leite não é uma questão regional, é uma questão europeia e é uma questão mundial.

Deputado Rogério Veiros *(PS):* Muito bem!

O Orador: Outra referência a artigos que saem frequentemente, que todos nós temos acesso: "Venda de leite em Espanha, abaixo do limiar de sustentabilidade". O Governo Espanhol não fez o trabalho de casa.

Mas temos outras declarações.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso vai resolver os nossos problemas!

O Orador: Temos aqui uma declaração e um senhor que não o conheço pessoalmente, que é o Sr. David Gouveia, técnico do Ministério da Agricultura, definido como o português que transporta e lança as bases da defesa de dossiers agrícolas de Portugal em Bruxelas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Nós também não conhecemos o senhor das relações externas!

O Orador: Disse este senhor ao *Correio dos Açores*, a 4 de outubro de 2014: "a preocupação com o fim das quotas leiteiras não é só nos Açores, isso é garantido, temos assistido a uma crescente onda de

preocupação, quer a nível nacional, quer a nível de outros Estados Membros.

Estes Estados também não conhecem aquilo que se vai passar depois do fim das quotas ...

Deputado António Ventura *(PSD):* Quem disse isso?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Um técnico!

O Orador: ... e não concordam assim tanto com as perspetivas muito favoráveis que a Comissão e alguns Estados Membros mais liberais têm vindo a defender desde que foi decidido acabar com as quotas em 2015".

Portanto, esta é uma questão europeia, é uma questão que não diz respeito ...

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Quem disse isso?

O Orador: David Gouveia, técnico do Ministério da Agricultura.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Com o mal dos outros podemos bem!

O Orador: Mas queria também dizer o seguinte, Sr. Deputado Artur Lima: nós neste momento temos uma senhora, a Ministra da Agricultura, que é do CDS. O que é que a Sra. Ministra tem feito para a agricultura?

Vou ler-lhe aqui uma questão que saiu no *Jornal Região Braga*.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Seja sério!

O Orador: "Agricultores manifestam-se contra a política demagógica de Assunção Cristas".

Deputado António Ventura *(PSD):* Quantos eram?

O Orador: Era uma manifestação com mais de 1500 agricultores, está cá referido.

Deputado António Ventura *(PSD):* Sim senhor! Estão resolvidos os problemas do setor!

O Orador: Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que vos incomoda perceberem o sucesso da política regional durante esses anos na agricultura...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Grande sucesso!

O Orador: ... e obviamente que só não erra quem não faz.

De facto há partidos da oposição que nunca erraram.

Em termos de estratégia, lançar aqui o seguinte.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Ah, estratégia eleitoral!

O Orador: Dizer que não houve estratégia e que não há estratégia para o futuro. Então a aposta no rejuvenescimento do setor, com a média de idades, não é uma situação estratégica para o setor regional?

Deputado António Ventura *(PSD):* Há baixa escolaridade nos agricultores no país!

O Orador: O investimento no redimensionamento das explorações, que ao contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado António Ventura, existiu na nossa Região.

As nossas explorações redimensionaram-se, aumentaram a sua área, diminuiu o número de blocos, o que quer dizer que se concentraram, não é uma estratégia de política regional?

Aumentar a área agrícola disponível não é uma questão de estratégia regional?

Apoiámos os investimentos na agroindústria com verbas comunitárias, com verbas regionais, com o trabalho dos industriais. Mas a reestruturação das agroindústrias não é uma questão de estratégia regional, Srs. Deputados?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Jovens agricultores!

O Orador: Produzir mais, com mais qualidade, com menos animais, aumentar a produtividade por vaca, não é uma estratégia de política regional?

Deputado António Ventura *(PSD):* Onde está a certificação de leite?

O Orador: Incomoda, Sr. Deputado António Ventura.

Modernizámos o setor, investimos nas explorações leiteiras. Não é uma questão de estratégia, isto não é uma questão de estratégia.

Deputado António Ventura *(PSD):* Ai não é?

O Orador: Dizem os senhores que não é.

Eu gostava de saber o que é que é uma estratégia para o setor, com tudo aquilo que se passou nos últimos anos.

Finalmente, e para terminar esta parte da nossa intervenção, referir o seguinte.

É verdade que nem tudo está feito, há trabalho a fazer em diversas áreas, isso tem sido reafirmado por esta bancada, tem sido reafirmado

pelo Governo Regional, quer pelo Sr. Secretário, quer pelo Sr. Presidente do Governo em diversas intervenções.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor votou contra isto!

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: O Governo Regional tem canalizado investimento nos planos de investimento para as áreas da agricultura, sendo e continuando a ser uma área estratégica fundamental, um pilar de desenvolvimento da economia regional...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os jovens agricultores!

O Orador: ... e é com os agricultores, com os industriais, com toda a fileira que o PS irá continuar a desenvolver a agricultura da Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o PRORURAL?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem agora a palavra.

(*) Deputada Lúcia Arruda *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como disse na minha primeira intervenção, no caso das quotas leiteiras como em qualquer outro caso, é importante termos memória das responsabilidades políticas.

Neste caso concreto, esta responsabilidade cabe a cada um dos três partidos maioritariamente aqui representados, independentemente deste processo que deixámos, como é óbvio ao julgamento do povo, entendemos que o que se passa neste setor como em outros tão variados como a água, a energia, portos, aeroportos, em que a essência da política hoje na Europa é a transferência de capital para os grandes grupos financeiros e transferência dos meios de produção para os grandes grupos financeiros, tal como a liberalização do estado social.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o CIVISA, Sra. Deputada?

Deputado Duarte Moreira *(PS):* CYRISA!

A Oradora: É esta política que é inimiga do setor agropecuário nos Açores, tal como o é no setor no continente português.

É esta política que o PSD e CDS têm apoiado na República, com a ajuda envergonhada do PS.

É esta política que tem que ser derrotada e no caso concreto das quotas leiteiras devemos usar a fragilidade do Governo da República nesta questão, para que seja obrigado de uma vez por todas a defender o País, os produtores dos Açores que representam o maior tecido produtivo e económico da nossa Região e representam 30% da produção regional.

Obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E as privatizações na Grécia, não têm nada a ver?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições, porque não havendo daremos então ...

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Durante a minha intervenção inicial, na parte de variadíssimos considerandos sobre aquilo que o CDS pensa sobre a agricultura, fiz várias questões muito concretas ao Sr. Secretário, as quais não foram respondidas.

Na minha segunda intervenção voltei a colocar-lhe três questões muito claras e muito diretas ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Vai responder ou não?

O Oradora: ... porque este debate de urgência foi feito não para nos ouvirmos uns aos outros falar dos problemas eternos da agricultura. Foi para o Governo ser ouvido sobre as respostas que tem a dar em relação ao setor às questões que nós colocamos.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Só para informar a câmara que quer o Governo, quer o CDS podem ainda intervir no encerramento do debate.

Eu não estava a dizer que o debate iria terminar. Iria terminar a parte das inscrições porque naturalmente, quer o Governo, quer o CDS podem ainda intervir no âmbito do encerramento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, é só para inscrição para o debate e solicito logo de seguida um intervalo regimental de quinze minutos.

Presidente: Tendo pedido um intervalo regimental, ele é regimental, sendo assim encerramos agora os nossos trabalhos.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário para informar os tempos restantes para a parte da tarde.

Secretário: Governo Regional - 4 minutos e 45 segundos;

PS – 4 minutos e 50 segundos;

CDS-PP – 14 minutos e 20 segundos;

PSD – já não tem tempo;

BE – 2 minutos e 20 segundos;

PCP – já não tem tempo;

PPM – 3 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço por isso que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 06 minutos

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevi-me para de alguma forma responder ao Sr. Presidente do Governo Regional, em relação ao contexto internacional atual por que está a passar a produção de leite e também a sua projeção nos mercados internacionais, e dizer que aquilo que eu disse é que sendo um elemento conjuntural, não é um elemento controlável, por parte, quer do Governo Regional, quer do Governo da República, porque é uma conjuntura internacional que nós não controlamos.

O peso específico de Portugal, mesmo de Portugal, do Governo português em relação à decisão sobre as sanções que a União Europeia aplicou à Rússia, bom, o nosso peso foi muito pouco significativo.

Portanto, como dizia o Sr. Presidente do Governo Regional, estamos atentos à evolução da conjuntura internacional. É evidente que podemos estar, mas é um fator, é uma variável que nós, Governo Regional não controlamos, não está nas nossas mãos inverter a política de sanções internacionais à Rússia, à Federação Russa. Isso não é possível.

Portanto, em relação a esta questão eu penso que fica bem explícita qual era a minha opinião sobre este assunto, é algo que é conjuntural, que muitas vezes não é previsível e que fundamentalmente não é controlável por parte da Região Autónoma dos Açores e também, porque não dizê-lo, do próprio Governo Regional, do próprio Governo nacional.

Dizer que em termos de projeções internacionais por parte do Governo Regional também não é o melhor campo de atuação do Governo Regional.

O Governo Regional tem poucas áreas de excelência, mas esta das projeções do ponto de vista da evolução internacional, aqui o capital do Governo é muito pouco relevante.

Por exemplo, lembro a projeção que está inscrita no nosso orçamento que a maioria socialista votou-a favoravelmente, a projeção em relação aos preços do petróleo que diz o nosso orçamento que vão subir vertiginosamente.

Ninguém se lembrou foi de transmitir esta informação à Arábia Saudita.

Mas é evidente que este não é um fator controlável.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O Sr. Deputado José San-Bento vai tratar disso!

O Orador: Era isto que eu queria precisar em relação à intervenção que fiz há pouco.

Devo dizer também para finalizar que os açorianos já demonstraram que têm uma apetência natural e que têm uma capacidade de responder no setor da pecuária extraordinária.

Nós temos excelentes produtores açorianos na Califórnia que continuam a ter a capacidade de se modernizar e de ter um papel muito relevante na Califórnia e de se adaptar.

Acontece que eu considero ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar, não é Sra. Presidente?

Presidente: Se puder.

O Orador: O que acontece é que aqui nos Açores, o Governo Regional pela política orçamental que tem vindo a desenvolver, tem sido um fator de estagnação e um fator de dificultar a modernização do setor e ele aqui, o Governo Regional, é um fator negativo em relação à modernização deste setor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminou também o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Breves palavras para encerrar este debate, em nome do Grupo Parlamentar do PS, desde logo registando a curiosidade da oposição

ter aproveitado este debate de urgência apenas para falar do passado, ou seja, a nossa oposição preferiu falar daquilo que não se pode mudar.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os senhores é que não falaram!

O Orador: A nossa economia depende em 35% da produção leiteira e há três números que desmontam totalmente as críticas que foram aqui feitas durante a manhã.

Nós passámos de 250 mil para 550 mil toneladas de produção de leite numa década; ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Os agricultores podem ficar descansados!

O Orador: ... nós temos uma média de produção por vaca numa boa manada que passou de 5 mil litros por ano para 15 mil litros por ano e ao mesmo tempo procedemos a uma redução de 39% do número de produtores, ...

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Isso é falso!

O Orador: ... ou seja, isto foi uma profunda reforma, uma reforma que só é possível ter resultado com investimento público,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Aí é que está uma grande falha!

O Orador: ... mas isso, e bem direcionado, em infraestruturas, meios técnicos e melhorias genéticas e nós temos que reconhecer esse esforço que foi, e isso foi dito aqui, sobretudo dos produtores, mas

também com solidariedade europeia, mas com um apoio competente e atento dos diversos governos regionais.

Por isso, os Açores podem dizer hoje com orgulho que venceram o desafio da reestruturação, venceram o desafio da modernização, venceram o desafio do rejuvenescimento ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O senhor até parece que não sabe o que vem por aí abaixo!

O Orador: ... venceram o desafio da quantidade de produção e venceram o desafio da qualidade de produção. Esta é que é a verdade.

Temos também que perceber que pelo facto de termos vencido todos esses desafios, nós hoje estamos confrontados com um novo estágio de desenvolvimento onde voltam a estar no horizonte dificuldades, incertezas e desafios muito grandes que nós vamos ter a capacidade de superar.

Deixava aqui também esta nota de otimismo.

Hoje, no País e na Europa há muitas pessoas que perguntam: mas afinal os Açores têm medo da competição, têm medo da concorrência?

Nós não temos medo da concorrência, nem da competição.

Os Açores abraçam e dão as boas vindas à concorrência.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Ora aí está!

O Orador: A questão é outra. A questão é sabermos ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um bocadinho de silêncio para que o Sr. Deputado José San-Bento possa continuar a sua intervenção.

O Orador: A questão, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é sabermos se a União Europeia estabeleceu regras equilibradas e justas para regular a produção do leite na União Europeia.

Esta é que é a questão e é também a de nós sabermos e apurarmos se há mecanismos de salvaguarda que possam ser acionados, caso se prove que as políticas adotadas estão desequilibradas e são erradas.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* É mais uma intervenção sem pés nem cabeça!

O Orador: Portanto, é neste plano que nós temos que trabalhar e é bom não esquecermos que a União Europeia prometeu nesta reforma que iria proceder a uma aterragem suave na transição do fim das quotas.

Portanto, agora é preciso também exigir na Europa que as instituições europeias cumpram o que prometeram e que procedam e tenham medidas que permitam essa aterragem suave.

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS tem a confiança no futuro, tem a esperança que todas essas questões vão ser resolvidas e vão ser tratadas como têm sido e por isso mesmo o PS, como não poderia deixar de ser, ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Como não poderia deixar de ser! Esteve bem agora!

O Orador: ... apoia o Governo nesta luta que tem sido feita em defesa da nossa agricultura e dos nossos produtores.

Nós achamos que é possível cumprir as regras que a Europa nos obriga a cumprir, mas simultaneamente contestarmos as políticas que achamos erradas.

É isso que nós temos que continuar a fazer. É isso que continuaremos a fazer.

Responsabilizar a Europa sem desculpabilizar ninguém, é isso que o PS continuará a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições dou então a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha intervenção final queria prestar alguns esclarecimentos, corrigir algumas informações que a Sra. Deputada Graça Silveira tem e que deixou aqui ao longo das suas intervenções.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É assim mesmo! Vamos embora!

O Orador: Permita-me em primeiro lugar corrigir uma indicação que deu relativamente à qualidade do leite.

A qualidade do leite no final do mês de março, avaliado pelos dados do PCOL, significa que 10% e não 20% das explorações dos Açores é que ainda não atingiram o patamar de referência do PCOL.

Isto é fruto de um trabalho exaustivo de todos os Serviços de Desenvolvimento Agrário da nossa Região, das associações agrícolas, dos veterinários que têm conseguido em poucos anos atingir parâmetros exemplares relativamente à qualidade do leite.

Permita-me também dizer que se considerarmos, não o número de explorações, mas as quantidades de leite entregues nas fábricas, este valor desce de 10% para apenas 2% do leite produzido na Região.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É verdade! Está atento!

O Orador: Relativamente a algumas dúvidas que também colocou, permita-me recomendar-lhe que avalie com mais detalhe aquilo que está no PRORURAL.

Na sua intervenção inicial referiu que não havia ajudas para a modernização, para a instalação e modernização de pastagens. Estes projetos, Sra. Deputada, são financiados a níveis de 70% dos investimentos para a renovação e instalação de novas pastagens.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* É a reconversão! Não é a pastagem, nem o maneio!

O Orador: Referiu também que não existem verbas para a transferência de conhecimentos.

Se vir melhor estão lá inscritos 3,7 milhões de euros para este quadro, nesta medida.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas não para a reconversão da pastagem!

O Orador: Permita-me também anunciar que amanhã serão publicadas três novas portarias na área da transformação e comercialização, na área dos investimentos em caminhos e águas e na área da instalação de jovens agricultores.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quantos jovens agricultores?

O Orador: São três novas medidas que fazem parte do PRORURAL+, que amanhã as portarias são publicadas e permitirão que os promotores possam rapidamente apresentar os seus projetos permitindo que se continue na senda do progresso, da modernidade e do aumento da competitividade das suas explorações.

Referiu também que as vacas no âmbito do POSEI são pagas por cabeça. É verdade! Mas a diferenciação pela qualidade é feita como sabe, ou pelo menos devia saber, através da classificação do leite que depois estipula o preço pago aos produtores e por essa via o leite é mais ou menos valorizado.

A concluir, permita-me referir que o Governo não se revê obviamente nesta profecia de desgraças que a Sra. Deputada ao longo do debate colocou nesta Assembleia.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Profecia de desgraça?!

O Orador: O Governo delineou uma estratégia há alguns anos atrás, conforme tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial, tem-na implementado com uma adesão excecional dos produtores das

agroindústrias àquilo que são as ajudas que permitem a melhoria da competitividade das explorações; o Governo investiu e continuará a investir na modernização das explorações conforme disse, na reestruturação da rede viária, do abastecimento de água, da eletrificação, enfim de todas as estruturas agrícolas que necessitam...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ainda!

O Orador: Ainda, Sr. Deputado! É verdade!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* 20 anos depois? Ainda? Quando a Europa já está na transformação nós ainda estamos na eletrificação e água!

O Orador: O Governo já muito fez mas ainda há algum caminho a trilhar e será assim que o Governo por essa via concorrerá também para a melhoria da competitividade das explorações.

Permitam-me também referir um indicador final que me parece que diz bem daquilo que foi este percurso, daquilo que são os resultados de todos estes investimentos, refiro-me ao preço que o leite é pago na Região relativamente ao continente e a sua evolução nos últimos anos.

Há cerca de dez anos o diferencial de preço entre o continente e os Açores era de 8 cêntimos; hoje em dia os preços são equivalentes.

O preço pago aos produtores no continente é sensivelmente igual, havendo mesmo meses em que nos Açores este preço é superior.

Isto significa bem...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... que nós evoluímos na senda do progresso, melhorámos a qualidade dos nossos produtos, estamos neste momento em conjunto com as explorações agrícolas e com a nossa agroindústria devidamente equipados, devidamente estruturados para ultrapassarmos os desafios do futuro com sucesso que os agricultores e a agroindústria dos Açores têm demonstrado conseguir ao longo dos anos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para encerrar então o debate tem também a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se o Sr. Secretário bem percebeu a minha questão foi exatamente essa: como é que se justificava que numa Região onde nós nos queremos afirmar pela qualidade, ainda hoje em 2015 (e os meus dados eram de 2014, em 2014 mais de 20% das explorações não conseguiam cumprir) ...

Tenho aqui uma apresentação vossa com os valores por ilha.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Os dados estão desatualizados!

A Oradora: Portanto, mais de 20% das explorações agrícolas não cumpriam com os valores mínimos de higiene e segurança fosse pelas células somáticas, fosse pelos microrganismos totais.

O Sr. Secretário explica, e muito bem, que com a implementação do PCOL, obviamente, vamos sair desta situação.

A minha questão e aquilo que me admira é que se o PCOL tinha que estar implementado desde 2008, como é que só um ano antes é que a Região começa a fazer um esforço para conseguir sair desta situação?

Obviamente que, quando se começam a tomar as medidas de boas práticas de higiene e de boas práticas de maneio, que é aquilo que o PCOL é, obviamente que saímos de 20% para 10%. Ótimo! Muito tarde! Não percebo e não me conseguiu explicar como é que, se o PCOL deve estar implementado desde 2008, só em 2014 é que a gente começa a fazer um esforço porque um ano depois vem o fim das quotas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É factual!

A Oradora: Quando eu lhe pergunto como é que o senhor com os seus apoios, do POSEI e do PRORURAL, vem fomentar a qualidade, diferenciando os apoios pela qualidade, não me venha falar do pagamento do preço à produção. São duas coisas completamente diferentes.

Aquilo que o senhor devia fazer era: dos apoios que nós damos, dos apoios que o Governo dá, se temos explorações que entregam leite de qualidade, são majoradas; se temos explorações que entregam leite de má qualidade, são penalizadas.

Isto é que é mostrar que o Governo tem políticas que apostam na qualidade.

Se os pagamentos são feitos igual para todos, seja com boa ou com má qualidade, peço desculpa, mas não é essa a mensagem que os senhores estão a passar aos vossos produtores.

Já agora, em relação a uma questão que o Sr. Presidente do Governo levantou, e que é muito pertinente, foi exatamente o facto do preço pago à produção ser uma questão que não tinha apenas a ver com o fim das quotas. Concordamos em absoluto. Aliás, a disparidade do pagamento de preços à produção nas diferentes ilhas, é um assunto muito antigo e que este Governo nunca conseguiu resolver.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Nem quis!

A Oradora: Aliás, há três anos atrás já o senhor era Presidente do Governo, os produtores da Terceira rebelaram-se contra o facto de serem mais mal pagos.

Os senhores como é hábito mandaram fazer um estudo ao Serpla, que chegou à conclusão de que não havia diferença no valor pago à produção entre os produtores da Terceira e de S. Miguel.

Uma vez mais, tiveram que ser os produtores a fazer o seu trabalho, que encomendaram um estudo independente, que afinal veio mostrar que os produtores da Terceira eram muitíssimo mais mal pagos.

Mas em relação ao pagamento à produção a pior situação de todas é de facto os produtores de S. Jorge, que há anos implementaram, e o Sr. Secretário sabe, boas práticas de maneio, as boas práticas de ordenha, que entregam o leite de excelente qualidade higiene-sanitária, e outra coisa não seria possível porque o queijo de S. Jorge

é feito com leite cru, portanto eles eram obrigados a fazer isto ou não entregavam, são de todos os mais mal pagos.

Eu pergunto, se é assim que nós queremos premiar a excelência e se é assim que nós queremos incentivar a qualidade na Região?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Grande lição!

A Oradora: Em relação a esta questão, esta discussão eterna, se vale a pena produzir mais ou com melhor qualidade, portanto a questão qualidade versus pagamento à produção, há uma questão que tem que ser claramente esclarecida e a que nenhum Governo ainda respondeu de forma clara e taxativa, ou seja, a Região deve ser uma Região exportadora de leite, ou exportadora de produtos lácteos?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Nós sabemos que a qualidade para a transformação não é o mesmo investimento que se deve fazer para o aumento da produção.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Essa é que era a estratégia!

A Oradora: Agora aproveito para responder ao Sr. Deputado San-Bento: essa é exatamente uma das coisas em relação às quais nós sempre divergimos. Os senhores vêm sempre com a questão que aumentaram o volume de produção, aumentar, aumentaram...

Isso custou-nos quanto? Estão a produzir leite a que preço? Quanto é que pagam de ração, quanto é que pagaram para conseguir esse aumento de volume de produção?

Isso é aquilo que nós temos que ver: se temos um sistema que é sustentável, se estamos a produzir leite com qualidade, usando os nossos recursos endógenos, capitalizando aquilo que temos de melhor ou se só queremos aumentar o volume de produção?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E o valor acrescentado?

A Oradora: Isso foi sempre aquilo que nos distinguiu.

Portanto, vir insistir nisso no debate só nos dá razão.

Portanto, o Sr. Secretário sabe e todos nós sabemos que nunca seremos competitivos no mercado do leite UHT.

Por muita qualidade que o leite da Região tenha, por muitas propriedades que tenha nutricionais, o preço do transporte dum litro de leite nunca nos permitirá ser concorrenciais com economias de escala.

O senhor sabe tão bem quanto eu que para produzir um quilo de queijo nós usamos 10 litros de leite.

Portanto, se fizermos a transformação na Região aquilo que estamos a garantir, não só que fique o valor acrescentado na Região, mas que fique os 9 litros de soro ou de água que nós teríamos que pagar no transporte.

Mais, nós na Região ainda não aproveitamos o soro como devíamos.

O senhor sabe tão bem quanto eu que em termos de produtos lácteos é uma indústria das mais valorizadas hoje em dia.

A única coisa que nós fazemos é secar e na pior das hipóteses continuamos a meter na ETAR's, tendo que pagar aquilo com uma carga poluente enorme.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Portanto, há muita coisa aqui que deve ser definida e a discussão se vamos produzir mais, ou se vamos produzir com melhor qualidade, têm que ser os senhores a dar um sinal claro, porque se não os produtores continuam a dizer: "por que é que eu vou produzir com mais qualidade se me pagam à quantidade?".

Isto é uma discussão que este Governo não pode fugir mais e tem que dar sinais claros à produção.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem! Grande lição!

A estratégia está aqui, Sr. Presidente!

A Oradora: Outra questão que o Sr. Presidente também chamou aqui que é: temos que falar é da questão da comercialização e dos mercados e como é que vamos comercializar os nossos produtos.

Eu não podia estar mais de acordo, mas se bem me lembro a LACTAÇOR foi criada exatamente para isso, para criar canais de comercialização, captar mercados onde nós pudéssemos escoar os nossos produtos para mercados que valorizassem a nossa excelência e o que a LACTAÇOR fez o senhor sabe tão bem quanto eu, foi comercializar o queijo de S. Jorge DOP, que é a joia da coroa como produto de marca branca nas grandes superfícies.

Portanto, para que é que se criou a LACTAÇOR?

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Foi o Governo que criou a LACTAÇOR?

A Oradora: Eu pergunto se a LACTAÇOR, no fundo, hoje em dia serve para ser um apoio financeiro às cooperativas regionais que faliram pelas políticas que os senhores andaram a implementar durante todos estes anos?

Deputados Artur Lima *(CDS-PP) e* **Paulo Estêvão** *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: Agora, em relação ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Antes de criticar a Ministra Assunção Cristas, eu pedia-lhe que fizesse um exercício de memória e lembrasse-se do seu Ministro Jaime Silva.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ora aí está!

A Oradora: Se bem me lembro negou-se a fazer parte da minoria de bloqueio que na Europa estava a lutar contra as quotas e que precisava de Portugal nessa minoria e à qual ele recusou-se fazer parte.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Pior ministro de que há memória!

A Oradora: Mas mais grave: ele ainda afirmou que o POSEI, de que o senhor tanto fala, que o atual envelope financeiro do POSEI seria mais que suficiente para fazer face aos efeitos do fim das quotas leiteiras.

Já agora que falamos do POSEI, como o Sr. Secretário bem sabe, dentro de semanas vai haver uma avaliação externa...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ouviu?

A Oradora: ... e o Sr. Comissário deixou claro que consoante o resultado dessa avaliação ia-se produzir um relatório e que esse relatório até poderia levar a mexidas no POSEI, uma alteração do regime POSEI.

Se o senhor bem se lembra há um ano atrás, aqui, quando estávamos a discutir o POSEI eu li-lhe *ipsis verbis* algumas conclusões do relatório anterior que preocuparam imensamente o CDS, nomeadamente quando se dizia claramente que não se podia continuar a subsidiar os fatores de produção, de que o POSEI deveria ser um instrumento para a diversificação agrícola e aquilo que o senhor respondeu foi zero. Respondeu a todos os Deputados nesta Casa. Das suas intervenções, e pura e simplesmente, ignorou os alertas que nós fizemos a essa questão.

Portanto, a questão que lhe coloco é ...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente *(Luís Viveiros):* Não posso responder!

A Oradora: Mas que pense.

... se por acaso o relatório for desfavorável à Região estamos ou não estamos preparados, temos ou não temos mecanismos para fazer face a essa penalização adicional que ainda nos pode vir a acontecer?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Vamos avançar para o ponto 2: **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 118/X – "Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos",** apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria o artigo 81.º do nosso Regimento.

O proponente para apresentação desta iniciativa pode usar da palavra durante dez minutos, ao que se segue um período de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação à origem dos falares açorianos convém, como refere o professor Victor Rui Dores que os tem estudado ao longo das últimas décadas, "não perder de vista os seguintes pressupostos: os povoadores, vindos do norte, do centro e do sul de Portugal, ao fixarem-se em diferentes ilhas, deram origem a diferentes sotaques; as pronúncias dos Açores variam não só de ilha para ilha, como também, dentro de cada ilha, de freguesia para freguesia e de lugar para lugar. Daí a diversidade de variantes dialetais, sendo que em todas as ilhas açorianas há um traço comum: a preservação da estrutura arcaica.

E isto porque os Açores constituíram, ao longo dos séculos, território periférico relativamente ao continente português, à Europa e às Américas. Este fechamento das ilhas, acompanhado de cinco séculos de contacto permanente com o mar e de isolamento físico, a que se juntou uma devoção gerada no terror sagrado de sismos, vulcões e

tempestades, constituíram fatores determinantes no sentido de, nos Açores, se armazenar e manter a expressão portuguesa mais pura, mais autêntica e mais genuína.

Com efeito, muita da linguagem popular açoriana é um exemplo da expressão arcaica, quer nos termos utilizados, quer na fonia dominante. Resultado: não é difícil encontrar nessa linguagem palavras e expressões que estão muito próximas da escrita dos nossos autores de Quinhentos".

No sentido de contribuir para a preservação do tesouro cultural que constituem os diversos falares açorianos apresentei, na semana passada, um Projeto de Resolução que visa proteger, dignificar e divulgar os falares açorianos.

Os diferentes falares das ilhas dos Açores integram o núcleo fundamental da identidade açoriana. A sua proteção é - no atual contexto de uniformização levada a cabo pelos novos meios de comunicação e pelo sistema educativo de massas associado à norma-padrão da língua portuguesa - uma prioridade e uma urgência.

A verdade é que, após quase quarenta anos de autonomia, os diversos falares açorianos continuam a não gozar da proteção institucional que se impõe. Em norma, as variantes dialetais dos Açores continuam a ser estigmatizadas do ponto de vista social e institucional. Para muitos, as pronúncias e o léxico específico das diversas ilhas açorianas não são mais que um português atrasado e mal falado.

Do ponto de vista meramente linguístico, todas as variantes dialetais da língua portuguesa possuem a mesma dignidade e correção, no entanto, do ponto de vista social e institucional, a realidade é bem diferente. Existe uma enorme pressão uniformizadora por parte da norma-padrão da língua portuguesa.

As televisões de âmbito nacional legendam, com frequência, as escassas reportagens que realizam nos Açores, em particular a variedade dialetal micaelense. Veja-se, no entanto, que o mesmo não acontece em relação a outras variantes dialetais do território continental do país.

Na RTP-Açores - rádio e televisão - a quase totalidade dos apresentadores e jornalistas expressam-se na modalidade padrão da língua portuguesa, em absoluto contraste com as variantes linguísticas utilizadas pelos seus espectadores e ouvintes. A verdade é que nenhum jornalista ou apresentador açoriano terá qualquer hipótese de progressão na sua carreira profissional se não abandonar, junto dos microfones e das câmaras de televisão, a forma de falar das suas comunidades insulares de origem.

No espaço institucional açoriano – mesmo na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – predomina, de forma esmagadora, a utilização do modelo ideal de pronúncia da norma-padrão da língua portuguesa. No sistema educativo açoriano também prevalece o processo uniformizador de imposição da norma-padrão do português europeu.

A conjugação da implacável força normalizadora de um sistema educativo em constante expansão (completamente hegemonizado pela norma-padrão) com a grande influência normalizadora dos órgãos de comunicação social e a permanência de um sentimento de inferioridade e de desprestígio – falso e injustificável, mas real – associado ao uso dos falares açorianos, está a enfraquecer a sua transmissão e o seu uso comunitário.

Estão a perder-se as vozes, as palavras e as expressões seculares dos avós dos açorianos do nosso tempo. Trata-se de uma perda irreparável. Não são apenas pronúncias e palavras. É muito mais que isso. São as memórias vivas de uma cultura forjada na irmandade dos sons que refletem a extraordinária fraternidade caldeada, ao longo de quase seis séculos, na partilha da mesma terra cercada pelo mar.

Em algumas ilhas, uma parte importante da grande e secular especificidade lexical dos falares açorianos está perdida por desuso e olvido. Em geral, o seu uso conhece um claro retrocesso em todas as comunidades insulares açorianas.

Neste contexto, importa adotar, com urgência, medidas que contribuam para a proteção, dignificação, conhecimento e uso descomplexado dos diversos falares açorianos. Trata-se de apostar forte na manutenção e fomento de um dos mais importantes elementos da identidade cultural do Povo Açoriano: a especificidade e a riqueza histórico-cultural dos seus diversos falares.

É necessário fomentar o seu uso nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional. Os falares açorianos devem ser constantemente dignificados, valorizados e divulgados. O seu conhecimento e uso frequente deve ser amplamente generalizado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

Neste contexto, deixem-me transmitir o que sinto utilizando o rico e variado léxico dos nossos falares açorianos. Bem sei que não falo nenhum deles desde o berço - e que me vou assemelhar a um *badeja*[1], que se arrisca a passar uma *barbela*[2] - mas a verdade é que já *bebi água do paúl*[3] suficiente para me aventurar nestas *arengas*[4], embora, confesso, não tenha *bebido chá de setembro*[5] em doses excessivas.

O que se passa é que estou *menente*[6] e tenho *assopros de baleia*[7] por sentir que alguns *catalunhos*[8] – não me apetece chamar-lhes outra coisa - que nos pretendem puzinhar[9], tratam os falares açorianos como *pitafres*[10] *ou nicotices*[11] e que, todos nós, não nos *ranzelamos*[12], *ouriçamos*[13] e *despicamos*[14] o suficiente neste assunto.

É necessário *pegar-se de gadelha*[15] e, se necessário for, estar disposto a *passar os cinco mandamentos*[16] na defesa, dignificação e promoção dos sons, palavras e expressões que verbalizam a identidade das nossas comunidades insulares. Tudo isto para que, num futuro não necessariamente *acadelado*[17], não se pronuncie, com *agoniação*[18], o mui corvino *"e agora bau-bau galheta"*[19].

Estou aqui a *praticar*[20] e a *catar muita cortesia*[21], talvez a *dar bada*[22] a muitos dos presentes, mas a verdade é que a minha *crina*[23] é *dar um cuspinho no nariz*[24] aos centralistas, a quem quero dizer que *aqui não se dá bodo*[25]. Sei que alguns me acusam de ser, por vezes, um pouco *alma de pau*[26], *arrebita*[27], *refasteleiro*[28], *opinoso*[29], *aceso*[30], *areado*[31] e *arrelampado*[32], mas, neste caso, o que interessa é que não quero continuar a *arrochar o coração*[33] nesta questão. O que não sou é *sevandilha*[34], *pogenca*[35], *gavela*[36], *ensalamurdado*[37], *ferrupilha*[38], *repenicado*[39], *escarépio*[40] ou *enormezinho*[41].

Justifica-se que o Governo Regional não seja *répio*[42] na defesa deste *relho*[43] falar e, sobretudo, que não seja *desaconduçoado*[44] ou *desinzubido*[45]. Que não lhe dê *lazeira*[46], nem vontade de *escabrejar*[47] e, sobretudo, que não pareça *estrompado*[48]. Pelo contrário, que seja *arrefinado*[49], um *rato-de-canavieira*[50] e um *bás de virtude*[51]. Faço votos que seja capaz, em conjunto com esta Assembleia, de realizar, em grande *gasgalheira*[52], um bom *remate*[53] de forma a encontrar, mesmo atravessando a fronteira do *bardo do rei*[54], uma solução *coma mão de Deus*[55].

Muito obrigado.

BARCELOS, Dicionário de Falares Açorianos, Vocabulário regional de todas as ilhas (Almedina, Coimbra, 2008)

[1] *n.m.* Pessoa trapalhona no falar[SM]: - *Aquele badeja nim falar sabe!*

[2] *n.f.* O m.q. vexame (do lat. *barbella*)[SM]: - *Passei cá uma barbela que 'inda agora m'invergonho!* Var.: *brabela*.

[3] *exp.* Na Graciosa é expressão que significa já estar adaptado ao pacato viver da Ilha: *Já bebeste água do Paúl?* – pergunta-se aos de fora.

[4] *n.f.* Discórdia; questão (ext. de arenga)[SM,T]: - *Teve uma arenga com o irmão só por via duma nisquinha de terra sim valor!*

[5] *exp.* O m.q. Embebeda-se[T].

[6] *adj*. Espantado; estupefacto[SM]: *[…] ficavam menentes com tantas lindezas, aquilo é que se chamava tocar sem fífias[…].* J. Almeida Pavão arrisca a hipótese de se tratar de uma corruptela de demente.

[7] Enfurecer[T.]

[8] (de *Catalunha*) **1.** *n.m. pl.* Designação dos piratas que antigamente atacavam a Ilha do Corvo[C]. **2.** *n.m.* Rapaz agitado, irrequieto (ext. de *{catalunho}*)[C].

[9] *v.* Espezinhar, sua corruptela[StM]: - *Ele, então, tem muito a mania de puzinhar os mais fracos!*

[10] (epênt. de *pitafe*) **1.** *n.m.* Pequeno pedaço de terra sem valor[C]. **2.** *n.m.* O m.q. *pitafe*, sua corruptela.

[11] *(ò), n.f.* Coisa sem importância; esquisitice (de *nico* + <-*t*-> -*ice*)[Sj,T]. Termo usado com o mesmo significado no Alentejo.

[12] *v*. Resmungar; ranzinzar (corrupt. de *razoar*?)[C,F].

[13] *adj*. Zangado; o m.q. *oiriçado* (part. pas. de *ouriçar*).

[14] *v*. Entrar em conflito (de *des*- + *picar*)[F].

[15] *exp*. Brigar com encarniçamento.

[16] *exp*. O m.q. furtar; roubar[T].

[17] (de *a-* + {*cadelo*} + *-ado*) **1.** a*dj*. Comprometido[SM]. **2.** *adj*. Diz-se do tempo mau: '*Tá um tempo acadelado*.

[18] *n.f.* Aflição; agonia; sofrimento angustiante (de *agoniar* + *-ção*): - *Desde que mê Francisco embarcou pr'Amerca sint'ũa agoniação no mê peito por nã sabê nada dele, nunca más chega a carta da viagem!*

[19] O que se diz quando se perde alguma coisa[C]: - *E agora bau-bau galheta!*

[20] *v*. O m.q. conversar (de *prática* + *-ar*)[P,T].

[21] *exp*. Ter muita consideração[Sj]: - *Ele cata muita cortesia por vossemecê*.

[22] *exp*. Aborrecer; enfadar (do am. *to bother*)[C].

[23] *n.f.* Termo usado com o sentido de inclinação, teimosia, ideia fixa[StM]: - *Aquilho é que é uma crina! Embicou pr'áli e não há quim no convença do contrário!* Com este significado é termo exclusivo de Santa Maria.

[24] *exp*. Desafiar alguém para lutar[T].

[25] *exp*. Expressão empregada para se dar a entender a alguém que a sua presença não é desejada[T].

[26] **1.** *loc. adj.* Dasapiedado; gélido; impassível; insensitivo[SM]: - *Eh alma de pau! Deixa-me passa esta alminha de Dês!* **2.** *loc. adj*. Alma de pau era também uma das alcunhas que na Terceira se dava aos de S. Miguel.

[27] *adj*. Diz-se do indivíduo irascível, respondão (deriv. regr. de *arrebitar*)[T]

[28] *adj*. Diz-se do indivíduo muito ativo, irrequieto e turbulento[Sj].

[29] *adj* O m.q. opiniático; aferrado à sua posição ou à sua vontade; obstinado; teimoso (corrupt. de *opinioso*)[T].

[30] *adj*. Desejoso; inquieto; o m.q. ardido. (do lat. vulg. accēsu-)T: - *Aquele rapaz anda aceso pra que chegue o Natal!*

[31] (*i*), *adj*. *Alevantado*; maníaco; *destravado do juízo* (do lat. *arenātu-*).

[32] *adj*. Aluado; amalucado; chanfrado (de *a-* + *relâmpado* + *-ado* – relâmpado, f. ant. de relâmpago)[F].

[33] *exp*. Trazer profunda tristeza.

[34] *n*. Pessoa muito servil, que rasteja se for preciso (corrupt. de *sevandija*, do cast. *sabandija*)[T]: - *Aquele fulano é um sevandilha sim caráter de espécie nenhum!*

[35] *n*. e *adj*. Acanhado; irresoluto; o m.q. *badouco*[SM]: - *Se ele nã fosse tã pogenca já se tinha casado*

[36] *n*. O m.q. gabarola[T].

[37] *adj*. Calado[Sj].

[38] *n.m*. Maltrapilho[T]: - *Anda c'm'um ferrupilha mas dizim que tem muito dinheiro guardado im casa!*

[39] **1.** *adj*. Diz-se da pessoa arrebitada, vaidosa. **2.** *adj*. Diz-se daquele que 'fala pelos cotovelos'[F]. **3.** *adj*. Diz-se do beijo sonoro, o beijo

repenicado: *Pensando não ser notado, | Dei-te um beijinho à pressa; | Saiu-me repenicado, | Fui apanhado, homessa!*

[40] **1.** *n.m.* Animal fraco[C]. **2.** *n.m.* Pessoa de mau caráter[C].

[41] *adj*. De pouca valia; insignificante[T]: *Fulano é muito enormezinho!*

[42] *n.m.* Avarento; somítico[C].

[43] *adj*. Velhíssimo (f. sincopada de *revelho*: *re[ve]lho*)T. Em linguagem pop. Continental usa-se a expressão 'velho e relho' com o mesmo significado.

[44] *adj*. Distraído; desastrado[C].

[45] *adj*. Diz-se daquele que não se deixa enganar, ou do que não se interessa mais por nada[C].

[46] *n.f.* Indolência; preguiça (deriv. regr. de *lazeirar*). Nas Flores diz-se *Terceira, lazeira*. No Alentejo tem o mesmo significado.

[47] *v*. Vadiar (de *es-* + *cabrejar*)[Sj].

[48] *adj*. Cansado; esfalfado (part. pas. de *estrompar*)[T]: *Ele chegava a casa sempre estrompado, muito abatido.*

[49] *adj*. Esperto; finório; perspicaz (de *a-* + *refinado*)[Sj].

[50] *n.m.* Espertalhão; finório[SM]; o m.q. *rato fino*.

[51] *loc. adj*. Santa criatura[C]: *[…] Um a quem falo do padre explica: | - É um bás de virtude!*

[52] Em velocidade[C].

[53] *n.m.* Gesto; bom governo. *Uma mulher de remate é uma mulher governada e de juízo*[T]. *Oh moça, toma remate! Não vês que o dia é grave?!*

[54] *n.m*. Nome dado no Corvo ao *bardo do concelho*.

[55] *exp*. Diz-se de um tratamento extremamente eficaz[F]: Var.: *Coma mão de Nosso Senhor*.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos e para o ponto 3: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – "Rede Social na Região Autónoma dos Açores",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos que vamos utilizar são os do processo legislativo comum, definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O proponente, o PS e o Governo Regional dispõem de 25 minutos;

O CDS, 13 minutos;

As Representações Parlamentares, 10 minutos.

Para apresentar este Projeto de Decreto Legislativo Regional, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é mais uma iniciativa do PSD, no âmbito social, que visa ir ao encontro dos problemas ou de alguns dos problemas, que nos foram sendo relatados pelos intervenientes na área social, ao longo do trabalho que temos vindo a desenvolver de auscultação da sociedade açoriana.

É um facto que a sociedade dos Açores é, infelizmente, caracterizada por muitos problemas sociais e por vergonhosos indicadores sociais que nos devem, de facto, envergonhar.

Temos uma taxa de desemprego que é a maior do País, que certamente traz muitos problemas associados na área social; temos a maior taxa de abandono escolar precoce do País que é também fruto de enormes problemas socias; somos a Região de Portugal que bate todos os recordes em termos de atribuição do Rendimento Social de Inserção, ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Uma coisa não implica a outra.

... em termos de caracterizar uma sociedade que é de facto pobre; temos de facto os maiores indicadores de pobreza de Portugal e isso deve-nos preocupar.

Igualmente, temos a maior taxa de reclusão do País; temos também a maior taxa de violência doméstica, de alcoolismo, de insucesso

escolar. Há crianças, nos Açores, que chegam todos os dias em jejum às nossas escolas.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não é em jejum, é com fome!

O Orador: E com fome! Muito bem, Sr. Deputado.

Há crianças nos Açores que chegam todos os dias com fome às nossas escolas; há pescadores que levam menos de 100 euros por mês de rendimentos para casa; nos Açores 90% dos agregados familiares estão no primeiro e segundo escalão de rendimentos do IRS; há 70% de famílias com menos de 530 ...

(Aparte inaudível)

O Orador: 90% dos agregados familiares estão no primeiro e segundo escalão, atuais. Muito bem.

Há 70% de famílias que vivem com menos de 530 euros por mês, há mais de 50 mil idosos que vivem em média com menos de 350 euros por mês.

Há, portanto, por todas estas razões, que não são poucas, e mais algumas que poderia citar, o maior interesse em termos responsavelmente que atuar no âmbito do setor social.

É com essa responsabilidade política que o PSD apresenta um conjunto de propostas que visam ajudar as famílias e os açorianos em geral.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A proposta da rede social surge então num contexto de uma necessidade de implementação de políticas sociais ativas, com base na responsabilização e mobilização de todos os operadores sociais em prol da erradicação da pobreza e da exclusão social.

A rede social constitui uma parceria local entre as entidades que operam nesse nível, baseada na igualdade entre parceiros e no respeito pelo conhecimento, identidade, valores e potencialidades de cada um dos operadores, beneficiando a partilha, participação e colaboração de todos os elementos integrantes ao nível do planeamento estratégico e da intervenção social.

Pretende-se que a rede social se assuma como um modelo de organização e trabalho em parceria que traga uma maior eficácia e eficiência às respostas sociais e à celeridade na resolução dos problemas concretos das famílias e dos cidadãos.

A rede social é estruturada ao nível local e organizada numa plataforma concelhia e supra concelhia, permitindo o incremento na qualidade da organização e racionalização de recursos e equipamentos socias na operacionalização e eficácia das respostas sociais.

O trabalho em rede é a forma de intervenção social que permite dar resposta aos problemas sociais de forma eficaz e eficiente articulando recursos e materiais, serviços e equipamentos, de forma racional e cooperada.

Na Região Autónoma dos Açores existe um conjunto de entidades e estruturas sociais competentes que prestam resposta e atendem às necessidades sociais locais e regionais emergentes.

Pretende-se que funcionem de forma articulada e em rede, tal como, aliás, preconiza o Código da Ação Social.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É por isso que o trabalho em rede é uma forma de intervenção social que permite responder de facto a estes problemas sociais. Permite responder de uma forma mais eficaz articulando os recursos humanos, fazendo com que não haja desperdício de recursos, ou por outra, que os recursos sejam direcionados por forma a terem a maior eficácia possível.

É nesse sentido que o PSD, responsavelmente, apresenta este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito Bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o PSD nos traz aqui vem associada a um princípio, ou está ancorada no princípio no qual nós concordamos, isto é, a coordenação e a descentralização até ao nível das freguesias, mas também já temos aqui uma situação que podemos avaliar, é que esta proposta do PSD, e não vem mal ao mundo daí, segue de perto aquilo que se está a passar no território continental português.

Portanto, temos aqui já alguma maneira também de fazer uma avaliação desta proposta que o PSD nos traz aqui, uma vez que ela existe, salvo erro, desde 2006 no território continental.

Ora bem, mas se é verdade que é importante a descentralização e que a coordenação das respostas, mas sobretudo até do diagnóstico de situações emergentes para se poder agir precocemente vá a níveis como o da freguesia, ao nível local que é um nível de poder de maior proximidade para com as populações, a verdade é que também traz associado algumas questões sobre as quais o PCP tem algumas reservas, porque, sim senhor, nós somos favoráveis à descentralização de poderes e competências, só que essa descentralização de poderes e competências deve vir acompanhada do respetivo reforço financeiro para que se possam desenvolver essas medidas.

Por outro lado, a avaliação que o PCP faz da rede social que existe no território continental, não é efetivamente a melhor. Não é

efetivamente a melhor porque acabou por ser uma transferência de competências e responsabilidades para as freguesias e para os municípios mas que depois não foram devidamente acompanhadas.

Digamos, e até para sintetizar, há aqui uma desresponsabilização do Estado, isto no caso do continente, mas desresponsabilização do Estado transferindo essa responsabilidade para as juntas de freguesia e para as câmaras municipais.

Isto coloca-nos aqui algumas reservas relativamente à sua aplicação na Região Autónoma dos Açores, até porque, aliás, embora informalmente, a verdade é que os técnicos (não é o Governo Regional, são os técnicos) e as entidades que estão efetivamente no terreno já fazem essa coordenação ainda que de uma forma *ad hoc*, nem sequer vou referir-me àquela situação experimental que existe nos Arrifes e constato isso do conhecimento que tenho ao nível da Região e do contacto que faço com essa área, que essa coordenação ainda que de uma forma *ad hoc*, ela já existe.

Já existe porque as respostas têm que ser dadas e os técnicos e as juntas de freguesia fazem aquilo que lhes é possível para que essa resposta seja dada.

Portanto, vou aguardar o desenrolar do debate de modo a ser esclarecido para depois, poder vir de novo, ao debate e anunciar a posição do PCP relativamente a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que se vive na Região uma situação de emergência social, aumentar as sinergias e a acutilância no combate à exclusão social e à pobreza, no entender do BE, todas as iniciativas que contribuam para este objetivo são pertinentes e bem-vindas.

É este o propósito do Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre a rede social, da autoria do PSD, o qual saudamos.

A necessidade da construção da rede social é pois uma realidade que precisa ser implementada e alargada no terreno, pois pode potenciar de forma considerável o apoio aos que precisam com maior rapidez, maior atenção e maior racionalização e potencialização dos recursos e meios existentes.

Sendo pois uma necessidade, a constituição de uma verdadeira rede social, o projeto hoje em discussão transplanta de uma forma mecânica o modelo existente no continente para a nossa Região.

É sobre este modelo que o BE questiona a sua viabilidade na Região, tendo em conta que a experiência regional nesta matéria, tem mais por base uma lógica transversal e não vertical.

É verdade que esta experiência na Região (e já existe algum trabalho em rede, nomeadamente a rede de apoio integrada à mulher em situação de risco e à rede de suporte sóciocultural à mobilidade

humana, como a rede de núcleos locais de inserção) é ainda insipiente e a prova está no conteúdo dos pareceres recebidos sobre este diploma, em particular das Santas Casas da Misericórdia que apontam para a necessidade da criação da referida rede e da sua importância, assinalando ainda que existem experiências de trabalho em rede mas que são insuficientes.

Quem já trabalhou e trabalha na área social faz testemunha constante da sobreposição de ações e a falta de coordenação e por vezes até a falta de capacidade de atuação e sinalização.

Era já tempo do Governo Regional avançar para a sistematização de experiência do trabalho nesta área, apoiando-se no saber e conhecimento dos profissionais do IDSA, das IPSS, das Misericórdias, do poder local e outras entidades, de forma a materializar uma verdadeira rede social na Região Autónoma dos Açores, dando o normativo legal no seu enquadramento.

Avançar para este caminho estamos certos que aumentaria a capacidade de resposta na área social e traria outra mais-valia demasiado importante, descentralizar a capacidade de decisão e ação, com claros benefícios para as pessoas que necessitam do apoio.

Não será o verdadeiro problema o do PS, nesta matéria, deixar de ter o controlo completo de ação nesta área e partilhar com outros parceiros?

A rede diminui a rede de controlo político e esta pode ser a verdadeira razão que impede o PS de avançar para a construção de uma verdadeira rede social.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Apoiado!

A Oradora: O facto verdadeiro de existir algumas diferenças de conceção no trabalho nesta área entre o desenvolvido no continente e na Região, não deve ser pretexto para o PS não avançar com um modelo de rede adaptado à nossa experiência regional.

Por todas estas razões, embora concordemos com a ideia e a premência dos objetivos apontados pelo PSD, não podemos acompanhar com o nosso voto favorável devido à diferença de realidades.

Mas isto não significa que não instemos o Governo Regional a avançar para a constituição de uma verdadeira rede social e a deixar-se de pretextos vazios de conteúdo porque as pessoas necessitam e o Estado deve prover.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos para que sejam repostas as condições de iluminação da sala de Plenário.

Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 15 horas e 57 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, agradeço por isso que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 24 minutos

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos numa altura em que, cada vez mais, infelizmente, as dificuldades são prato em cima da mesa das famílias açorianas… Torna-se assim urgente e necessário encontrar e definir as melhores respostas, as mais rápidas respostas, para fazer face, ao desemprego, à falta de rendimento, à pobreza que vai grassando por estas ilhas abaixo…

Essa resposta só poderá ser dada de uma forma rápida e eficaz se, efetivamente, houver uma sinalização e uma comunicação de proximidade entre as diversas entidades e se houver capacidade de resposta, por parte das entidades competentes no combate à pobreza.

Neste sentido, o PSD apresenta a este Parlamento esta iniciativa que agora aqui discutimos. Na prática, o PSD pretende adaptar à Região uma legislação nacional dos tempos das governações de Sócrates (de má memória para todos), mas que, à escala geográfica e demográfica do País até tem funcionado com alguns resultados interessantes…

Com esta iniciativa tenta-se criar uma Rede Social na Região útil, capaz de trazer "maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e celeridade na resolução dos problemas concretos das famílias e cidadãos".

Esta rede social seria uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais, promover o desenvolvimento social integrados, tudo isso ideais que todos nós pretendemos atingir…

O problema poderá surgir quando se percebe que esta adaptação arrasta consigo uma burocratização do sistema de segurança e ação social… Sempre que ao nível local não se vislumbre ou não se consiga a resolução dos problemas, então vai-se passando a eventual resolução da situação de carência para um degrau hierárquico superior que, em última instância, pode ter que chegar à República…

Não conseguimos entender a necessidade da criação de um instrumento legislativo que adie a resolução dos problemas e que os vá empurrando para outras instâncias. Dada a realidade geográfica e demográfica das nossas ilhas, pensamos que esta pode não ser a melhor forma de resolver este tipo de problemas.

Por outro lado, o Governo Regional, num ato já costumeiro na política insular, depois do PSD apresentar este iniciativa vem a público dizer que tem outra fórmula para resolver o problema e, ...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ora aí está!

A Oradora: ... poucos dias antes do Parlamento debater uma proposta da oposição, fez umas parangonas para apresentar os Polos Locais de Desenvolvimento…

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Chama-se trabalho! Trabalho!

A Oradora: Pena é que esse processo esteja a ser tão demorado para se implementar e que o Governo apenas se tenha lembrado disso, agora… depois da oposição!

E o mais grave é que pela demora na apresentação da solução governativa, se prevê que as respostas sociais que esses polos poderão eventualmente vir a dar, não terão expressão prática em todas as ilhas, no decorrer desta Legislatura.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há matéria em que o PS nos Açores tem motivos para se regozijar e para se orgulhar não há qualquer dúvida de que a matéria social, as políticas sociais se inscrevem inalienavelmente nesta lógica.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Nós aqui assistimos com este Projeto de Decreto Legislativo Regional a uma cópia praticamente integral do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, criado e consolidado por governos socialistas na República e que podendo, é certo, ter aspetos positivos,

baseia-se numa realidade territorial, local, que não é a nossa e que portanto, do nosso ponto de vista, merece um questionamento sério.

Eu começo exatamente por questionar isto: com a realidade social esfrangalhada em que o País está mergulhado o que o PSD Açores sabe apresentar é a cópia de uma rede de Governos Socialistas, aliás tão criticados por Vs. Exas. podendo ter aspetos positivos, é certo, mas que não são manifestamente o melhor modelo para a Região Autónoma dos Açores.

E confesso-me invadida por uma dúvida considerável. Será esta iniciativa parlamentar parte do (e cito) "Projeto diferente, reformador, ...

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Cuidado com essa expressão!

A Oradora: ... inovador e que possa fazer os açorianos acreditarem mais na política e na autonomia", a que aludia, há dias, Duarte Freitas? Será este projeto vinculativo então desta diferença, da reforma, da inovação e da autonomia que Vs. Exas. pretendem, fazendo uma cópia integral de um diploma da República? Permitam-me a estranheza.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é isso!

A Oradora: Vamos abdicar, meus senhores, num assunto desta envergadura e desta sensibilidade, das nossas competências autonómicas, na busca incessante de respostas para as especificidades da Região e para as necessidades concretas dos açorianos.

Estamos de acordo, naturalmente, que o trabalho em rede é uma aposta, não é nada novo para nós, não é nada novo para os Açores, aliás a política social dos Açores, socialista, tem vindo a assentar e muito bem em várias redes de intervenção especializadas, temáticas, desde a rede de suporte sóciocultural à mobilidade humana; rede de apoio integrado à mulher em risco ... os senhores sabem; rede de apoio às pessoas com necessidades especiais; neste momento a rede de cuidados continuados a ser implementada, com a criação de camas com assinaturas de protocolos. Portanto o funcionamento em rede é algo que nos apraz, é algo que nos agrada e é algo que nós consideramos ser adequado.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* A Ordem dos Enfermeiros respondeu a isso ontem!

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Muito mal!

A Oradora: Portanto, não é aí que residem as nossas diferenças.

No entanto, a opção socialista, a opção deste Governo, a opção que o PS apoia para a Região, que é passível, naturalmente, das vossas críticas, mas com elas podemos nós bem e podem os açorianos, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ai não podem não!

A Oradora: ... chama-se, como constava desde logo no programa deste Governo e aqui aproveito para corrigir, permita-me a Sra. Deputada Ana Espínola, que o Programa deste Governo Regional visava já a criação da rede regional de polos locais de

desenvolvimento e coesão social e é por aí que nós achamos que a aposta deve ser feita.

Os princípios poderão ser sobreponíveis e são-nos, mas divergimos muito na sua forma de operacionalização.

Esta rede regional de polos veicula uma resposta efetivamente inovadora, no nosso entender, dirigida às particularidades do nosso território, consideramos que é mais eficaz, menos hierarquizado, menos estanque, mais abrangente, mais claro ...

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Mais claro não me parece!

A Oradora: ... que responde a desafios tão amplos como a segurança económica, a coesão social mas também a preservação ambiental, a diversidade cultural, portanto é, no nosso entendimento, mais uma vez, uma aposta mais verdadeiramente multidisciplinar envolvendo toda a comunidade, sentindo de perto o pulsar comunitário onde tudo existe, onde as pessoas vivem, onde as vidas são reais.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Agora é que vai ser depois de 18 anos!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Com os cofres cheios!

A Oradora: Exatamente! Os vossos cofres cheios é que vão resolver os problemas todos da nação.

Ora, numa lógica de desenvolvimento sustentável que vai além já do desenvolvimento meramente social que a rede continental preconiza, ainda que tenha tido naturalmente as suas mais-valias evidentes, mas que não é aquilo que nós consideramos mais adequado à nossa

Região, aconselho os Srs. Deputados, a que se dúvidas houvesse, falassem com os técnicos que neste momento estão no terreno a receber formação. Ouçam-nos! Auscultem-nos! Percebam qual é a visão dos técnicos que estão exatamente a mexer com a mão na massa e a receber essa formação para aplicar a isso.

Ora, o PS dos Açores e os açorianos têm todas as razões para estarem orgulhosos com este percurso.

Nós criámos infraestruturas excecionais, dotamo-las de técnicos, de pessoal qualificado, estabelecemos as parcerias necessárias para responder às necessidades dos açorianos ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não temos é dinheiro para pagar!

A Oradora: ... temos vindo a criar redes de intervenção especializadas ao encontro das populações mais vulneráveis, agora apertaremos com este polos, digamos, a malha destas redes, para que aí consigamos apanhar todos os problemas que assolam a nossa Região.

Ora, o Governo da República tem sido de facto, exímio a ajudar as famílias a empobrecerem. Exímio nessa ajuda.

Deputada Benilde Oliveira *(PS) e* **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Muito bem!

A Oradora: Têm sido extraordinários! Nós estamos a fazer tudo o que nos compete, a ajudar as famílias a conseguirem respirar neste

País que os senhores tornaram praticamente irrespirável ou mesmo irrespirável para uma série de pessoas.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* É preciso não ter vergonha nenhuma!

A Oradora: Sr. Deputado, só um apontamento breve de algo que aconteceu há muito pouco tempo.

A vossa ideologia e aquilo que vocês pretendem para o País é por exemplo, passar de 60, e isto foi dito pelo Ministro do vosso Governo, para 850 cantinas sociais.

Isso é que é um motivo de orgulho para o Governo da República, passar de 60 para 850 cantinas sociais. Muitos parabéns por aquilo que os senhores esperam para o País.

Os senhores querem os pobres gratos, de mãos estendidas, a comerem a sopa dos pobres, num empobrecimento que já não se assistia desde os tempos do fascismo ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Que demagogia!

A Oradora: ... e vêm-nos dar ao PS lições de política social.

Srs. Deputados poupem-nos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos criar as condições para que seja possível continuar este debate.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de ir concretamente à intervenção da Sra. Deputada Renata Correia Botelho, queria responder às dúvidas que foram levantadas relativamente ao facto deste ser um diploma transposto da realidade nacional para a realidade regional.

Eu penso que não há, enfim, qualquer questão em relação a isso.

Nós temos nos Açores uma falta, uma questão que precisamos resolver, o PSD após o trabalho que fez em Jornadas Parlamentares

em todas as ilhas dos Açores, auscultando os intervenientes do setor social: IPSS, juntas de freguesias, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* São sempre aos montes!

O Orador: Infelizmente não podemos falar com muitos atores privados do setor social porque os senhores não gostam que existam atores privados no setor social, mas depois desse trabalho isso resultou na clara necessidade de nos Açores ser implementada a rede social e o que fizemos foi transpor para a realidade dos Açores essa circunstância e essa resposta de que os Açores precisam.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Devem ter dito que queriam mais responsabilidades!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires não há desresponsabilização do Estado com este diploma, há intervenção em parceria.

Eu penso que a melhor resposta que poderia dar, porque isto não é uma questão nem ideológica nem de partidos, às dúvidas levantadas pelos vários partidos que me antecederam na intervenção, é desde logo o parecer da Delegação Regional dos Açores da ANAFRE, que diz o seguinte: "Em reunião do Conselho Diretivo de 16 de janeiro de 2015, deliberamos, unanimemente, dar um parecer favorável sobre este projeto, ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Unanimemente!

O Orador: ... visto vir de encontro a uma das nossas preocupações sociais de longa data, no sentido de melhorar a organização e controlo do acompanhamento local em rede social".

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Está mesmo aí escrito!?

O Orador: Oh, Srs. Deputados, não é o PSD que o diz, não é uma questão partidária.

Posso ler também o parecer que chegou da AMRAA e que diz o seguinte: "Após análise do referido diploma, pelos nossos serviços, não foi detetado qualquer reparo".

Estamos a falar de quem está mais próximo das pessoas, de quem sente todos os dias o bater à porta daqueles que estão a passar situações de miséria, de quem luta contra a realidade dos indicadores sociais que se vivem na Região.

Eu acho extraordinário, porque vejam, o Sr. Presidente, os Membros do Governo e os Srs. Deputados do PS o seguinte: esta proposta não é contra o Governo. Nós não apresentamos esta proposta contra o Governo Regional e o PS. Nós apresentamos esta proposta a favor dos açorianos. A favor dos açorianos que passam por dificuldades.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Nós não queremos com isto trazer problemas para o trabalho do Governo, até estamos a colaborar com aquilo que dever ser o empenho do Governo e deste Parlamento para resolver os problemas sociais da Região.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Estamos sensibilizados!

O Orador: Veja-se também o seguinte: os senhores governam a Região Autónoma dos Açores há 18 anos e nos últimos seis meses quiseram fazer tudo o que este diploma se propõe agora a ser feito, ou seja, os senhores acham que nos últimos 18 anos não era necessária uma rede social.

Os senhores acharam que nos últimos dezoito anos trabalharam sempre em benefício e em prol dos açorianos e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a coragem de dizer que os açorianos podem bem com o PS. Não podem, Sra. Deputada! Não podem!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O atrevimento!

O Orador: Os açorianos desempregados já não podem com o PS, os açorianos que abandonam precocemente a escola já não podem com o PS.

Os açorianos que vivem do RSI porque não têm mais nenhuma fonte de rendimento e têm que alimentar filhos já não podem com o PS.

Os açorianos que vivem na pobreza e que são a maior taxa do País não podem com o PS; os açorianos que incluem a maior taxa de reclusão, o dobro da nacional do País, não podem com o PS; ...

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Não podem! Podem é com o PSD-Açores!

O Orador: ... os açorianos vítimas de violência doméstica, a maior taxa do País, não podem com o PS; os açorianos que não saem das dependências e do alcoolismo não podem com o PS; os açorianos que têm insucesso escolar não podem com o PS; os açorianos que chegam

com fome à escola não podem com o PS; os açorianos que todos os dias vão para a faina da pesca, quando podem, e que não chegam a ganhar 100€ por mês, já não podem com o PS.

Nos Açores, cada vez menos há açorianos que podem com este Governo Regional. Um Governo Regional de 18 anos que chega a este Parlamento em 2015 e que diz que este diploma é um diploma que não serve a realidade regional.

O que é que os senhores fizeram para servir a realidade regional?

Olhe, eu dou-lhe um exemplo, a CRAES (o Centro de Recursos de Apoio à Emergência Social do Faial). Pergunte aos técnicos como nós perguntámos, pergunte às instituições que trabalharam com esta realidade, como nós perguntámos, quando é que isto funcionou? Quando é que isto funcionou no Faial?

Sra. Deputada, a realidade na Região é que não existe uma rede que otimize os recursos para responder a estas pessoas todas que vivem nesta condição de carência social; a realidade nos Açores é que temos uma realidade social que devia envergonhar-nos.

Mas os senhores preocupam-se apenas e só com a circunstância de ser o PSD a trazer esta realidade para o nosso Parlamento.

Apresentámos esta proposta em outubro. Estamos em abril a discuti-la e a votá-la e os senhores não são capazes de perceber que lá fora existem todas estas pessoas que todos os dias batem à porta de juntas de freguesia, ...

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Olhe que não!

O Orador: ... de IPSS (da Cáritas, da Cruz Vermelha e de outras pessoas ligadas à realidade social para receberem algum apoio de que necessitam para levar o seu dia a dia), de que os recursos dessas entidades são escassos e não conseguem responder a todos os pedidos, que todos os dias isso surge na comunicação social e os senhores fingem que não existe.

Depois dizem que estão a fazer tudo aquilo que não fizeram nos últimos 18 anos.

Sra. Deputada, ponha a mão na consciência!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de do ponto de vista estritamente legal nada haver a opor à iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD-Açores, o Governo Regional, Srs. Deputados, não abdica, de facto não prescinde de continuar a inovar da forma de organização que melhor se adequa às especificidades da Região Autónoma dos Açores.

Nesse sentido, de facto, na última década foram incorporados alguns dos princípios e objetivos que constam da proposta apresentada pelo PSD.

O trabalho em rede, Sr. Deputado, não foi descoberto em 2015, já há mais de uma década que na Região se trabalha de facto em rede;

Há mais de uma década que foram estabelecidas plataformas descentralizadas a nível local;

Há mais de uma década que o trabalho em parceria com vista a melhorar a racionalização dos recursos e equipamentos sociais existe e funciona nos Açores.

Exemplo disso, Srs. Deputados, são as redes de suporte social, já aqui mencionadas pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, de apoio aos cidadãos em risco, designadamente as mulheres, os idosos vítimas de violência e outras pessoas em situação de exclusão...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E os homens que também são vitimas de violência!

A Oradora: ... assentes na cooperação institucional e de parceria com a rede de organizações cívicas e solidárias.

Outro exemplo: a rede regional de núcleos locais de inserção, que trabalham com as pessoas que frequentemente são aqui mencionadas pelo Sr. Deputado, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção e que trabalham sobre princípios de parceria, lá está, na integração dos recursos e das respostas multidimensionais e transversais aos diversos departamentos do Governo Regional e de base territorial.

Ainda, um outro exemplo, a Rede, um dos mais antigos exemplos de funcionamento das estruturas do Governo Regional, que é exatamente a rede de serviços de atendimento de proximidade do instituto de segurança Social dos Açores que existe em todas as freguesias da Região.

E por fim, aprovado no Programa do Governo de 2012, de facto, a rede regional de polos locais de desenvolvimento e coesão social. Não é uma novidade.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Em dois mil e …?

A Oradora: 2012. Aprovada no Programa do Governo apresentado a esta câmara em 2012.

Por fim, dizer-vos que de facto a aprovação desta iniciativa implicaria, ou resultaria em nenhuma mais-valia para a atual organização da ação social dos Açores, pelo contrário, representaria a duplicação das plataformas locais existentes e nas quais já constam os objetivos e princípios da atuação propostos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, por diversas vezes, quer em artigos de jornal, ou mesmo aqui nesta Assembleia, o Sr. Deputado tece considerações sobre um conjunto de indicadores que cita frequentemente associados às questões do desemprego, do abandono escolar precoce, do Rendimento Social de Inserção, eu queria dizer-lhe Sr. Deputado que a realidade que se vive nos Açores é de facto esta: há onze meses consecutivos que o número de inscritos nos centros de emprego diminui sucessivamente.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A mais alta taxa de desemprego do País!

A Oradora: Na República, nos últimos cinco meses a taxa de desemprego cresceu.

Eu estou a falar de dados específicos do Instituto Nacional de Estatística devidamente aferidos.

O Instituto Nacional de Estatística também diz, Sr. Deputado, que o rendimento disponível das famílias é, por açoriano, desde 2004, Sr. Deputado, superior à média nacional, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Diga isso aos pescadores!

A Oradora: ... ou seja, cada açoriano tem um rendimento disponível superior ao que dispõe de quem reside no continente português ou na Madeira.

De acordo com os dados disponibilizados pelo mesmo Instituto Nacional de Estatística cada açoriano tinha um rendimento disponível, superior em 381 euros ao que se regista no País, ou seja, cada família açoriana se for constituída, por exemplo, por 4 elementos tem um rendimento superior em 1 500 euros.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso era antigamente. Agora ninguém tem filhos!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Pensei sinceramente que ia desmentir alguma questão!

A Oradora: Queria ainda fazer referência a uma última questão, também frequentemente aflorada pelo Sr. Deputado, o abandono escolar precoce.

De facto, era de 56,5% em 2006 e em apenas oito anos foi possível reduzir essa taxa em 42%.

Deputado Cláudia Almeida *(PSD):* Porque não reduziram mais?

A Oradora: Há um trabalho, há um caminho feito e isto é como disse a Sra. Deputada, e muito bem, um património do PS, dos Governos do PS. É de facto a Via Açoriana.

Sr. Deputado Bruto da Costa queria em último lugar referir uma questão que mencionou.

O CRAES na Ilha do Faial, ou o CRAES noutra ilha qualquer.

O CRAES é exatamente a prova do trabalho em rede que está formalizado nos Açores.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Que não funciona!

A Oradora: Srs. Deputados, queria exatamente pegar nesse exemplo: não é por decreto nem por via administrativa que o trabalho em rede se institui. Tem de haver de facto a ligação, a vontade das instituições perderem o seu poder individual de atribuir um cabaz de alimentos a esta ou aquela instituição, para de forma articulada serem capazes de promover esse trabalho que é importante.

Se de facto conhecesse a realidade do Faial, que não conhece e prova disso é a menção que faz aqui, sabe que há algumas instituições que

funcionam perfeitamente em rede e há outras que não se integram exatamente por essa dimensão que eu acabei de referir, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Substituir alguns dirigentes por alguns *boys* e *girls*!

A Oradora: Por fim e porque já foi aqui mencionado por outros Srs. Deputados nesta Casa, o polos locais de desenvolvimento e coesão social nos Açores.

Em 2012 o Governo Regional assumiu que continuava a ser necessário repensar as nossas estratégias de desenvolvimento local, partindo das próprias comunidades e adotando novas metodologias de intervenção territorial, no sentido de contribuir para a erradicação da pobreza e para a diminuição das desigualdades socio económicas entre concelhos e ilhas.

Com este propósito o Governo Regional equacionou a possibilidade e fez verter no Programa do Governo da "criação de um novo instrumento de intervenção comunitária, que fosse para além do enquadramento legislativo das redes sociais, potenciando uma estratégia que tivesse no seu cerne a coesão territorial e que interviesse de forma articulada e concomitante com o social, o económico, o ambiental, o educativo, o empreendedor, a cultura e a entidade local.

Entendemos que este modelo de planeamento ascendente e participado, menos hierárquico, mais descentralizado, onde todas as

entidades estarão ao mesmo nível de proposta e de participação de decisão".

Mais do que parcerias, Sr. Deputado, e faz toda a diferença. Nós estamos a falar de parceiros, queremos que efetivamente as instituições e as pessoas participem. Governança partilhada, é disto que se trata, é esta a forma inovadora que o Governo Regional está a implementar na Região, ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Inovadora?!

A Oradora: ... que iniciou na freguesia dos Arrifes e que agora está a avançar para a Ilha do Faial.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso de forma nenhuma estar de acordo com a imagem que o Governo Regional agora tentou passar, de que está a ser eficaz no combate à pobreza, no combate à exclusão social. Não posso estar de acordo com esta matéria.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor nunca está de acordo!

O Orador: Considero que esta matéria é uma matéria da maior importância, não vou envolver-me em questões especificamente partidárias, ou dizer que este foi um bom Primeiro-Ministro e que o outro não foi, que a responsabilidade é deste ou daquele.

Vou concentrar-me, sobretudo, naquilo que são questões reais que têm a ver com as dificuldades por que estão a passar uma parte importante dos açorianos.

A verdade é que esta crise económica que está a atingir a Região está a ter um efeito devastador em muitas comunidades e em muitas famílias açorianas.

Eu considero inaceitável, absolutamente inaceitável e acho que podemos fazer muito mais, acho que o Governo Regional pode fazer mais no combate, por exemplo, à violência doméstica, cujos números são aterradores. Podemos com certeza fazer mais.

Eu fico chocado quando nós somos notícia nos jornais nacionais, nos órgãos de comunicação social com crimes hediondos que são cometidos nas nossas comunidades, como em todas as comunidades nacionais, mas nós temos todas as semanas a comunicação social regional a divulgar, infelizmente, dados sobre estes problemas, notícias que são públicas. Todos nós ficamos com a sensação que não estamos a fazer o suficiente e que o Governo Regional que tem meios acrescidos, não está a fazer o suficiente.

É necessário perverter este ponto de partida porque estas questões têm que se evitar e nunca podemos ter a consciência que estamos satisfeitos com o nosso trabalho, não podemos estar, eu não estou, tenho a certeza absoluta que o Presidente do Governo Regional também não está e tenho a certeza absoluta que nenhum de nós está satisfeito com aquilo que se está a fazer.

Não podemos estar, as famílias açorianas não estão, ninguém está satisfeito com aquilo que está a acontecer.

É necessário encontrar formas de combater e de melhorar o combate à pobreza, o combate à exclusão.

Eu considero que ao longo destes anos temos vindo a construir um conjunto de infraestruturas que são um conjunto de infraestruturas importantes e temos hoje, não tínhamos há umas décadas atrás, um conjunto de instituições, de mecanismos e de infraestruturas que nos permitem melhorar a nossa resposta a estes problemas sociais que estão a afetar a população dos Açores nesta conjuntura de crise económica e social.

Eu considero que uma das formas é esta que o PSD aqui está a apresentar que é melhorar a articulação e trabalhar em rede.

É evidente que o conceito não é novo e é evidente que nalgumas circunstâncias nos Açores há trabalho de rede que está a funcionar, mas também temos que reconhecer que em muitas circunstâncias, em muitas situações, este trabalho não está a ser realizado.

Todos nós conhecemos as nossas comunidades e temos a absoluta consciência que este trabalho em rede não está a ser implementado e que não estão a ser aproveitadas todas as potencialidades que nós temos em termos de instituições, de infraestruturas e de recursos financeiros.

Há muitos recursos que estão subaproveitados.

Eu não posso aceitar que, por exemplo, existam sem abrigos nos Açores porque nós temos capacidade de resposta, nós temos essa capacidade de resposta.

Eu não posso aceitar que crianças estejam submetidas a violência doméstica durante meses e todos sabem e ninguém faz nada.

Há aqui com certeza que melhorar a nossa resposta e temos a capacidade, temos as infraestruturas, temos os meios, temos instituições evidentemente numa conjuntura de crise com menos dinheiro, menos disponibilidade. A articulação, o funcionamento em rede com certeza que melhora e é uma das respostas possíveis tendo em conta os recursos que neste momento são mais escassos e então temos que potenciar e utilizar melhor aquilo que temos.

Se articularmos esse esforço entre instituições públicas e privadas, é uma forma de superar os constrangimentos financeiros.

Dizia o Sr. Deputado do PCP, e muito bem, porque eu também tenho esta preocupação porque alguns Governos melhoram a articulação entre instituições privadas e públicas mas é uma forma de responsabilizar os Governos desse esforço, que a pouco e pouco, se

transfira esse esforço que é um esforço que tem que ser público porque o público é de todos, é uma responsabilidade de todos para outras instituições a quem não são dadas essas condições. É algo que me preocupa também e que obviamente teria que ser garantido no âmbito da aprovação deste diploma, que é a manutenção e reforço constante do esforço orçamental do Governo nesta matéria.

Bom, nesta primeira intervenção, para já são as questões que considero relevantes. Concordo com os pareceres da União Regional das Misericórdias dos Açores e também dos nossos municípios, há um trabalho a fazer nesta matéria, é urgente e considero que há aqui muito espaço de progressão nos Açores e acho que esse tipo de diploma significaria um bom contributo, um bom avanço nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este diploma e passado que está já algum tempo sobre a minha primeira intervenção a verdade é que as minhas dúvidas persistem e a minha crítica acentua-se relativamente à proposta do PSD, uma vez que ao propor transpor, para a Região Autónoma dos Açores, um modelo desenhado para uma realidade geográfica diferente, uma realidade geográfica mas também política diferente, não nos parece ser a melhor solução, isto para além das

outras questões que têm a ver com a questão da desresponsabilização do Estado relativamente a uma função que é sua, embora reconheça que é fundamental que exista coordenação e que sejam envolvidos os poderes de proximidade, sem dúvida nenhuma.

Agora, não me parece, Sr. Deputado, é que esta iniciativa do PSD tivesse em conta a nossa realidade, até porque como eu disse na primeira intervenção, a verdade é que, mesmo *ad hoc* funciona porque as respostas na Região Autónoma dos Açores, ... desde logo porque o rácio de técnicos por utente é maior na Região Autónoma do que no continente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está a adaptar à realidade açoriana?

O Orador: Portanto, as respostas, também pela proximidade, pela dimensão, acabam ainda que na ausência de uma rede social ou dos polos que fazem parte do Programa do Governo Regional. A verdade é que as respostas na Região acabam por ser mais eficazes.

Mas há aqui uma outra questão, e para terminar a minha intervenção, eu não posso deixar de dizer o seguinte: é evidente que nós estamos a falar de apoios sociais, sem dúvida e que é necessário encontrar as melhores respostas e as mais eficazes respostas para responder com apoios sociais a quem deles efetivamente necessita.

Mas há uma questão que eu não posso deixar de lembrar aqui: esta questão está ligada ao rendimento, ao rendimento do trabalho que como se sabe tem vindo a ser subtraído. Isto é verdade, Sr. Deputado

e nós não podemos dissociar as coisas. Portugal e os portugueses foram empobrecendo ao longo destes últimos anos, na Região Autónoma dos Açores passou-se exatamente a mesma coisa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Nos últimos anos?

O Orador: A verdade é esta: enquanto nós não resolvermos o problema do rendimento e enquanto a pobreza se constituir como um negócio, nós não resolvemos o problema dos nossos conterrâneos.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Muito bem dito!

O Orador: É por aí que nós temos que caminhar. É por esse caminho. É aumentando o rendimento do trabalho, aliás não é nada de mais. A Carta dos Direitos Humanos refere-o claramente, o direito ao trabalho justamente remunerado.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não se esqueça do que disse!

O Orador: Para quê? Para que se possa ter uma vida digna e que não sejam necessários apoios sociais.

Esse é o caminho.

A Representação Parlamentar do PCP irá reprovar esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção necessariamente muito rápida apenas para fazer uma correção à intervenção da Sra. Secretária Regional da Solidariedade.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Enganou-se!

O Orador: A Sra. Secretária disse que o número de inscritos nos centros de emprego nos Açores baixa há onze meses consecutivos. Isso não corresponde à realidade porque os últimos números divulgados pelo IFP são relativos ao mês de fevereiro com 11 585 inscritos. Esse número, 11 585, é superior ao registado nos meses de setembro, 11 563; em outubro, com 11 552 e em novembro com 11 521.

Portanto, de setembro até fevereiro, houve uma oscilação desse número de inscritos: primeiro com uma redução de setembro a novembro; depois com um crescimento em dezembro e depois com um crescimento em janeiro.

Portanto, não desce há onze meses, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Não é!

O Orador: Eu sei que lhe dava muito jeito para um discurso cor-de-rosa essa interpretação e dava um jeito maior, é verdade, esses onze mil e tal concidadãos nossos que estão inscritos para além dos outros que estão desempregados, porque sabemos que o número de desempregados vai muito para além do que efetivamente está contabilizado como inscritos, até porque a esses há que juntar um número elevadíssimo que tem vindo a crescer na proporção inversa do que baixa, onde baixa o número de inscritos de cidadãos em programas ocupacionais.

Portanto, dava-lhe muito jeito ao discurso, mas a verdade é esta, é que há onze meses consecutivos, como estes números demonstram, o número de inscritos não vem baixando nos centros de emprego.

Vozes de alguns Deputados da Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para voltar a referir um aspeto da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, muito rapidamente.

Oh, Sr. Deputado, esta proposta que fazemos é fruto das necessidades desta Região, as necessidades de articulação de melhor corresponder àquilo que são as situações de carência social que se vivem nos Açores, da necessidade de não haver dispersão de recursos que são escassos, de melhor os aproveitarmos.

Não é uma questão ideológica, porque se não, não íamos buscar um diploma aprovado num Governo de José Sócrates, provavelmente, não é uma questão partidária, é uma questão das necessidades que esta Região sente e que as pessoas dos Açores sentem em que algo seja feito para melhorar a sua condição de carência social.

O que eu noto, e apenas para referir esse facto, não há desresponsabilização, há articulação, há partilha de recursos porque há muitas entidades que têm os seus recursos para usar em termos das

respostas sociais que dão. O problema é quando essas respostas sociais, não articuladas, acabam por faltar sempre a alguém.

O que nós queremos com a rede social nos Açores a trabalhar, é que as respostas sejam o melhor otimizadas possíveis para responder ao maior número de pessoas possível porque cada vez, infelizmente, há mais pessoas a necessitar nos Açores de respostas sociais.

A Sra. Secretária o que demonstrou aqui, e a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, já aflorou, é o velho discurso da propaganda, dos chavões e das frases feitas que ficam muito bem em paragonas de jornais mas que não refletem a realidade dos Açores.

A senhora diz que há mais de uma década que trabalham (são duas décadas quase que este Governo está no poder) mas em termos de rede há mais de uma década que trabalham, que aplicam tudo o que é ... usam todos os conceitos que acham que são manifestamente favoráveis a dar resposta aos problemas sociais dos Açores.

Então, só tenho uma conclusão para tirar Sra. Secretária, é que se as propostas são boas, se os conceitos são adequados, se há tanto tempo que se trabalha e os resultados são a miséria social que vivemos, com os indicadores que a senhora não foi capaz de negar, só há uma conclusão a tirar disso: os senhores são muito incompetentes a fazer o vosso trabalho!

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Os senhores são muito incompetentes a fazer o vosso trabalho, porque senão não estávamos, como estamos, em termos dos indicadores sociais.

Tenho também que fazer menção à coragem de V. Exa. por ter feito referência a todos os indicadores sociais que eu citei, não tendo negado nenhum deles.

Finalmente há algum membro do PS nos Açores que tem a coragem de assumir que de facto os indicadores sociais dos Açores são os piores do País nestas áreas todas em que temos batalhado e denunciado e que infelizmente ainda há muita gente no PS que não quer ouvir.

Infelizmente, também, a sua intervenção Sra. Secretária, foi de uma Secretária Regional de braços caídos, a senhora está conformada com a realidade social que se vive na Região.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Não o ouçam os dirigentes das IPSS!

O Orador: Os Srs. Deputados do PS festejam essa circunstância, mas a Sra. Secretária aquilo que nos disse foi que é incapaz de dar melhores respostas aos problemas que nós temos vindo a denunciar, a todos aqueles indicadores sociais que são os piores do País, e que infelizmente para nós são os piores do País porque nenhum de nós está satisfeito com isto.

Mais uma vez eu tenho que referir: nós não apresentamos esta proposta contra o PS nem contra o Governo Regional. É a favor dos

açorianos! São 18 anos de Governo do PS que nos trouxeram a estes resultados e temos consciência que é preciso fazer alguma coisa.

Eu não sei se a Sra. Secretária partilha da opinião da Sra. Deputada Renata Correia Botelho, quando falou da questão da sopa dos pobres (e com isto termino).

A questão das sopas dos pobres, como a Sra. Deputada fez referência, se calhar a Sra. Secretária também partilha dessa opinião, que eu vi refletido em muitos comentários, por parte de elementos do PS, quando foi feita uma reportagem na RTP-Açores, na Ribeira Grande, indignados imagine-se com o facto das pessoas aparecerem.

Em vez de se indignarem com a necessidade de haver sopa dos pobres, indignam-se com o facto dos pobres existirem nos Açores.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Os senhores querem os pobres, pobres!

O Orador: Oh Sra. Secretária, o problema não é mostrar a pobreza nem ter que aumentar a resposta para as situações de pobreza. O problema é que os senhores andam a criar pobres nos Açores todos os dias e é isso que tem que ser resolvido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção parafraseando a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Ela disse, e muito bem, eu vou utilizar as palavras dela se ela me permite, quando disse que: "todas as iniciativas são bem-vindas a esta Casa". Nós também achamos isso e achamos que todas as iniciativas que vêm a esta Casa merecem da nossa parte análise e posterior discussão.

Entendeu o Governo Regional, em 2012, na apresentação do seu Programa, apresentar uma modalidade que hoje já foi aqui referenciada, de polos locais de desenvolvimento e coesão social, que contempla uma rede no território mas ajustada à realidade regional e às suas especificidades.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor vai candidatar-se à ANAFRE para contrariar!

O Orador: Entendemos que a autonomia serve para isso mesmo, adequar as respostas necessárias e adequar a sua política de ação ao nosso território.

Ao invés, os senhores, utilizam um documento da República e fazem uma cópia integral e adequam essa cópia aos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não me diga que é membro da ANAFRE!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Bruto da Costa, ouça lá! O senhor agora tem responsabilidades acrescidas! Ouça lá, Sr. Deputado! Sinceramente, quando anunciaram as vossas propostas na área social, fiquei expectante, mas foi por pouco tempo.

Esta cópia integral é demonstrativa de quem não tem sensibilidade e não tem conhecimento das nossas especificidades regionais.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Somos nós e a ANAFRE!

O Orador: Aliás, copiam um documento de uma rede, e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho já falou mas eu vou reforçar, que foi implementada pelos Governos do PS na República.

Mas aí é que se vê a diferença entre esse PSD e este PS.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso é um elogio!

Essa vai ficar gravada!

O Orador: Nós acreditamos na autonomia e nas suas competências e não estamos disponíveis para implementar nada que não venha de encontro ao que é melhor para os Açores e para os açorianos, nem estamos disponíveis para aplaudir e congratular as políticas de austeridade implementadas por vós e pelo vosso Governo da República.

Aliás, num passado recente naquilo que foi o vosso encontro regional, ou seja o vosso Congresso, ficou bem explícito aquilo que vocês aplaudem. Vocês aplaudem ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A Segurança Social corta nos apoios!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Não repita isso!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ainda posso fazer os apartes que entender!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues continue a sua intervenção.

Sr. Deputado tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, gostaria de continuar a minha intervenção e pedir desculpa aos Srs. Deputados da bancada do PSD, eu disse vocês, queria dizer Vs. Exas..

... naquilo que foi o vosso Congresso, o Congresso do PSD na Região, onde se levantaram e aplaudiram quando o Sr. Primeiro Ministro congratulou-se de ter os cofres efetivamente cheios.

Isto só mostra que quando vêm a esta Casa ...

(Aparte inaudível do Deputado Cláudio Almeida)

O Orador: Oh Sr. Deputado Cláudio Almeida ouça lá!

... numa atitude (o Sr. Deputado João Bruto da Costa fez) a falar de fome nas escolas, a falar de pensões, a falar de saúde, a falar de educação, o senhor devia estar a falar com certeza do vosso Governo da República.

Aliás, o senhor utilizou aqui uma frase que dizia: "Cada vez mais pessoas necessitam de respostas sociais" e o vosso Governo cada vez mais corta nessas questões sociais.

Onde é que está a coerência aqui, Sr. Deputado?

Aqui não há coerência!

Deputada Graça Silva *(PS):* Mais cem milhões este ano! Mais cem milhões!

O Orador: O Sr. Deputado João Bruto da Costa fala também em parcerias, naquilo que o vosso documento defende de parcerias e falou e muito bem das nossas autarquias, penso que estava a referir-se aos municípios e às próprias juntas de freguesia.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não diga que corta que a Sra. Secretária não aprova!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Não era disso que o Sr. Deputado falava!

O Orador: Eu gostava só de lhe lembrar algo: é que as parcerias nacionais são bastante diferentes das parcerias que se fazem na Região.

Vou explicar-lhe porquê.

É porque na Região as parcerias são de ambas as partes, ou seja, são ouvidas as coisas, são discutidas, da parte da República as parcerias são mais ou menos no estilo da Lei n.º 75, em que a parceria é: Nós

damos mais responsabilidades às freguesias mas não damos nem acompanhamento logístico nem acompanhamento financeiro.

E aqui mostra bem a diferença entre o PS e o PSD.

Deputado José Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: Nós acreditamos que chegou o momento de solidificar toda a estrutura que viemos a criar ao longo do tempo, criada sim em parceria, mas uma parceria saudável onde as pessoas e as instituições são chamadas a participar nas decisões, nas soluções discutindo os problemas.

Nós, Srs. Deputados, não trabalhamos na alta-costura. Trabalhamos para todos, Sr. Deputado! Trabalhamos para todos os açorianos. Trabalhamos para todos e com todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Eu, se de facto tivesse cometido um erro seria a primeira a assumi-lo e não gosto de fazer parangonas, nem utilizar números conforme me dá jeito, por isso vou reafirmar aquilo que disse e não é só textual, como é verdadeiro.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Se não soubéssemos!

A Oradora: Pelo décimo primeiro mês consecutivo, regista-se nos Açores uma diminuição homóloga dos desempregados inscritos e que existiam.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Ah! Homóloga!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Vamos ver no Diário das Sessões!

A Oradora: Sr. Deputado, como o senhor muito bem sabe, é disto que estamos naturalmente a falar.

Já agora, também, infelizmente resultado do trabalho que fazemos todos os dias este é de facto, de há dois anos para cá, o mês em que se regista um menor número de desempregados inscritos.

Também quero dizer-lhe que acredito que de facto o único lugar em que o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário, Sr. Deputado.

Portanto, é do trabalho diário, do trabalho que construímos, de parceria, trabalho consolidado ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, este diálogo entre bancadas ...

Sra. Deputada, vamos por favor todos fazer um esforço para que seja possível continuar e concluir este debate com a dignidade que o nosso Parlamento merece.

Sra. Secretária Regional, pode continuar.

A Oradora: Queria também, Sr. Deputado João Bruto da Costa, por favor não deturpe as minhas palavras, elas foram ditas há muito pouquinho tempo atrás, portanto ainda estão frescas na memória dos presentes, não vale a pena tentar dar a volta ao texto.

Eu vou, simplesmente, dizer-lhe ou repetir se não ouviu bem, eu repito aquilo que disse: assumimos no Programa do Governo de 2012, que continuava a ser necessário repensar as nossas estratégias de desenvolvimento local e é aqui, Sr. Deputado, que lhe digo, de facto não baixo os braços, que enquanto houver uma pessoa, um açoriano ou açoriana que necessite do apoio do Governo Regional, cá estaremos para nos diversos domínios contribuir com aquilo que for necessário.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Por acaso a Secretária Regional que assumiu isso já cá não está!

A Oradora: O Sr. Deputado já referiu, por diversas vezes, a questão da violência doméstica. Lá está! Um domínio em que o Governo dos Açores tem promovido uma ação exemplar ao nível de todo o território.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A Secretária que assumiu isso já andou!

A Oradora: Exemplar porque não escondemos, não pomos debaixo do tapete. Criamos as estruturas e as respostas para que as pessoas se possam dirigir, sinalizar, procurar uma resposta de acolhimento ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Temos é de ser menos pobres e mais existencialistas!

A Oradora: Diga?

... daí que exista um plano regional neste domínio implementado, já na sua segunda versão e todas as estratégias adotadas pelo Governo Regional são referência a nível nacional ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não há emprego, há esmola!

A Oradora: ... exatamente porque os problemas não são colocados debaixo do tapete, criamos as estruturas e não nos envergonhamos dos números. Os números revelam exatamente o trabalho que desenvolvemos. São problemas, sim senhor. Há problemas de base que têm que ser trabalhados. Com certeza que sim e é isso que fazemos diariamente.

Agora, não temos que nos assustar porque o número de sinalizações é mais este ou mais aquele.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Assustar! Afinal não disse nenhuma mentira!

A Oradora: Agora também lhe quero dizer que o mesmo relatório que o senhor leu com certeza que também acreditará que eu li e diz exatamente que a Região Autónoma dos Açores foi aquela que teve o melhor desempenho neste último ano.

Portanto, Sr. Deputado, é isto que importa: um trabalho diário, um trabalho consistente, um trabalho coordenado de parceria com as instituições e que é feito diariamente e que no domínio da violência

doméstica aquele que já referenciou é exatamente aquele em que somos de facto exemplo.

Sr. Deputado, eu não referi, eu elenquei os indicadores a que o senhor fez referência, sem tecer qualquer consideração especificamente sobre nenhum deles e contestei três questões que o senhor referiu: rendimento disponível das famílias, insucesso e abandono escolar. Foram essas as questões que eu coloquei e que entendo que a leitura deve ser em toda a sua plenitude, não apenas aquilo que nos dá jeito.

O senhor fez referência a alguns dos domínios que devem, naturalmente, ser nossa preocupação e eu referenciei aqueles que são os indicadores de uma situação económica e social que vem já dando nota daquilo que é um percurso consistente e é isso que nos importa.

O Governo Regional tem provas dadas de facto agora e no passado e mesmo só nos últimos dois anos temos resultados que nos orgulham muito a todos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que responder ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

O senhor classificou a nossa proposta de anacrónica.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Ele não sabe o que isso quer dizer!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Com muito gosto!

O Orador: Não tem nada a ver com a nossa realidade. Não tem nada a ver com a realidade regional.

Oh, Sr. Deputado, eu não sei se o Sr. Deputado conhece o Conselho Diretivo da ANAFRE, mas aconselho o senhor, que também é presidente de junta, a rapidamente se candidatar para negar tudo aquilo que eles dizem.

Vou ler-lhe outra vez para o senhor ouvir bem: "Deliberamos unanimemente dar um parecer favorável sobre este projeto".

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* A junta dele não faz parte da ANAFRE. É rebelde!

O Orador: Eu penso que a Delegação Regional dos Açores da ANAFRE, olhando para este projeto e dando parecer unânime favorável, certamente que não está a ser anacrónica em relação à nossa proposta.

Mas, ao mesmo tempo que o senhor diz que é anacrónica, também é reveladora de um certo mau estar ou má relação do PSD com a autonomia porque vamos buscar um diploma da República e adaptamos à Região.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é verdade!

O Orador: Mas oh Sr. Deputado, o senhor na sua intervenção só falou do Governo da República. Então onde é que está a sua autonomia?

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Não é verdade! Isso é demagogia!

O Orador: Onde é que o senhor avalia as questões autonómicas virando-se só lá para fora? Procurando só responder ao Governo da República?

Oh Sr. Deputado, tente não fazer aquilo que quis fazer neste Plenário, que foi desviar as atenções daquilo que realmente está em causa.

Deputado Manuel Pereira *(PS):* Isso é o que o senhor está a fazer!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, esta proposta não é contra V. Exa.!

Esta proposta não é contra os senhores do Governo Regional!

Esta proposta é a favor dos açorianos que todos os dias se batem com graves problemas sociais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Porque o tempo escasseia eu vou só responder à Sra. Secretária, relativamente à insistência que a senhora faz de que os núcleos que agora está a tentar implementar aqui e ali, porque não é uma coisa regional, é aqui e ali, são os tais projetos piloto que o Governo Regional tanto gosta de formalizar, estão no Programa do Governo de 2012. Passaram três anos e foi preciso o PSD apresentar uma proposta para os senhores fazerem alguma coisa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Dispõe apenas de um minuto.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Talvez não seja necessário tanto tempo.

Apenas para dizer que a intervenção da Sra. Secretária Regional, quadra bem dentro daquilo que é a propaganda habitual.

Como teremos depois oportunidade de verificar na gravação deste Plenário, a senhora não disse que era uma variação homóloga que vinha a diminuir há onze meses consecutivos.

Mas mesmo aí nesse domínio, na variação homóloga, nós temos muita coisa para ver, para dizer e sobretudo para resolver nos Açores.

Se de facto há uma variação homóloga negativa em relação a 2014 e 2013, a senhora se quisesse ser politicamente mais séria na sua intervenção não se tinha remetido apenas a esses dois anos e tinha-se referido aos meses de fevereiro de 2012 e de 2011, porque em 2012 eram apenas 10 845 os inscritos, o que contrasta muito com 11 585 de fevereiro deste ano e era sensivelmente só 50% em fevereiro de 2011, quando se registava nos centros de emprego dos Açores apenas 6 346 açorianos, o que contrasta muito com quase o dobro, com os 11 585, de fevereiro deste ano.

Mas mais este dado, permita-me Sra. Presidente, que eu termino já.

Em fevereiro de 2011 eram apenas 1 469 os açorianos que estavam integrados em programas ocupacionais.

Sabe que passados estes três anos eles triplicaram. Passaram desses 1 469 para 4 891. Isso diz bem do insucesso, da incapacidade política, da incompetência deste Governo para resolver os problemas dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dezoito anos de oposição, Sr. Deputado João Bruto da Costa, trouxeram-nos uma proposta requentada e requentada ao ponto (eu não queria objetivamente chegar aqui, mas acho que era importante para que todos percebamos o que é que estamos a discutir) termos uma proposta que faz referência ao seu articulado ao plano nacional de ação para a inclusão. Sabe quando é que esse programa foi extinto, Sr. Deputado? Em 2011.

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores devia ter vergonha!

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Vergonha, Sr. Deputado Joaquim Machado, não é tentar usar aqui os numerozinhos conforme dá jeito, vergonha é isto: vergonha é ao fim de dezoito anos de oposição, o PSD brindar-nos com este requentamento de propostas desajustadas àquela que é a realidade dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É engraçado que quando não temos tempo vem ao debate com esse tipo de argumentos! É preciso ter lata!

A Oradora: Sr. Deputado João Bruto da Costa, os açorianos reconhecem que o cuidado que os senhores colocaram na elaboração desta proposta é o reflexo da real preocupação que tem com os problemas dos açorianos.

Mais, Sr. Deputado Joaquim Machado, pela segunda vez, aquilo que lhe disse é exato e não contestou nada daquilo que eu afirmei.

Eu falei num decréscimo, em variação homóloga durante onze meses. Todas as outras questões, com certeza que terei muito gosto com os números à frente de rebatê-las, de falarmos, de termos as considerações que entendermos sobre essa questão.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Na segunda intervenção! Na primeira não disse!

A Oradora: O Sr. Deputado Joaquim Machado sabia muito bem de que é que eu falava, portanto mesmo que eu tivesse errado e assumindo desde já que possa não ter sido a formulação a mais adequada na minha primeira intervenção, explicitei na segunda.

Portanto, penso que é exato aquilo que eu vos transmiti.

De inovação nas políticas sociais para além da página e meia que a moção do PSD-Açores nos brindou, nada mais há a dizer.

Propostas requentadas, três propostas requentadas (não se contentando com uma, três) que depois tenta o PSD com estas manobras de diversão dizer que é o Governo do PS que vem a reboque daquilo que o PSD se lembrou em outubro de 2014.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Tal barrete! Oh Sra. Secretária já chega!

A Oradora: Não, Sr. Deputado, o Governo Regional do PS tem um Programa do Governo que executa, que põe em prática de braços dados, não de braços caídos, ...

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: ... de braços dados com as instituições que connosco colaboram, trabalhamos diariamente contra a exclusão social.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu de facto não tinha intenção de voltar ao debate mas eu não posso deixar de, até agradecer ao Deputado Joaquim Machado a última intervenção que fez, porque o Deputado Joaquim Machado embora não fosse esse o seu objetivo, colocou as questões como elas devem ser colocadas, até à assinatura do pacto com a Troika, ...

Deputado Berto Messias *(PS):* É a cassete!

O Orador: É cassete, é! Esta história tem de ser bem contadinha e é *blu ray* não é cassete. Cassete têm os senhores e vai ser bem contada.

A questão é esta: se até à intervenção estrangeira em Portugal subscrita pelos três partidos do centrão, mais o seu apêndice ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quais são os três partidos?

O Orador: ... os dois partidos do centrão, mais o apêndice, nos Açores tinham indicadores sociais e económicos relativamente bons, isto é, nós tínhamos a menor taxa de desemprego do País, tínhamos índice de produtividade elevados, etc., etc., etc..

O que é que acontece? Entrou a Troika, entrou em 2011 o Governo do PSD/CDS e todos esses indicadores foram por água abaixo, ou melhor, eles cresceram, entraram em erupção. Será que a culpa é só

do Governo da República? Não é, mas também é. Também é! As políticas de austeridade que Vs. Exas. levaram a cabo muito para além da Troika, para isso contribuíram.

A inoperância e a ineficácia da resposta do PS na Região, não soube combater essas medidas perversas que atingiram os Açores e o povo açoriano.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Diga o sucesso de uma política comunista!

O Orador: Portanto, eu quero agradecer-lhe Sr. Deputado Joaquim Machado ter lembrado essa questão, porque efetivamente e para que o povo açoriano perceba de quem é a responsabilidade e a responsabilidade é tripartida. É tripartida! É do PSD, é do CDS-PP e é do PS.

Na República e aqui do PS que se tem demonstrado incapaz de utilizar os mecanismos autonómicos para dar as respostas devidas à situação dramática de tragédia social e económica que se vive na Região e isso o PS também não foi capaz de responder, mas isso não vos iliba de responsabilidades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que também já esgotou o seu tempo.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sabendo que a bancada do PSD já não tem tempo, de qualquer forma sendo que fui interpelado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, achei por bem a minha inscrição de forma a esclarecer algumas coisas daquilo que disse.

Realmente o Sr. Deputado disse, e disse muito bem, que eu também era presidente de junta de freguesia. Com muito gosto, aliás era algo que o senhor devia experimentar, passar numa junta de freguesia para estar no terreno e perceber realmente como é que se trabalha numa junta de freguesia.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* E o senhor devia ser presidente de uma IPSS!

O Orador: Depois, falou que na minha intervenção tinha-me centrado num ataque ao Governo da República.

Oh, Sr. Deputado, o que nós estamos aqui a discutir é uma proposta de Vs. Exas. relativamente à rede social que é uma proposta igual àquela que se faz na República.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Que se fazia!

O Orador: Logo, se o senhor quer discutir o programa que nós, Governo Socialista, estamos a implementar que são os polos de desenvolvimento local e coesão social, aí seria outra história.

Ou seja, o que nós estamos a debater foi uma proposta vossa e nós achamos que a vossa proposta não se adequa àquilo que nós achamos que é o melhor para a Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Só disse que a ANAFRE acha isso!

O Orador: Aliás, eu gostava de dizer-lhe também que aquilo que os senhores falam e apresentam uma cronologia de dezoito anos, oh Sr. Deputado nós não estamos a trabalhar nos últimos seis meses. Sr. Deputado, nós estamos a trabalhar há mais de uma década em prol dos açorianos e nós orgulhamo-nos daquilo que temos feito, na área social nos Açores.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Os resultados é que são fraquinhos!

O Orador: Os senhores é que deviam ter vergonha (eu utilizo essa palavra porque o Sr. Deputado Luís Rendeiro há pouco em aparte a disse e eu vou utilizá-la também). Os senhores deviam ter vergonha de vir aqui defender algo que os senhores sabem perfeitamente que o Governo Regional ao longo dos anos o que tem feito é trabalhar com as IPSS e as Misericórdias, infraestruturando ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E o Código de Ação Social!

O Orador: ... dando formação aos nossos técnicos na Região, que são excelentes técnicos na Região, aliás o senhor sabe tão bem como eu que a Sra. Secretária Regional, ao contrário do senhor, não está de braços caídos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Por que é que a anterior Secretária foi demitida?

O Orador: A Sra. Secretária Regional na discussão dos outros diploma que temos das vossas iniciativas legislativas na área social vai ficar bem patente aquilo que tem sido o trabalho deste Governo e desta Secretária.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* E a anterior?

O Orador: Aliás, o senhor o que devia fazer, já não tem tempo, mas pode fazer nos outros diplomas, é pôr-se em pé e pedir desculpa à Sra. Secretária, ...

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Fica-lhe mal!

O Orador: ... porque trabalho social nós orgulhamo-nos e aqui nos Açores tem sido feito trabalho social pelo Governo Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, na circunstância do PSD já não dispor de tempo para intervenções eu quero comunicar a V. Exa. que farei entregar na Mesa os dados relativos aos desempregados inscritos nos Açores ao longo de vários anos, nomeadamente na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, para dizer que de 2010 para 2011, o número de inscritos aumentou 10,9%, portanto não há uma relação direta com a Troika mas farei a entrega na Mesa destes dados.

Deputado Francisco César *(PS):* Temos internet, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 42 minutos

Presidente: Entramos no ponto 4 da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 11 minutos

Projeto de Resolução n.º 89/X – "Recomenda ao Governo Regional que altere a fórmula de cálculo do valor cliente", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece para a apresentação do diploma.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que aqui apresentamos neste momento, resulta da perceção das necessidades sentidas e transmitidas por diversas instituições nas diversas ilhas dos Açores com as quais temos mantido estreita relação.

Os serviços e equipamentos de apoio social concretizam-se através de variadíssimas respostas, que vão desde do apoio a crianças e jovens: passando pelo apoio a pessoas idosas; apoio a pessoas com deficiência; apoio a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico; apoio a outros grupos vulneráveis até ao apoio à família e comunidade.

A prestação pecuniária devida às instituições pelos serviços prestados aos clientes, através da celebração de contratos de cooperação – valor cliente, é determinado tendo em conta que o valor padrão é fixado por cliente/mês com base nos custos médios de referência, por unidade, para a resposta social em causa, tendo por critérios orientadores a proteção dos interesses dos clientes, nomeadamente a qualidade dos serviços prestados, a gestão eficiente dos serviços e equipamentos, as necessidades financeiras do ciclo de gestão anual, a coesão e especificidades regionais.

O Despacho Normativo n.º 63/2013, de 3 dezembro, da Secretaria Regional da Solidariedade Social, fixa os termos e valores com que são estabelecidas as prestações pecuniárias devidas às instituições pelos serviços prestados no âmbito dos contratos de cooperação – valor cliente como seja a ama, creche, estabelecimento de educação pré-escolar, centro de atividades de tempos livres, serviço de apoio ao domicílio, centro de convívio, centro de dia e o lar de idosos

A atribuição da prestação pecuniária devida às Instituições pelas valências contratadas no âmbito das respostas sociais supra referidas, deverá ter por base um valor padrão que não deixe de ter em conta as especificidades de cada Instituição.

O PSD/Açores propõe, assim, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução

Que o Governo Regional, no prazo máximo de 6 meses, deve alterar a fórmula de cálculo do valor cliente, devendo esta contemplar e

considerar um maior número de especificidades dos parceiros sociais, nomeadamente: Património imóvel; imobilizado móvel; funcionários; dimensão e abrangência geográfica; características da população atendida - designadamente atendendo às especificidades de cada utente/cliente, entre outras identificadas pelas partes no acordo social, de modo a que o valor a fixar consiga fazer face às necessidades contratadas e por forma a aproximar o valor da prestação pecuniária devida às Instituições pelos serviços sociais prestados, às necessidades específicas de cada Instituição, fomentando a justiça pela adequação e proporcionalidade na distribuição das prestações pecuniárias em benefício dos beneficiários do apoio social.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sra. Deputada Cecília Pavão tem a palavra.

Deputada Cecília Pavão *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com alguma satisfação que vemos que este **Projeto de Resolução** que agora se analisa, da autoria do PSD**, tem por base as prerrogativas do Código de Ação Social dos Açores,** aprovado por esta Assembleia na legislatura passada.

De facto, a ação social na Região Autónoma dos Açores, de reconhecido e elogiado mérito, é um património incontornável dos Governos açorianos do Partido Socialista.

É pois verdade que **a ação social açoriana se reflete, indubitavelmente**, na reparação das situações de carência, de desigualdade ou maior vulnerabilidade; é pois verdade que o nosso sistema de ação social, através das múltiplas respostas criadas e implementadas, protege crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, grupos de risco, famílias de estrutura e relações mais frágeis, idosos e todos os cidadãos que necessitem de apoio especializado e urgente.

Não é menos verdade que o Código de Ação Social dos Açores – ou financiamento da rede de parceiros com base nos serviços prestados em cada valência e serviço, por valor cliente – se revelou um instrumento regulador da relação entre o Governo e os vários atores que intervêm na aplicação das políticas sociais, **tendo como linhas orientadoras a proximidade da intervenção, a qualificação e integração das pessoas e também a contratualização dos serviços, de modo sustentado.**

Acresce a alteração posterior (em 2013) da norma transitória que enquadrou o período de tempo e o contexto da transição para o novo modelo de financiamento, com base nos contratos valor-cliente. Foram então inseridos dois fatores de estabilização: por capacidade protocolada e com a variação máxima de 10%, ou seja, ficou

garantido **que nunca haverá uma variação além dos 10% (para mais ou para menos) do valor que as IPSS recebiam antes da celebração dos novos acordos.**

No âmbito do **processo de transição** para o novo modelo previsto no CASA, foi celebrado o **Acordo Base,** que consolida a disponibilidade de todos os parceiros para negociar e consensualizar medidas. É de elementar justiça reconhecer o modo como os legítimos representantes das IPSS e das Misericórdias responderam a este desafio.

O Governo Regional cumpriu, uma vez mais, o seu papel de bom interlocutor e de bom ouvinte, esclarecendo dúvidas, acolhendo sugestões e críticas. Decidiu, e muito bem, criar a Estrutura de Missão de Acompanhamento ao Financiamento das Respostas Sociais dos Açores (EMAFReSA), para avaliar corretamente o financiamento às IPSS, e ajustá-lo se necessário, de acordo com as atuais e previsíveis necessidades futuras, sempre em articulação com os intervenientes envolvidos.

A EMAFReSA está apta a propor ações corretivas, diferenciação dos valores padrão aprovados tendo em consideração algumas especificidades, de modo a ir adequando as respostas.

Foram equacionadas alterações para as respostas Lar de Idosos e Serviço de Apoio ao Domicílio. No primeiro caso, foi tido em conta o grau de dependência dos idosos. No segundo, o valor padrão será revisto, em função das características dos serviços prestados.

Com este Projeto de Resolução, vem o grupo parlamentar do PSD propor que seja alterada a fórmula de cálculo do valor cliente, de modo a que contemple as especificidades de cada IPSS: património, custos com o pessoal, fiscalidade, adaptação de espaços, fator geografia, etc.

Ou seja, por outras palavras, pretende o PSD voltar atrás no tempo, extinguindo o Código de Ação Social.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Oh Sra. Deputada! Pelo amor de Deus!

A Oradora: O proponente omite deliberadamente quer a importância, quer o relevante papel do bom e frutuoso diálogo, que sempre existiu e continua a existir, entre o Governo Regional e todas as IPSS da Região, quer o todo o profícuo trabalho desenvolvido após a criação do CASA.

Omite igualmente que essa cooperação está patente na excelente rede de parcerias, bem como na qualidade dos serviços prestados, em tudo superior à do Continente Português.

No continente pratica-se uma comparticipação fixa por utente, logo, suscetível de ser um modelo excludente, uma vez que as Instituições poderão tender a privilegiar os utentes/famílias com maiores recursos financeiros.

Na RAA, o Governo Regional adotou um modelo de preço fixo por vaga, ou seja: o Governo Regional estipula o valor padrão, o utente comparticipa conforme as suas possibilidades, sendo o valor

remanescente assegurado pelo financiamento público até ao valor padrão estipulado. As IPSS prestam serviço a todos os cidadãos, privilegiando a ocupação total das vagas, independentemente dos recursos financeiros das famílias.

Protegem-se assim os Açorianos mais vulneráveis do risco de exclusão e assegura-se maior previsibilidade financeira às Instituições, independentemente da capacidade económica dos clientes.

Efetivamente, o modelo de financiamento previsto no CASA centra o investimento público no serviço prestado aos açorianos, sem negligenciar as especificidades das instituições assim como as características da própria rede de respostas sociais, refutando-se qualquer intenção de diminuição dos apoios às instituições, como se comprova pela evolução verificada na vigência dos governos da responsabilidade do Partido Socialista.

Por último, omite o proponente – vai lá saber-se porquê – que a definição do valor padrão atualmente para cada valência **teve** já em conta os seus custos médios, incorporando a globalidade dos mesmos, nomeadamente custos com limpeza e conservação de edifícios, custos com pessoal, impostos, etc.

Por exemplo, no que concerne às "adaptações de espaços", existe uma política ativa de colaboração permanente com as instituições que vai muito além da mencionada, contemplando a construção, a requalificação, a manutenção das estruturas assim como a aquisição

de equipamentos necessário ao desenvolvimento, com qualidade, das várias respostas sociais, consubstanciada nos contratos de cooperação.

No que se reporta aos trabalhadores das IPSS e Misericórdias, foi anunciado publicamente, em abril do ano passado, que o Governo dos Açores iria proceder, cito "à regularização dos pagamentos das progressões e diuturnidades vencidas até 31 de dezembro de 2013 dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das Misericórdias da Região, concluindo este processo de regularização da situação dos trabalhadores com base no antigo sistema de financiamento direcionado para suportar os custos de funcionamento das instituições.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O BE vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, que no nosso entender visa minorar alguns dos aspetos mais nefastos do Código da Ação Social e vai no sentido de dar às instituições que prestam serviços sociais melhores condições para desempenharem a sua ação.

Outra coisa é a posição de fundo do BE sobre aquilo que consideramos ser uma política de desresponsabilização do Estado, neste caso do Governo Regional nas suas funções sociais.

Aqui, caras Sras. Deputadas Renata Coelho e Cecília Pavão tenho de lhes dizer que nem tudo vai bem no reino dos Açores, muito menos na ação social.

Ora, vejamos:

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Coelho!

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS):* Não há nenhuma Renata Coelho!

A Oradora: Peço imensa desculpa, Renata Botelho.

O famigerado Código da Ação Social veio consumar uma política que sucessivos Governos da República têm vindo a implementar, quer sejam do PS, quer sejam do PSD/CDS e que aliás o Ministro Mota Soares quer levar ao extremo com a privatização das funções sociais do Estado, onde o assistencialismo abunda.

Atenção, Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa Regional que as cantinas sociais (chamadas cantinas sociais) proliferam na nossa Região e de certeza que as pessoas que lá vão, vão por necessidade e porque não há resposta na ação social.

Na verdade, independentemente das boas intenções deste Projeto, este não vai alterar a linha de fundo desta política de ação social na Região e esta tem como vetor essencial baixar salários dos trabalhadores (já o era no passado quando o financiamento era feito

de forma diferente, os técnicos das IPSS sempre ganharam menos que os trabalhadores da função pública, exercendo exatamente as mesmas funções e muitas vezes sob ação direta do IDSA ou então IAS).

A história tornada pública no continente da educadora de infância que foi obrigada a aceitar um contrato de auxiliar, exercendo funções de educadora e auferir o ordenado de auxiliar que era de 690€, no caso, porque a IPSS não tinha dinheiro para lhe pagar o ordenado correto, é bem exemplificativo do que esta política nos pode levar.

Podemos dizer que esta não é ainda a prática corrente na Região, mas também afirmar que este caminho nos leva para lá, pois no continente tudo começou com os mesmos argumentos que hoje são praticados cá, o respeito pela independência das IPSS.

Mas o problema não está na independência das IPSS, o problema está em utilizar as IPSS para o Estado muitas vezes lavar as mãos das responsabilidades daquelas que são as suas funções sociais, desde logo os direitos dos trabalhadores, seus ordenados porque é problema da IPSS, logo o Governo não tem nada a ver com o assunto, desde logo a qualidade dos serviços prestados, sejam idosos, crianças ou outras pessoas necessitadas.

Se há problemas a culpa não é do Governo, é da Instituição de Solidariedade Social.

Se este Projeto é um pequeno contributo para minorar esta situação na Região, vem de certa maneira tentar responder àquilo que crescentemente ouvimos por todo o lado, o perigo do desemprego de

muitas pessoas das IPSS, ou seja, o trabalho está em risco na ação social.

Esta ameaça a concretizar-se vai pôr em causa a qualidade dos serviços prestados, como não pode deixar de ser, vai lançar imensas pessoas no desemprego.

É típico do PS. Fala e muito bem do estado social, é um defensor acérrimo do estado social, em palavras. Na prática lenta e eficazmente vai fazendo a mesma política que a direita faz e que tanto criticam.

Em termos de conceção política gostaria que nos dissessem qual a diferença de fundo entre o Código da Ação Social no PS nos Açores e a conceção da ação social do Ministro Mota Soares?

Na essência, nenhuma. Eis, pois, o PS no seu melhor.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta já é a segunda alteração que se pretende fazer a este modelo de financiamento da ação social nos Açores, o que vem dar razão ao CDS, que desde o início votou contra por considerar que os princípios que devem pautar a ação social, seriam desvirtuados ao instituir-se a mercantilização da Segurança Social.

A primeira alteração foi necessária porque percebeu-se que não era possível financiar estas instituições atípicas, pela simples razão de que não era possível calcular um valor padrão e isso, Sras. e Srs. Deputados, porque não é possível o papel da ação social ser quantificado desta forma. Vai muito para além de uma simples média aritmética do número de camas, de refeições e de utentes, aliás, de clientes, na dialética socialista.

Continuamos a afirmar que não é possível quantificar através de um valor padrão a importância do atendimento, do acompanhamento e do aconselhamento das instituições e que estas prestam à comunidade.

Na altura, solicitámos à Sra. Secretária da Solidariedade Social, de então que nos disponibilizasse a fórmula utilizada para o cálculo do valor médio padrão.

A resposta que obtivemos era que o valor tinha sido calculado por uma empresa que foi contratada para fazer os tais estudos do Governo que portanto não poderia facultar.

O PSD vem agora apresentar esta iniciativa pedindo a alteração da famosa fórmula.

Vão desculpar-me, Sras. e Srs. Deputados, mas eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que se pode alterar uma coisa que em rigor nem sabemos bem o que é.

No entanto, atendendo a que esta proposta na sua génese visa contemplar as especificidades dos diferentes parceiros sociais e consequentemente fazendo com que este apoio social seja menos

padrão e mais justo, o CDS não pode deixar de reconhecer a sua pertinência. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, e julgo que à semelhança de toda a oposição, votou contra o Código da Ação Social que está em vigor.

Um dos motivos que levou o PCP a votar contra foi exatamente esta questão do valor cliente.

Consideramos, e porque continuamos a considerar que não é assim que se promove a equidade. Tratar de forma igual aquilo que é diferente não é promover, em situação alguma, a igualdade, a justiça e a equidade.

Portanto, esta iniciativa do PSD merecerá o apoio da Representação Parlamentar do PCP e julgo que o Governo já tem dados mais do que suficientes, o PS já tem dados mais do que suficientes para poder reavaliar esta questão e emendar à mão, porque efetivamente está a criar gravíssimos problemas com esta sua teimosia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço minhas, em parte, as palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires nesta questão, tendo em conta que este tem sido o posicionamento do PPM, em relação a esta questão.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Mas vai votar contra!

O Orador: Lembro aliás que o PS em relação a esta questão em concreto, conta com um apoio político que se reduz única e exclusivamente pelos próprios, ou seja, todos os outros partidos votaram contra e também pelos pareceres que aqui temos da Santa Casa da União Regional das Misericórdias dos Açores, mantém um conjunto de reivindicações e um conjunto de chamadas de atenção a esta questão que demonstra bem que há uma insatisfação generalizada, quer na área política, quer na área social, em relação às regras atuais.

Só para exemplificar a União Regional das Misericórdias dos Açores diz que: "persiste alguma insatisfação relativamente a este modelo de financiamento aplicado às respostas sociais de apoio à infância pelas quais se reivindica uma urgente revisão da fórmula valor cliente".

Depois referem: "Os referidos nesta Proposta de Resolução para efeitos do cálculo do valor cliente, a majoração em 5% para as Misericórdias localizadas nas ilhas de coesão, as vagas contratualizadas e não preenchidas, a antiguidade do pessoal e custos com progressão, etc.".

Ou seja, há um conjunto de problemas que estão devidamente identificados pelos parceiros sociais, pelas Santas Casas da Misericórdia e que o Governo persiste em manter contra tudo e contra todos.

Portanto, nesse sentido nós consideramos que a iniciativa do PSD responde a estas expetativas e receberá o voto favorável da Representação Parlamentar do PPM.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma breve contextualização, pese embora a Sra. Deputada Cecília Pavão já de alguma forma tenha elencado aqui as questões associadas à definição do valor padrão, importa eventualmente referir que a 9 de novembro de 2013 foi assinado um acordo base entre o Governo Regional, a União das IPSS e a União das Misericórdias dos Açores.

No seu art.º 8.º esse acordo base previa exatamente trabalho posterior com vista à diferenciação do valor padrão por via quer da dependência, ou quer da tipologia dos serviços prestados.

Mais tarde, e após um conjunto de trabalhos que foram sendo iniciados pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, a 9 de julho

de 2014, questionada pelo Deputado Luís Maurício a propósito da manutenção do modelo de financiamento nesta Assembleia, logo após a tomada de posse, respondi então que sim, o modelo de financiamento era para manter, mas também afirmei que era fundamental procedermos aos ajustamentos conforme tinha sido previsto no acordo base, designadamente nos lares de idosos no que dizia respeito ao grau de dependência.

Em setembro de 2014, mais precisamente no dia 18 de setembro, foi aprovada uma Resolução em Conselho de Governo que cria a estrutura de missão de acompanhamento ao financiamento das respostas sociais dos Açores, indo também de encontro àquilo que tinha sido firmado entre o Governo Regional e a própria União das IPSS e Misericórdias, no sentido de haver uma comissão, uma entidade que acompanhasse a implementação deste modelo de financiamento e que fosse capaz de fazer propostas de ajustamento, indo de encontro a algumas das preocupações que fossem manifestadas pelas instituições, mas que necessariamente fossem confirmadas por essa equipa de acompanhamento.

Já em janeiro de 2015, foi apresentada a proposta de diferenciação à União das IPSS e União das Misericórdias, depois de um período de trabalho já da equipa da estrutura de missão, da EMAFReSA, trabalho esse desenvolvido diretamente com as IPSS e Misericórdias com valências de vários idosos na Região e de serviço de apoio ao domicílio.

Desse trabalho resultou então a apresentação em janeiro de 2015 de uma proposta devidamente fundamentada e consubstanciada que visava não só a diferenciação em função da dependência dos idosos, ou da pessoa dependente, naturalmente, mas também questões associadas a majorações em função da dimensão da instituição, um período de revisão dos acordos a meio do ano que permitisse em função das oscilações das receitas das instituições, ou de outros fatores, a instituição ou Instituto de Segurança Social dos Açores, promoverem essas diligências de revisão.

Na sequência desse trabalho então de apresentação do resultado do trabalho da EMAFReSA, à URIPSSA e à União das Misericórdias dos Açores, à URMA, foram também consultadas todas as IPSS e Misericórdias dos Açores sobre este processo, durante o mês de fevereiro fomos recebendo contributos dessas instituições, sendo que já no mês de março, no final de março, foi consensualizado um despacho normativo, que foi publicado a 10 de abril e que portanto já deve ser do conhecimento de todos e que versa exatamente a questão da diferenciação em função do grau de dependência para os lares de idosos e todas as outras questões que já referi.

Paralelamente a esse trabalho também na sequência da consulta e do estudo que foi efetuado pela EMAFReSA, foram também naturalmente já elencados um conjunto de sugestões de alteração ao modelo de financiamento do serviço de apoio ao domicílio e está em curso também, ou seja, depois deste trabalho ao nível dos idosos ter

sido concluído em fevereiro iniciaram o trabalho de consulta junto das instituições que têm valências na área da deficiência, designadamente centros de atividades ocupacionais e também estruturas residenciais.

Paralelamente ao trabalho que está a ser desenvolvido pela EMAFReSA e aproveitando a referência que foi feita pela Sra. Deputada Graça Silveira, todas as valências atípicas da Região estão neste momento a ser avaliadas pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, exatamente porque tem uma natureza distinta e portanto não se trata de definir, em muitas delas nunca chegaremos a um valor padrão, mas a um financiamento ajustado àquelas que são as necessidades.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A prova de que o valor padrão não é para financiar!

A Oradora: Portanto, este é o trabalho que está neste momento a ser desenvolvido por ambas as entidades, EMAFReSA e Instituto de Segurança Social dos Açores, e que no fundo nos conduzirá a todo um trabalho de ajustamento que entendemos que é relevante e necessário ao nível do valor padrão.

Aproveitando a referência que também aqui foi feita ao parecer da URMA e que é elogioso em relação ao trabalho que o Governo Regional tem desenvolvido nesta área designadamente aos ajustamentos que o Governo Regional está a promover, há um aspeto

que foi focalizado e que diz respeito aos ajustamentos e à necessidade de promover ajustamentos na área da infância.

Naturalmente que acreditamos que esse trabalho é importante, demos prioridade às valências na área dos idosos, na área da deficiência e às atípicas.

O trabalho dirigido à infância, designadamente creches, ATL's e jardins-de-infância, será desenvolvido no primeiro trimestre de 2016.

Disse.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por fazer aqui algumas referências àquilo que foi dito pela Sra. Deputada Cecília Pavão, a qual fiquei satisfeito por saber que era a minha interlocutora, até porque tem alguma experiência na área da solidariedade social e experiência nas IPSS, ao contrário do que algumas pessoas também falam sem ter essa experiência que é necessária e como dizia o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, se é bom passar por uma junta de freguesia, muito melhor será passar por uma IPSS, até para saber das dificuldades que algumas delas passam e que aqui tenta-se fazer passar e clarear de alguma forma.

A Sra. Deputada Cecília Pavão começou por referir que a nossa proposta tem por base o CASA (o Código de Ação Social dos Açores).

É evidente que teria que ter por base o Código de Ação Social dos Açores, porque o que aqui estamos a propor é uma alteração ao valor cliente.

Essa alteração ao valor cliente é de forma que abranja todas as valências que estão contratadas ao abrigo desses protocolos, valor cliente, de modo a colmatar e a incluir todas as necessidades que são necessárias ao seu funcionamento.

Por aquilo que se ouviu aqui e nomeadamente também pela Sra. Secretária, e aliás a própria URMA faz referência no seu parecer, isto não é tão simples como se tenta aqui fazer passar.

A Sra. Deputada Lúcia Arruda tocou num ponto que é bastante importante, tem a ver com a independência (aquilo que os protocolos permitem) de funcionamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Misericórdias também, na questão exatamente, por exemplo, dos trabalhadores.

Ao longo dos anos, toda a rede social que foi criada nos Açores, foi promovido, incentivado essas instituições a demitirem pessoas, para as quais havia os contratos que estavam firmados em que de alguma forma a responsabilidade também passava para a alçada do Governo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Por exemplo a Misericórdia da Praia da Vitória!

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Isso não é verdade!

O Orador: A verdade, aquilo que foi dito e muito bem, é que neste momento relativamente aos trabalhadores, a alçada passa única e exclusivamente a ter a ver com a instituição.

Quando nalgumas dessas valências, nomeadamente nas valências que estão protocoladas e nas quais foram reduzidos, pela tal variação para menos dos 10% do valor, relativamente ao valor padrão, há instituições que estão a passar neste momento por sérias dificuldades e aquilo que aqui não foi dito e que também é do conhecimento de alguns Srs. Deputados é que o próprio ISSA, quando confrontado com essa situação logo no início em que isso foi protocolado, aquilo que disse foi: "A responsabilidade é vossa, se não dá para aguentar os trabalhadores, despeçam-nos!".

Esta é que é a realidade que se está a passar e aquilo que estamos aqui a propor é que essa alteração ao valor cliente, contemple todas essas situações.

Vou dar aqui um exemplo prático, aliás como a URMA também refere, especificamente na questão da infância. É o Governo Regional que protocola com as instituições, por exemplo, a construção de uma creche, de um novo edifício. Não está em causa a qualidade, que, aliás, pode ser comprovada por esses Açores fora, quer creches, quer outros edifícios os quais prestam esses serviços sociais, mas nem sequer tem em atenção aqui atender às especificidades e que haja

diálogo com as próprias instituições. São construídos com todas as qualidades, com todas as condições, algumas até de alguma forma exagerada e depois a questão que aqui está é que o valor cliente protocolado não garante sequer a manutenção e a exploração desses edifícios com custos que até muitas vezes nem se sabe *a priori* quais irão ser. São essas instituições que depois se veem a braços, passe aqui a expressão, com situações muito desagradáveis que já começam a ter a ver agora com a apresentação de contas de algumas delas, que em março já é visível, e que se vão agravar naturalmente nos próximos anos.

Portanto, aquilo que aqui se está a propor é em primeiro lugar para resolver também o problema das instituições para que possam, junto dos açorianos e das açorianas, prestar um melhor serviço social que é aquilo que está protocolado.

Quando se fala em parcerias implica duas partes: a parte das instituições e a parte do Governo.

Portanto, para que uma parte cumpra é preciso que a outra também dê essas condições. É isso que estamos aqui a propor e que sejam revistos nas suas diferentes competências e raio de ação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Cecília Pavão.

(*) **Deputada Cecília Pavão** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi aqui dito pela Sra. Deputada Lúcia Arruda, esta bancada considera um insulto que se compare a ação social açoriana com a ação social do continente.

A ideologia de direita praticada no continente português nada tem a ver com a excelente rede de parcerias e os excelentes serviços prestados na Região Autónoma dos Açores em matéria de ação social. Portanto, refutamos e repudiamos essa sua afirmação.

Relativamente ao assistencialismo apontado pelo CDS-PP queria também dizer-vos que não há assistencialismo nos Açores. Assistencialismo nos Açores não existe, existe no continente português. Nos Açores há cidadania e há cidadãos que são apoiados pelo Governo Regional. Não há assistencialismo, nem há pobrezinhos, nem há isso que os senhores classificam de assistencialismo.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Há pobres!

A Oradora: Não há comparação possível. Não há comparação possível entre o que se faz no continente e o que se faz nos Açores. Não há!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Para comparar é preciso conhecer as duas realidades!

A Oradora: Relativamente à mercantilização das IPSS, perdoe-me Sra. Deputada, mas mais uma vez meteu o pé na argola.

É possível, sim, com honestidade e com conhecimento dos problemas ...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

A Oradora: ... conhecendo os custos, conhecendo as especificidades de cada valência, conhecendo todos os investimentos que foram feitos, é possível sim determinar com rigor, exatamente, um valor que se aproxime daquilo que um idoso necessita por mês, ...

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Nem sabe a fórmula! Com rigor socialista!

A Oradora: ... daquilo que um idoso ou uma criança na creche ou no jardim de infância necessita por mês. Por isso é que existem as prestações de contas, os relatórios e tudo isso, porque se não era só abrir a bolsa e deixar sair o dinheiro. Não é assim.

Relativamente ainda ao que disse a Sra. Deputada Graça Silveira, é um bocadinho curioso porque diz que não conhece a fórmula, não sabe como é que se chegou à fórmula, não sabe o que é mas aprova a sua alteração.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não conheço! Nem a senhora!

A Oradora: Aprova a alteração, foi isso que a senhora disse. Aprova a proposta.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Parece e relativamente à vossa proposta ter por base o CASA, pois de facto tem, e bem, foi com base nisso que formularam a vossa proposta.

Relativamente às necessidades ou especificidades de todas as valências, de todos os serviços, eu repito, isto já foi contemplado na fórmula de cálculo do valor cliente.

Por outro lado, era bom que o Sr. Deputado reconhecesse o trabalho que posteriormente tem sido feito nessa matéria, ou seja, desde que se aprovou o CASA têm vindo a ser tomadas medidas de melhoria, de ajustamentos, de aproximação às instituições. Não, Sr. Deputado, não foi depois do senhor ter feito a proposta, foi sim, na sequência da aplicação do CASA e a partir daí é perfeitamente natural que haja ajustamentos, que haja diálogo como sempre houve e que haja de facto a reavaliação permanente das necessidades que se vão encontrando.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É curioso a facilidade com que o PS e o Governo Regional querem reescrever a história.

Essa história que a Sra. Deputada Cecília Pavão e a Sra. Secretária Regional, Andreia Costa, contaram aqui, não tem nada a ver com aquilo que se passou.

O que se passou foi o seguinte: os senhores impuseram um modelo de financiamento às instituições que levou a que muitas delas não assinassem os protocolos de cooperação.

Essa situação levou à demissão da anterior Secretária.

Entretanto o PSD apresentou uma proposta em que se fizesse a alteração dos pressupostos que estão na base do cálculo do valor cliente e a nossa proposta que a Sra. Deputada critica e que a Sra. Secretária tenta dizer que não é aquilo que é, ...

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sra. Secretária, não se faz isso!

O Orador: ... teve no dia 27 de janeiro de 2015, a seguinte nota pública do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, do Governo Regional, quando foi nomeada a EMAFReSA: "O objetivo passa por realizar um novo relatório que faça uma avaliação e que nos permita tomar decisões sobre a implementação do valor cliente nessas valências, apontando a necessidade de definir um valor que sirva de referência também a futuros acordos".

Por que é que isto foi feito, Sra. Secretária? Está lembrada porquê? Porque as instituições não assinavam os acordos de cooperação com o Governo Regional. E por que é que não assinavam? Porque isso levava a que não conseguissem dar a resposta social que estavam a contratualizar.

Por isso aqui neste Parlamento quando fizemos um debate de urgência sobre a situação de emergência social nos Açores, foi denunciado que instituições, como por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (não sei se há algum plano de revitalização que abranja esta situação) dizia para quem quisesse ouvir, que tinha em alternativa ou reduzir salários, ou despedir funcionários, perante o acordo que o Governo Regional propunha.

Nós, em outubro passado, atentos a esta realidade fizemos esta Proposta de Resolução, para responder àquilo que era uma emergência que se estava a verificar nos Açores, que eram as respostas sociais necessárias na Região, não estavam a ter, por parte do Governo Regional, a atenção.

Já agora queria dizer-lhe um pequeno pormenor relativamente à nomeação desta equipa.

O Governo pagou um estudo a uma empresa para fazer aquilo que foi a determinação de um valor para cada uma das valências e depois fez uns *PowerPoints* e andou a apresentar pelas instituições aquilo que seria a base de discussão para as instituições negociarem com o Governo os valores dos acordos de cooperação.

De repente fez uma Portaria que ninguém estava à espera, e sabe que isso foi assim, e de repente apresentou um facto consumado que as instituições ficaram de boca aberta sem saber o que se passava, ou seja, quiseram impor um modelo às instituições, por isso é que levou

a que muitas não assinassem acordos de cooperação e se calhar ainda há alguns por assinar.

O que eu acho mais curioso é que a coordenadora do EMAFReSA, dias antes, ou pouco tempo antes de ser nomeada coordenadora desta equipa de missão, era vogal do ISSA e o ISSA por acaso nos seus estatutos tem as competências que esta estrutura de missão tem.

É curioso. Esta forma de trabalhar é muito curiosa, ou seja, o ISSA não fez o trabalho que era suposto fazer e a vogal que estava no ISSA foi nomeada para fazer o trabalho que não tinha feito anteriormente.

Esta é que é a forma que os senhores estiveram a trabalhar nesta questão, Sra. Secretária. Não vale a pena escondê-la!

O que é real é que existem especificidades em cada uma das valências, em ilhas e concelhos com diferentes características que é preciso dar resposta e nós aqui quando foi a discussão do Código da Ação Social salientámos de uma forma muito veemente que não era padronizável as respostas que estavam a ser dadas.

Na altura, fomos apelidados de tudo, menos de sérios e agora o que vimos a constatar é que tínhamos razão. Não é padronizável e não pode estabelecer critérios iguais para situações diferentes, apesar de estarmos a falar de valências iguais ou da mesma valência, tem que diferenciar de acordo com aquilo que são as necessidades da resposta social concreta para determinada situação.

Portanto, a Sra. Deputada Cecília Pavão, o PS e o Governo Regional que acham que é uma ofensa comparar um modelo de apoio social,

(se calhar esquecem-se é de quem é que implementou o modelo de apoio social que é aplicado no continente) esquecem-se do seguinte: os senhores aplicaram um Código de Ação Social de forma cega, acho que nas costas das IPSS e isso levou a que fosse necessário fazer uma remodelaçãozinha governamental para ver se diminuíam os prejuízos e agora andam a correr atrás dos prejuízos à procura de encontrar soluções.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Não é verdade!

O Orador: Esta Resolução é para ajudar, para ajudar a que este Parlamento se associe ao Governo Regional na procura dessas soluções. Já sei, é do PSD e os senhores não vão aprovar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois efetivamente não deixa de ser sempre para mim surpreendente, como se fosse a primeira vez, ouvir o PSD referir-se às políticas sociais nos Açores com essa desfaçatez, tendo em conta que cortam sem pejo o Complemento Solidário para Idosos, o Rendimento Social de Inserção, o abono de família e vêm sempre aqui ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O abono de família? Não é uma questão ideológica, é sociológica!

A Oradora: 1%! Sim, é 1%!

... cheios da vossa moralidade neoliberal desenfreada, vêm sempre cheios, eu repito, da vossa ideologia neoliberal desenfreada dar aqui ao nosso Parlamento as vossas excelsas lições.

Bom, em todo o caso há aqui uma certa cronologia: houve a aprovação do CASA, a alteração de outubro de 2013, o número de vagas protocoladas e não as frequentadas, acho que tudo isso já foi aqui amplamente referido, 75% das instituições mantinham ou reforçavam o financiamento (é preciso que não nos esqueçamos disso) e que a variação de 10% para cima ou para baixo foi sempre invariavelmente respeitada e também queremos lembrar que o PS fez um roteiro aprofundado em que passou pelas Instituições de Solidariedade Social todas ...

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Só se foram às socialistas! À minha não foram!

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor tem uma IPSS?

A Oradora: ... e apercebeu-se com sentido crítico das dificuldades e das potencialidades deste novo modelo de campo.

Ora, eu acho que nós não podemos passar por cima deste dados e a constituição da estrutura de missão da EMAFReSA, que tem exatamente por objetivos e leio-o: "propor ações corretivas e de melhoria ao atual modelo de financiamento; propor o alargamento da

utilização do valor padrão a valências não previstas no art.º 2.º do Despacho Normativo n.º 63/2013, de 3 de dezembro; propor a diferenciação dos valores padrão aprovados para as várias valências de modo a melhorar e adequar às especificidades das diferentes respostas; analisar a rede regional de respostas sociais dos Açores com vista à melhoria da sua eficiência; propor eventuais alterações ao sistema de informação e apoio à decisão social e apresentar um relatório semestral da sua atividade".

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A senhora está a revogar o Código de Ação Social!

A Oradora: Ora, eu daqui destaco proceder à avaliação do modelo, propor ações corretivas.

Portanto, o PS tem sempre a humildade de perceber que se num certo sentido é preciso fazer um pequeno desvio, é para isso que nós estamos aqui.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Estamos de acordo! Pensei que iam votar contra!

A Oradora: É para isso que aqui estamos e é isso que está a ser feito.

Neste momento começámos, como já foi dito, pelos idosos, pela área de apoio aos idosos, outras áreas se seguirão e nós cá estaremos para aplaudir sempre que a vida das instituições ganhe com o envolvimento de todos nós.

O Governo do PS assim faz, o PS assim apoia e os açorianos com certeza concordam connosco.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Está quase em diretora regional!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente fico muito admirada que a Sra. Deputada Cecília Pavão fique indignada com a minha intervenção, quando a Sra. Secretária na sua intervenção veio dar razão *ispsis verbis* àquilo que eu disse.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa): Ipsis verbis* um bocadinho exagerada!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Só *ipsis*!

A Oradora: Eu disse: teve que fazer-se uma alteração porque não era possível fazer o pagamento às atípicas com o cálculo daquela fórmula.

A Sra. Secretária disse...

As atípicas não são pagas utilizando a fórmula que não é possível, arranjou-se um valor.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Qual é a fórmula?

A Oradora: Portanto, aquilo que eu disse a Sra. Secretária confirmou.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Eu?

A Oradora: A senhora não acabou de dizer que em relação à minha intervenção que as atípicas não eram calculadas pelo valor padrão, que se tinha arranjado um valor?

Eu peço, para que depois se veja no Diário das Sessões se a conversa aconteceu ou não assim.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Passando á frente.

Ficou muito indignada porque eu aprovo uma coisa que não conheço a fórmula. A senhora acabou de dizer que dava a garantia de que isto, aquilo e aquele outro já estavam contabilizados na fórmula do cálculo.

Eu não sei qual é a fórmula, a senhora seguramente também não sabe mas é capaz de me garantir o que é que já está contabilizado na fórmula.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Eu não sei como é que se chegou a este valor de 845,48€. Nunca ninguém me disse qual era a fórmula que tinha sido utilizada, a senhora não sabe, só se tem informação privilegiada.

Eu agradecia que partilhasse connosco, porque eu por acaso tenho o hábito de fazer os cálculos.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Não porque ache que as pessoas não estão a ser sérias mas porque gosto de fazer os meus cálculos para ver se efetivamente aquele valor está correto e é justo.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às últimas afirmações aqui da Sra. Deputada Graça Silveira, apenas referir o seguinte: de facto as atípicas não têm um valor padrão.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Ponto! Pode-se sentar!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):*Ponto!

A Oradora: Não. Um momento. Um momento.

Agora digo, não tem valor padrão nos termos do despacho que está publicado, os senhores têm conhecimento disso, ou não? Não é uma novidade.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Foi o que nós dissemos!

A Oradora: Muito bem, sendo assim tenho a dizer que nenhuma dessas valências atípicas na Região Autónoma dos Açores mereceu qualquer variação no seu financiamento: nem mais dez, nem menos

dez. Mantiveram exatamente o mesmo financiamento que tiveram até 2013.

Não houve variações, portanto não há aumentos nem diminuições. Ponto um.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Isso não interessa para nada!

A Oradora: Ponto dois, Sr. Deputado João Bruto da Costa, realmente estivemos sintonizados no último ano em canais diferentes: o senhor, com certeza na Sport TV e eu na RTP-Açores.

Certamente, Sr. Deputado e não tem a menor queda para historiador.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Qual é o seu canal que não percebi?

A Oradora: O PSD que não se fia em si para reescrever a história sob pena de cometerem erros grosseiros que só se enganam a si próprios objetivamente.

Sr. Deputado, a minha visão, não chega ao ponto de alcançar o que é que o PSD dos Açores vai fazer no dia 3 de outubro.

Agora, o que eu sei é que no Conselho de Governo de 17 de setembro (17 de setembro, talvez o senhor tenha visto a publicação no dia 2 de outubro) portanto não há aqui nenhum erro histórico, da constituição da EMAFReSA.

Sr. Deputado, a história escreve-se com factos e com datas.

Vou voltar um bocadinho atrás porque tentei fazer a elencagem e dizer-lhe mais uma vez: como é que o senhor afirma que não houve

um processo negocial com a união das IPSS e com a União das Misericórdias e que foi feito tudo nas costas das instituições?

Se há um acordo firmado, Sr. Deputado, um acordo firmado com a União das IPSS e a União das Misericórdias, a 9 de novembro de 2013 e o despacho do valor padrão, Sr. Deputado, é posterior, como o senhor sabe, é de dezembro e resulta do processo negocial, inclusivamente eu não estava lá mas a história diz-nos que houve uma proposta do Governo Regional à União das IPSS e das Misericórdias e que designadamente algumas das valências mereceram alteração do valor padrão que estava a ser definido.

Portanto, Sr. Deputado, estamos a falar de um processo negociado, este acordo base é um acordo histórico entre o Governo Regional e a União das IPSS e a União das Misericórdias. Assumimos necessariamente desde logo na assinatura do acordo base e vai permitir-me, Sr. Deputado, não será de mais, com certeza, ler-lhe a cláusula 8.ª desse acordo assinado, firmado entre a União das IPSS e a União das Misericórdias ...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O tal acordo assinado pela sua antecessora?

A Oradora: ... que diz na sua cláusula 8.ª: "Majoração: tendo em conta a natureza das respostas sociais e a experiência de aplicação do novo modelo de financiamento o valor padrão previsto na cláusula anterior poderá ser majorado designadamente em função dos seguintes fatores:

a) grau de dependência dos clientes;

b) níveis dos serviços prestados aos clientes".

É todo o trabalho que nós estivemos a fazer durante o ano de 2014 e cujo processo negocial terminou já no que diz respeito aos idosos em março de 2015.

Sr. Deputado, penso que é importante que se construa a história mas se construa com factos, como lhe disse, ...

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Foi um espião! Foi o Secretário Vítor Fraga!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi no Corvo?

A Oradora: ... com factos e datas reais e não aquela que os senhores gostariam que fosse. É a que é. Isto são factos.

Ainda queria dizer-lhe que relativamente à equipa de acompanhamento que foi constituída, o próprio acordo base e aliás um dos fatores mais elogiados pelas próprias Misericórdias prevê na sua cláusula 16.ª uma comissão desta natureza, uma equipa desta natureza.

Portanto, o Governo Regional em bom momento resolveu, a 17 de setembro de 2014, constituir esta equipa, equipa esta que fez um trabalho louvável e meritório. Já apresentaram o seu relatório semestral e portanto já reuniram com dezenas e dezenas de instituições na Região, ouviram as preocupações das instituições e fizeram refletir naquilo que é um processo de ajustamento deste valor

padrão, deste modelo de financiamento e que já teve reflexos designadamente no despacho publicado na passada semana.

Penso que é um trabalho importante para as IPSS, para as misericórdias, mas sobretudo para os açorianos que são pessoas a quem independentemente de utentes ou clientes, são os açorianos e açorianas a quem dirigimos todo o nosso trabalho.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não adivinho o que é que se passa nos Conselhos de Governo e como não adivinho vou ver os comunicados do Conselho de Governo e quão curioso é que no comunicado do Conselho de Governo, no Corvo, penso que no dia 19 de setembro do ano passado, fala (tem 20 pontos, 20 e tal pontos) e a única coisa que não fala é disto.

Tão importante para os Açores e para o apoio social e para a relação das instituições e esqueceram-se de pôr no comunicado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Que chatice!

O Orador: É realmente deveras curioso. Não sou é obrigado a acreditar naquilo que o Governo vem dizer que fez numa reunião onde mais ninguém esteve presente.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Publicado no dia 2 de outubro! Jornal Oficial!

O Orador: Mas isso é uma questão vossa, o comunicado está na vossa página de propaganda e certamente qualquer pessoa pode consultar.

Agora, não me peçam é para eu acreditar ou para alguém acreditar que os senhores fizeram uma resolução que depois acharam que era bom não divulgar uma coisa que era boa para os açorianos.

Não vamos divulgar.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Olhe para o Jornal Oficial. Esqueça o comunicado!

O Orador: De outubro! Aí já é de outubro! Já não é de setembro, já é de outubro.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Se calhar o Governo mexeu lá!

O Orador: Sabe-se lá! O Sr. Presidente é que o disse, não fui eu, se mexeu ali qualquer coisinha. São 18 anos ...

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: ... e são 18 anos que nos levam a ter dúvidas sobre as vossas intenções e a vossa forma de trabalhar.

Nós não podemos aceitar vir para este Parlamento, em abril de 2015 e ainda andarmos a discutir a forma de financiamento das IPSS que os senhores já deviam ter revisto conforme diziam que iam rever e continuam a trabalhar e a adiar porque certamente, não sei, a alguém

isso deve dar jeito. Não dá jeito nenhum é aos açorianos que precisam do apoio dessas instituições e essas instituições não o fazem nem para ganhar votos, ...

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Alguns!

O Orador: ... nem para andar a fazer propaganda eleitoral, fazem-no porque querem ajudar os açorianos que dependem do seu auxílio.

Portanto, isso é que era importante nós estarmos a discutir, não era estarmos a discutir, Sra. Deputada Renata Correia Botelho, as vossas obsessões relativamente às consequências da falência em que os senhores deixaram o País depois do desvario de José Sócrates enquanto Primeiro-Ministro de Portugal. Isso é que nós não devíamos estar aqui a discutir, porque sabe quando a Sra. Deputada tem a distinta lata de vir falar em cortes no abono de família, o maior corte no abono de família alguma vez feito nesta Região, foram os senhores que o fizeram. Foi esse Governo do desvario de José Sócrates à frente dos destinos de Portugal que cortou seis milhões de euros de abono de família a esta Região.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Seis milhões de euros, num só ano, Sra. Deputada!

Onde é que estava a sua indignação? Onde é que a senhora estava para se indignar?

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Que vergonha!

O Orador: Agora vir dizer que as políticas de austeridade que foram impostas a Portugal, por via dos senhores terem chamado a Troika, é que estão aqui a condicionar a ação social do Governo dos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Com os cofres cheios!

O Orador: Isso é que eu não compreendo. Não compreendo como é que os senhores ainda se mantêm nesse discurso.

Também tenho que dizer que o que é realmente importante é que nós estamos a discutir uma resolução que diz o mesmo que aquilo que o Governo diz que pretende fazer. O que eu não compreendo é por que é que os senhores vão votar contra essa resolução?

Os senhores andaram de costas voltadas com as instituições e aquele acordo que a Sra. Secretária falou que foi assinado, em vésperas de um debate que tivemos nesta Assembleia, foi um acordo que não falava daquilo que o Governo depois veio a aplicar nas costas das instituições e são as próprias instituições que o dizem.

O que eu acho curioso é a Sra. Secretária que nessa altura estava numa Instituição Particular de Solidariedade Social, ter a coragem de assumir que aquilo era aquilo que não foi, ou seja, um acordo de boa vontade ou de boa-fé. Não foi, Sra. Secretária!

Os senhores enganaram as Instituições de Solidariedade Social dos Açores ...

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Não apoiado!

O Orador: ... prometendo que iam negociar acordos para os acordos de cooperação que fossem ao encontro das necessidades dessas instituições e depois nós tivemos instituições a não assinar acordos, ...

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* É a austeridade socialista!

O Orador: ... consecutivamente a recusar assinar acordos e a verdade é que aqueles que assinaram arrependeram-se, por uma razão: os que não assinaram andaram a receber o mesmo; os que assinaram passaram a receber menos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 5: **Projeto de Resolução n.º 90/X – "Recomenda ao Governo Regional que disponibilize o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra para apresentação do diploma o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O serviço de apoio domiciliário é a resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Considerando que o que está em causa é apoiar as famílias, que desejam garantir as condições para a permanência dos idosos em casa, no seu ambiente familiar, com o devido conforto, onde sempre viveram a sua vida, quando tinham mais saúde e autonomia, a resposta passa, sobretudo, por cuidados de higiene e conforto pessoal, sendo ainda prestados, entre outros, serviços ao nível do fornecimento e apoio nas refeições e da higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados.

Os cuidados e serviços prestados pelo serviço de apoio domiciliário devem ser, tendencialmente, disponibilizados todos os dias da semana, garantindo, também, sempre que necessário o apoio aos sábados, domingos e feriados

Assim, o Partido Social Democrata, propõe que esta Assembleia aprove a seguinte Resolução:

Que o Governo Regional, no prazo máximo de 90 dias, desenvolva as ações necessárias para que seja disponibilizado o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Cecília Pavão, tem a palavra.

Deputada Cecília Pavão *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores a resposta social de Serviço de Apoio ao Domicílio (ou Serviço de Apoio Domiciliário) encontra-se disponível em todas as ilhas e concelhos do arquipélago.

Na última década e meia assistiu-se ao alargamento do número de respostas disponíveis que passa de 33 para 41 Serviços de Apoio ao Domicílio (SADs) em 2014, abrangendo um total de **2032 idosos** (segundo dados do SIADS), **com capacidade para apoiar um total de 2.524**.

Ainda no âmbito do desenvolvimento deste importante serviço, registe-se a agregação de técnicos às IPSS e Misericórdias, a criação de equipas especializadas, a criação em 2004 de duas unidades móveis de reabilitação (com capacidade para 110 clientes) na ilha de São Miguel ou o incremento dos Bancos de Ajudas Técnicas.

O debate em torno do Serviço de Apoio Domiciliário é relançado na sequência de um conjunto de mudanças a que assistimos nas sociedades atuais como sejam o envelhecimento demográfico decorrente do aumento da esperança de vida e do decréscimo da natalidade e ainda as profundas alterações nas estruturas familiares. Estes fatores refletem-se na necessidade de assistência e apoio aos idosos, especialmente dos que se encontram em situação de dependência.

A par das alterações citadas, assiste-se também à mudança do paradigma interventivo, quer isto dizer que se privilegia hoje a permanência dos idosos nas suas habitações em detrimento dos

internamentos em lares. Daí o incremento registado nas valências que visam contribuir para a continuidade dos idosos no seu meio natural de vida, nomeadamente de Centro de Dia, de Centro de Noite e do SAD.

De facto, as pessoas devem ficar na casa onde viveram muitos anos, onde criaram os filhos, com os seus objetos e espaços ordenados ao seu gosto, no que é seu, no lugar com que se identificam e se encontram com o seu verdadeiro EU.

É por isto que se coloca ao Governo, às IPSS, às diversas entidades públicas, às famílias, e à comunidade em geral o repto de uma permanente atenção ao Serviço de Apoio ao Domicílio.

O primeiro e fundamental trabalho a levar a cabo é o conhecimento da realidade. Não nos basta, Senhoras e Senhores Deputados solicitar uma medida para fazer número, retirada do simples senso comum.

O governo regional procedeu à **"Análise e Caracterização do Serviço Apoio Domiciliário na Região Autónoma dos Açores" a partir da informação recolhida por ficha criada para o efeito, junto das IPSS. 85% dos SAD(s) responderam.**

No que se refere ao horário de funcionamento (dias da semana), apenas 7 instituições (19,4%) funcionam de segunda-feira a sexta-feira; 15 instituições (41,7%) funcionam de segunda a sábado; 14 instituições (38,9%) funcionam todos os dias.

Sublinho aqui o facto de terem sido as IPSS a procurarem a melhor resposta aos seus públicos. Muitas foram as que, por sua iniciativa, alargaram o período de prestação do serviço, de acordo com as solicitações dos seus utentes.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso está no acordo?!

A Oradora: O reconhecimento das novas necessidades levou à inscrição do Alargamento do Apoio Domiciliário no Programa do atual Governo. Na sua operacionalização, os contratos de cooperação com as instituições que disponibilizam o SAD permitem a diversificação dos apoios disponibilizados e a qualificação dos serviços a par da adequação da frequência e periodicidade com que é prestado.

Contudo, a simples medida de alargamento dos dias de funcionamento do SAD não deve resultar de um processo administrativo. Tal perspetiva é contranatura, num quadro de intervenção social. As necessidades de uma comunidade não são necessariamente as mesmas de outra e a intervenção jamais se pode dissociar do princípio do localismo, ou das particularidades de cada coletividade.

Os desafios que se colocam ao Serviço de Apoio ao Domicilio, em nosso entender, extravasam o invocado neste projeto de resolução. O alargamento do n.º de dias de prestação de serviço, por si só, não resolve algumas das questões mais prementes que hoje se colocam.

Deste esforço conjunto das Instituições e do Governo Regional para diversificar os serviços adequando os apoios disponíveis às necessidades dos idosos e das famílias resulta que Os SAD(s) disponibilizam refeições; assistência na preparação das refeições e acompanhamento nas mesmas; serviço ou apoio na higiene pessoal e também da habitação; lavandaria; auxílio e/ou acompanhamento na mobilização em casa; serviços de enfermagem e fisioterapia; gestão e administração de medicamentos; acompanhamento aos serviços de saúde; psicoterapia e ajuda psicológica; animação, passeios, convívios e confraternizações e até possibilidade de frequência de serviços religiosos; assistência bancária, serviços de estética, etc., etc..

Feita esta análise com base na informação vinda das instituições, está a ser desenvolvido um estudo com vista à caraterização pormenorizada dos clientes do SAD e das suas reais necessidades.

Assim, foi publicamente apresentado, no passado dia 1 de abril, o Programa Regional de Reestruturação do Serviço de Apoio ao Domicílio e de Apoio aos cuidadores que consideramos fundamental, que prevê um conjunto amplo de medidas referentes às mudanças a operar no SAD.

Em Setembro de 2014, como já falámos, foi criada a (EMAFReSA) e neste âmbito, está a ser ultimada uma proposta de revisão do financiamento do Serviço de Apoio Domiciliário, como já disse a Sra. Secretária Regional. Prevê-se que essas alterações compreendam

alterações ao modo como esta valência é atualmente financiada introduzindo uma diferenciação em função do tipo de serviço que é prestado, pela frequência com que é prestado e pelo número de dias da semana em que é prestado, nomeadamente por incluir ou não fins-de-semana.

Encontra-se, assim, em fase de elaboração uma proposta de alteração à Portaria n.º93/2003 de 27 de novembro, relativa às comparticipações familiares, com o objetivo de adequar os preços dos serviços prestados, de acordo com as novas solicitações e rendimento das famílias.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 14 – 04 – 2015

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Consagra o princípio da transparência ativa em toda a Administração Pública – n.º 809/XII – n.º 134/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 03 – 12

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 01;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o "Regime jurídico das instituições do ensino superior" - n.º 828/XII/4 – n.º 139/X
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2015 – 03 – 27
Comissão: Assuntos Sociais
Data limite do parecer: 2015 – 04 – 16;

Assunto: Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível (Primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio) – n.º 834/XII - n.º 140/X
Proveniência: Assembleia da República
Data de Entrada: 2015 – 04 – 01
Comissão: Política Geral
Data limite do parecer: 2015 – 04 – 21;

Assunto: Introduz maior justiça social no novo regime do arrendamento apoiado para habitação e confere maior autonomia às Regiões Autónomas e aos Municípios no quadro da sua aplicação (primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e

revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio) - n.º 836/XII - n.º 141/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 04 – 01

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 21;

Assunto: Altera o regime de renda apoiada para uma maior justiça social (Primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro – n.º 839/XII - n.º 142/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 04 – 01

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 21;

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais – n.º 289/XII – n.º 135/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 03 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 01;

Assunto: Estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional – n.º 290/XII – n.º 136/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 03 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 09;

Assunto: Estabelece o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e o registo do prédio que seja reconhecido enquanto tal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro – n.º 306/XII - n.º 137/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 03 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 09;

Assunto: Estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária – n.º 307/XII - n.º 138/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 03 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 14.

3 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil - PCM (MAI) - (Reg. PL 153/2015 – n.º 170/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 27

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 08.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 136/2003, de 28 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2002/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos

suplementos alimentares - MAM - (Reg. DL 79/2015). 136/XII – n.º 166/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 06;

Assunto: Que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público - M. Saúde - (Reg. DL137/2015). – n.º 167/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, que criou o Sistema de Informação e Registo animal e estabeleceu as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas

de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração - MAM (Reg. DL 143/2015) – n.º 169/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 20.

5 – Pronúncia sobre Portaria:

Assunto: Referente à atribuição do subsídio social de mobilidade de transporte aéreo entre o continente e a Região Autónoma dos Açores – n.º 168-OGP

Proveniência: Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações – C.M.

Data de Entrada: 2015 – 03 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 26.

6 – Projeto de Decreto Legislativo:

Assunto: Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro e alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012/A, de 18 de fevereiro, que estabelece o Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo – n.º 48/X

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 03 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 29;

Assunto: Elimina as Taxas Moderadoras no Serviço Regional de Saúde - Terceira alteração ao DLR n.º 28/99/A, de 31 de julho – n.º 49/X

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 05 – 06.

7 – Proposta de Decreto Legislativo:

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, que criou os hospitais atualmente integrantes do Serviço Regional de Saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais, e aprovou o regime jurídico aplicável aos mesmos bem como os respetivos estatutos – n.º 53/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 24.

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: Análise das lacunas, insuficiências e fragilidades das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças – n.º 117/X

Data de Entrada: 2015 – 03 – 18

Proveniência: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 20;

Assunto: Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos – n.º 118/X

Data de Entrada: 2015 – 04 – 06

Proveniência: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 05 – 07.

9 – Petições:

Assunto: Pela realização de obras que criem condições de segurança de circulação na estrada regional de acesso à freguesia da Ribeira Quente (São Miguel) – n.º 35/X

Proveniência: Albino Miguel Pinheiro Silva

Data de Entrada: 2015 – 03 – 11

Comissão: Política Geral

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Não ao encerramento da EB1/JI Infante D. Henrique - Escola do Alto das Covas – n.º 36/X

Proveniência: Laurinda Borges Azevedo Silveira

Data de Entrada: 2015 – 03 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

10 – Requerimentos:

Assunto: ("Reordenamento" do espaço do edifício escolar da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 380/X;

Assunto: Dragagem do Fundo do Porto da Casa

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 381/X;

Assunto: Centro Público Internacional das Ciências do Mar

Autora: Lúcia Arruda (BE)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 382/X;

Assunto: Estranha prorrogação no PROMEDIA

Autores: José Andrade e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 383/X;

Assunto: Financiamento dos polivalentes de Pedro Miguel e Feteira na Ilha do Faial

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 17

Referência: 54.03.07 – N.º 384/X;

Assunto: Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 17

Referência: 54.01.07 – N.º 385/X;

Assunto: Situações que podem colocar em causa a segurança pública

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 386/X;

Assunto: Igualdade de acesso do(a)s açoriano(a)s aos serviços de telecomunicações

Autora: Lúcia Arruda (BE)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 387/X;

Assunto: Fundo de apoio aos consumidores

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 388/X;

Assunto: Hotel do Governo na Graciosa em dificuldades

Autores: João Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 30

Referência: 54.03.04 – N.º 389/X;

Assunto: YDREAMS

Autores: Humberto Melo, António Marinho e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 390/X;

Assunto: Charters com Madrid

Autores: António Ventura, Judite Parreira e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 02

Referência: 54.03.03 – N.º 391/X;

Assunto: Porto do Topo

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07

Referência: 54.04.05 – N.º 392/X;

Assunto: Gateway do Pico real ou virtual?

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 08

Referência: 54.03.06 – N.º 393/X;

Assunto: Ligações aéreas para as ilhas do Faial e Pico

Autores: Jorge Macedo, Luís Garcia e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 394/X;

Assunto: Falhas de segurança no transporte de crianças

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 04 – 08

Referência: 54.07.03 – N.º 395/X.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.01.00 – N.º 359/X;

Assunto: Governo não cumpre lei dos apoios culturais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.03.00 – N.º 363/X;

Assunto: Governo incapaz de cumprir prazos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.03.00 – N.º 369X;

Assunto: Governo garante ou não se a SATA manterá o mesmo número de ligações entre Lisboa e a Horta?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 16

Referência: 54.03.07 – N.º 371X;

Assunto: Dragagem do Fundo do Porto da Casa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 381X;

Assunto: Prémio ao Abate de Bovinos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 350X;

Assunto: Crianças sem apoio no Programa de Intervenção Precoce

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 27

Referência: 54.03.02 – N.º 339/X;

Assunto: Estranha prorrogação no PROMEDIA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 383/X;

Assunto: Empréstimo de manuais escolares e metas curriculares

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07

Referência: 54.01.00 – N.º 322/X.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar remessa de relatório aprovado

Proveniência: Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2015 – 03 – 12;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 11/2015 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira.
Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro
Data de Entrada: 2015 – 03 – 19;

Assunto: Ofício com Voto de Pesar aprovado, pelo falecimento Sr. Alberto Romão Madruga da Costa
Proveniência: Assembleia Municipal – Praia da Vitória
Data de Entrada: 2015 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a manifestar a sua posição sobre Ligações aéreas Pico-Continente
Proveniência: Associação de Municípios da Ilha do Pico
Data de Entrada: 2015 – 03 – 23;

Assunto: Ofício a enviar, por correio eletrónico, a verificação interna de conta de gerência abaixo indicada:
- Relatório n.º 10/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14-433VIC3) – "Gestor do PRO-EMPREGO"
Proveniência: Seção Regional do Tribunal de Contas
Data de Entrada: 2015 – 03 – 25;

Assunto: Ofício a enviar Proposta de Deliberação - SATA

Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha do Faial
Data de Entrada: 2015 – 03 – 25;

Assunto: Ofício a enviar Proposta de Deliberação - TAP
Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha do Faial
Data de Entrada: 2015 – 03 – 25;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 11/2015 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira
Proveniência: O Grupo Parlamentar "Os Verdes"
Data de Entrada: 2015 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 11/2015 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira
Proveniência: O Grupo Parlamentar do CDS-PP
Data de Entrada: 2015 – 03 – 26;

Assunto: Ofício de agradecimento pelo Voto de Saudação - 50 anos de carreira literária de Cristóvão de Aguiar
Proveniência: Luís Cristóvão Aguiar
Data de Entrada: 2015 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A - Alteração ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA
Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2015 - Oitava alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto e 22/2014/A, de 27 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Atribuição do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA
Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015 - Desafetação do regime florestal parcial de uma parcela de terreno baldio no perímetro florestal da ilha Terceira
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2015 - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA
Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015 - Primeira alteração ao DLR n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da RAA para o ano de 2015
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA
Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 03 – 27;

Assunto: Ofício a remeter o relatório anual de atividades inspetivas, nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A, de 11 de junho, que regula o regime jurídico aplicável à venda e consumo de bebidas alcoólicas, na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 03 – 31;

Assunto: Ofício a remeter o relatório anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local - Publicidade Institucional

Proveniência: Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 03 – 31;

Assunto: Ofício a comunicar a receção do Voto de Pesar - falecimento de José de Almeida

Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2015 – 04 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar a receção do Voto de Protesto - Contra a decisão da TAP de não proceder à apresentação de proposta às obrigações de serviço público para o transporte aéreo na rota Lisboa-Horta-Lisboa e de informar que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Ministro da Economia
Proveniência: Gabinete do Primeiro-Ministro
Data de Entrada: 2015 – 04 – 06;

Assunto: Ofício a requerer agendamento do Debate de Urgência sobre a agricultura nos Açores: "da falta de estratégia ao fim das quotas leiteiras"
Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima
Data de Entrada: 2015 – 04 – 07.

13 – Relatórios:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o Sistema Nacional de Informação Geográfica MAOTE - (Reg. DL 59/2015).– n.º 163-OGP
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente
Data de Entrada: 2015 – 03 – 18;

Assunto: Relatório no âmbito da audição parlamentar do Diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 03 – 18;

Assunto: Proposta de Lei n.º 289/XII – Estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 04 – 06;

Assunto: Pedido de autorização para que o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Cristina Moniz do Couto

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 98/X – Cumprimento da Resolução n.º 11/2011/A de 15 de junho "Acompanhamento do processo de descontaminação e reabilitação na Praia da Vitória"

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 04 – 09;

Assunto: Proposta de Lei que estabelece as bases do regime jurídico de revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional - n.º 290/XII – nº 136-AR

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Projeto de Lei - Alteração ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Procede à 14.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro - n.º 785/XII- 4.ª - n.º 131/X

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 12;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 107/X -"Jornadas Parlamentares Atlânticas" (PCP)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 20;

Assunto: Projeto de Lei que consagra o princípio da Transparência ativa em toda a Administração Pública - n.º 809/XII – n.º 134-AR

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 31;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que procede à segunda alteração à Lei nº 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil – n.º 170-OGP

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 04 – 07;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 52/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Combate à Infestação por Térmitas

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da Sociedade de Promoção e reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Projeto de Lei - 1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), reforçando a gestão democrática das instituições n.º 792/XII – n.º 132-AR

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 13;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público – M. Saúde" – (Reg. DL 137/2015) - n.º 167-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 30;

Assunto: Relatório sobre a Audição do Secretário Regional da Saúde, do Presidente do Conselho de Administração e o Diretor Clínico do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira sobre o funcionamento da Unidade de Cuidados Intensivos daquele Hospital

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 31;

Assunto: Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura, solicitada pelo Grupo Parlamentar do PSD, "Para verificação do cumprimento do protocolo assinado entre a Região Autónoma dos Açores e a Diocese de Angra e da Concordata 2004 assinada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, no que concerne ao relacionamento existente entre o Museu de Angra do Heroísmo e a Diocese de Angra, na utilização da Igreja de Nossa Senhora da Guia"

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 31;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 10;

Assunto: Proposta de Lei - Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros - n.º 287/XII - n.º 133-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 13;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados locais de produtores e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho - MAM - (Reg. DL 522/2014) - n.º 161-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 13;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que aprova o regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis - PCM (MAOTE - Reg PL 111/2015. n.º 162-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 13;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da reserva agrícola nacional - MAM - (Reg. DL 334/2014) n.º 164-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 24;

Assunto: Audição do Engenheiro João António Ferreira Ponte, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline S.A.

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 24;

Assunto: Pronúncia sobre a portaria referente à atribuição do subsídio social de mobilidade de transporte aéreo entre o continente e a Região Autónoma dos Açores

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 26;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 136/2003, de 28 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2002/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos suplementos alimentares - MAM - (Reg. DL 79/2015) – n.º 166-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 08;

Assunto: Anteproposta de Lei n.º 13/X – Amnistia de infrações tributárias praticadas com gasóleo agrícola

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Petição – Gasóleo Agrícola

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 112/X - Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no sentido da SATA Internacional/Azores Airlines transferir a sua base operacional para a ilha Terceira

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro, que aprova o Plano Anual Regional para o ano 2015

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 04 – 10;

14 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.os 89 e 90.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.os 93, 94, 95 e 96.

P'la redatora: Noélia Escobar